

earthsight

CRIMES NA MODA

A LIGAÇÃO DOS GIGANTES DO VAREJO EUROPEU COM ALGODÃO
'SUJO' VINDO DO BRASIL



**EXCLUSIVO: AS MAIORES
MARCAS DE MODA DO
MUNDO ESTÃO LIGADAS A
ILEGALIDADES NO BRASIL**

Os fornecedores de algodão da Zara e da H&M estão envolvidos em grilagem de terras, desmatamento ilegal e violações de direitos humanos

**COMUNIDADES
TRADICIONAIS** que vivem em harmonia com a natureza há séculos viram suas terras serem roubadas

**O algodão usado pelas
marcas é certificado como
ético pelo maior esquema
de certificação de algodão
do mundo, o Better Cotton**

EMBARGO ATÉ 7AM CET 11 ABRIL

CRIMES DA MODA:

A LIGAÇÃO DOS GIGANTES DO VAREJO EUROPEU COM ALGODÃO 'SUJO' VINDO DO BRASIL

Resumo Executivo

Há muitos anos que a atenção do mundo está voltada para a Amazônia brasileira e os terríveis crimes contra as pessoas e o planeta cometidos na região para abrir espaço para a produção de carne bovina e soja. Há também uma consciência cada vez maior da necessidade de discutirmos o impacto da produção de nossos alimentos na Amazônia. Contudo, um processo de destruição semelhante está acontecendo em outra área rica em biodiversidade na América do Sul. Impulsionada por um produto bem diferente, essa destruição passa despercebida para a maioria das pessoas.

Ao sul da Amazônia, fica o imenso Cerrado, um dos biomas mais ricos do planeta, lar de 161 espécies de mamíferos, incluindo tamanduás-bandeira, tatus-canastra, onças-pintadas e antas. Milhões de pessoas também dependem das matas e campos do Cerrado para sua subsistência. No entanto, a destruição causada nessa região pela agricultura em escala industrial nas últimas décadas é até pior que a observada na floresta úmida e densa mais ao norte. Cerca de metade da vegetação nativa do Cerrado já foi perdida, sobretudo para dar lugar à expansão do agronegócio. Embora as últimas notícias sobre a Amazônia sejam, em princípio, positivas, no Cerrado acontece o oposto: o problema está se agravando. Em 2023, as taxas de desmatamento no bioma aumentaram 43% em comparação com o ano anterior.¹²

Durante um ano, a Earthsight investigou o que acontece no Cerrado e concluiu que empresas e consumidores na Europa e na América do Norte estão impulsionando essa destruição de uma nova maneira. Não é pelo que comem, mas pelo que vestem. A Earthsight descobriu que o algodão usado pelas gigantes da *fast fashion* H&M e Zara está ligado a desmatamento em grande escala, grilagem de terras, violações de direitos humanos e violentos conflitos fundiários no Cerrado brasileiro.

A H&M e a Inditex, dona da Zara, são as maiores empresas de vestuário do mundo. Elas tiveram lucros combinados de cerca de 41 bilhões de dólares em 2022. A H&M tem 4.400 lojas em todo o mundo, enquanto a Zara e outras marcas da Inditex – Pull&Bear, Bershka, Massimo Dutti, Stradivarius – têm quase 6.000. H&M e Zara são líderes globais do mercado de *fast fashion* e lançam inúmeras coleções de roupas todos os anos.

Na última década, o algodão brasileiro ganhou destaque no mercado global da moda. O país é hoje o segundo maior exportador mundial do produto e espera-se que ultrapasse os EUA até 2030. Na década até 2023, as exportações do Brasil mais que dobraram. Quase todo esse algodão é cultivado no Cerrado.³

É importante notar que H&M e Zara não compram esse algodão diretamente dos produtores. Assim como a maioria das grandes marcas de moda da Europa e dos EUA, elas adquirem suas peças de roupa principalmente de fornecedores localizados na Ásia. São essas empresas asiáticas que transformam o algodão cru nos produtos finais que encontramos nas lojas. Examinando milhares de registros de exportação, nossos investigadores descobriram que os fornecedores de H&M e Zara

¹ Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, 'Área sob alertas de desmatamento na Amazônia cai 50% em 2023', 14 de janeiro de 2024, disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/area-sob-alertas-de-desmatamento-na-amazonia-cai-50-em-2023>

² Ibid

³ Noojipady, P. *et al*, 'Forest carbon emissions from cropland expansion in the Brazilian Cerrado biome', Environ. Res. Lett. 12 025004, 2 de fevereiro de 2017, disponível em: <https://iopscience.iop.org/article/10.1088/1748-9326/aa5986#erlaa5986r25>

EMBARGO ATÉ 7AM CET 11 ABRIL

adquirem algodão cultivado no oeste do estado da Bahia por dois dos maiores produtores do país: Grupo Horita e SLC Agrícola.

A produção de algodão pela SLC e pelo Grupo Horita no oeste baiano – parte do bioma do Cerrado bastante afetada pelo agronegócio em escala industrial – está ligada a uma série de ilegalidades.

A SLC – com 44.000 hectares de plantações de algodão (equivalente a mais de 60.000 campos de futebol) apenas no oeste da Bahia – é o maior produtor de algodão do Brasil, enquanto o Grupo Horita – que controla pelo menos 140.000 hectares de terras agrícolas na região – é um dos seis maiores. Ambos pertencem a famílias consideradas entre as mais ricas do Brasil.

A sombria história do agronegócio no Cerrado

O Grupo Horita e a SLC Agrícola são emblemáticos de uma realidade mais ampla que envolve o agronegócio exportador e os danos causados por ele ao Cerrado, às suas comunidades tradicionais e ao clima.

O Cerrado, que ocupa quase um quarto do território brasileiro, abriga 5% das espécies do mundo e um terço da biodiversidade do Brasil. Mesmo assim, só a Bahia perdeu quase um quarto do seu Cerrado nativo – uma área do tamanho do País de Gales – para a expansão agrícola nas últimas décadas. Planaltos que antes eram habitados por araras e onças agora são vastas monoculturas de algodão e soja. Quase um quinto das espécies do Cerrado, incluindo o lobo-guará e a rolinha-do-planalto, correm risco de extinção devido à perda de habitat.

Moradores locais mostraram à Earthsight leitões de rios secos e nascentes perdidas. O agronegócio do oeste baiano capta quase dois bilhões de litros de água por dia. Em troca, o mesmo agronegócio despeja 600 milhões de litros de agrotóxicos no Cerrado todos os anos.

O impacto climático é enorme: a retirada da vegetação do Cerrado para fins de produção agrícola gera tanto carbono por ano quanto as emissões anuais de 50 milhões de carros. A produção de algodão tem uma pegada de carbono extremamente elevada em comparação com outras commodities devido ao uso intensivo de agrotóxicos em sua produção.

Líderes da sociedade civil local disseram a nossos investigadores que é difícil encontrar uma única fazenda de algodão ou soja em grande escala no oeste da Bahia que não seja resultado da grilagem de terras. Este relatório mostra que, nos últimos 25 anos, a corrupção, a violência e a negligência do governo ajudaram a colocar o Cerrado baiano nas mãos de um agronegócio insustentável e violento.

Grilagem, violência contra comunidades tradicionais e corrupção

No município de Formosa do Rio Preto, o Grupo Horita ocupa um terço de uma propriedade gigantesca chamada Estrondo, onde cultiva algodão, soja e outras commodities. Embora diferentes empresas do agronegócio tenham plantações na Estrondo, o Grupo Horita – maior proprietário de terras ali – está intimamente ligado a violentas disputas fundiárias entre a Estrondo e as comunidades tradicionais que habitam a região desde o século XIX.

Os habitantes dessas comunidades, conhecidos como geraizeiros, vivem em harmonia com a natureza há gerações. Para sua subsistência, praticam caça, pesca, plantio de culturas tradicionais e criação de gado em pequena escala. São protegidos por lei e devem ter assegurado seu direito a suas terras tradicionais.

EMBARGO ATÉ 7AM CET 11 ABRIL

Em 2018, a Procuradoria-Geral do estado da Bahia concluiu que a Estrondo era uma das maiores áreas griladas do Brasil. Assim, as terras da Estrondo são, na verdade, terras públicas pertencentes ao estado da Bahia. Como tal, devem receber proteção ambiental e ser destinadas às comunidades de geraizeiros.

Nas décadas de 1970 e 1980, porém, os proprietários da Estrondo se apropriaram ilegalmente de mais de 400 mil hectares de terras públicas cobertas por vegetação nativa do Cerrado. Mais da metade dessa área já foi desmatada. Há mais de 10 anos, os geraizeiros começaram a sofrer intimidação e assédio por parte de homens armados a mando dos proprietários e arrendatários da Estrondo. Em dois episódios de violência ocorridos em 2019, dois membros da comunidade foram baleados por seguranças da Estrondo.

Uma ação judicial em andamento contra a Estrondo, movida pela Procuradoria-Geral da Bahia, pretende recuperar essas terras públicas.

No município de Correntina, outro caso de grilagem atingiu a comunidade tradicional do Capão do Modesto. Lá, grandes fazendeiros foram acusados de se apropriar indevidamente de terras públicas para convertê-las em “reservas legais”, isto é, áreas que as fazendas devem obrigatoriamente reservar para preservação ambiental. Entretanto, em vez de destinar parte de suas propriedades produtivas para reserva legal, diversos fazendeiros adquiriram terras em outros lugares para essa finalidade. O Grupo Horita possui uma propriedade de 2.169 hectares no Capão do Modesto. A fazenda Paysandu, onde a SLC planta algodão, também está vinculada a uma reserva legal no Capão do Modesto chamada Tabuleiro VII.

O procurador-geral do estado se referiu ao Capão do Modesto como “um dos mais graves casos de grilagem de terras da Bahia” e solicitou a suspensão e eventual cancelamento de todos os títulos de terra sobrepostos à comunidade. Enquanto nada é resolvido, a comunidade local continua sofrendo com assédio, vigilância, intimidação e ataques realizados por pistoleiros ligados ao agronegócio.

Walter Horita, um dos fundadores do Grupo Horita, teve seu nome envolvido num caso de corrupção que chocou o país. A investigação da Polícia Federal revelou a venda generalizada – envolvendo grandes somas de dinheiro – de decisões judiciais relacionadas a disputas fundiárias na Bahia, incluindo áreas apontadas como do Grupo Horita. Conversas telefônicas grampeadas pela polícia revelaram que Horita teria tentando influenciar políticos e membros do judiciário na Bahia, ao mesmo tempo em que denúncias apontaram a transferência de um total de R\$ 6 milhões (US\$ 1,2 milhão) para um funcionário do judiciário.

Desmatamento ilegal

Tanto o Grupo Horita como a SLC Agrícola têm uma longa ficha corrida de desmatamento ilegal e infrações ambientais no oeste da Bahia.

Em 2014, o órgão ambiental do estado identificou 25.153 hectares de desmatamento ilegal nas fazendas do Grupo Horita na Estrondo. Em 2020, o mesmo órgão indicou que não conseguiu encontrar licenças autorizando 11.700 hectares de desmatamento realizado pela empresa entre 2010 e 2018. O Ibama multou a Horita mais de 20 vezes entre 2010 e 2019 (totalizando R\$ 22 milhões) por infrações ambientais.

Imagens de satélite analisadas pela Earthsight revelam que uma fazenda Horita embargada pelo Ibama desde 2008 devido a infrações ambientais vem cultivando algodão ali desde 2017, em clara

EMBARGO ATÉ 7AM CET 11 ABRIL

violação do embargo, que visa justamente impedir a exploração comercial para permitir a recuperação da terra.

A SLC tem um histórico igualmente preocupante. Suas fazendas Piratini, Palmares e Parceiro, todas produtoras de algodão, perderam pelo menos 40 mil hectares de vegetação nativa do Cerrado nos últimos 12 anos. Apesar da política de desmatamento zero adotada em 2021, a empresa foi acusada de desmatar 1.365 hectares de vegetação nativa em sua fazenda Palmares em 2022.

O Ibama multou a SLC em mais de 250 mil dólares desde 2008 por infrações ambientais na Bahia. O fundo soberano da Noruega deixou de investir na empresa em 2017 devido às ligações da SLC com abusos ambientais.

O papel do consumo ocidental

Nossos investigadores se passaram por investidores estrangeiros e se infiltraram nos mundos do agronegócio brasileiro e da moda europeia. Foram analisadas milhares de registros de exportação, relatórios anuais de empresas, listas de fornecedores e sites. A análise revelou uma dura realidade: o algodão manchado pelo desmatamento, pela grilagem de terras e pela violência contra comunidades tradicionais que documentamos na Bahia está indo parar nas cadeias produtivas de duas das maiores marcas de moda do mundo: Zara e H&M.

Registros de embarque mostram que o Grupo Horita e a SLC Agrícola exportaram diretamente pelo menos 816 mil toneladas de algodão da Bahia entre 2014 e 2023.⁴ Outras fontes de informação sugerem⁵ que o volume real das exportações das duas empresas nesse período foi superior a 1,5 milhão de toneladas, sendo que a diferença teria sido exportada através de intermediários.

Identificamos oito fabricantes de roupas na Ásia que usam algodão Horita e SLC e, ao mesmo tempo, vendem para H&M e Zara milhões de peças de roupas de algodão prontas para serem comercializadas.

Entre esses fabricantes está a PT Kahatex, empresa sediada na Indonésia. Segundo nossa pesquisa, ela é a maior compradora de algodão contaminado do Grupo Horita e da SLC. A H&M, por sua vez, é o segundo maior cliente da PT Kahatex, da qual já comprou milhões de pares de meias, shorts e casacos de algodão. Esses itens podem ser encontrados nas lojas H&M nos EUA, Alemanha, Reino Unido, Suécia, Holanda, Bélgica, Espanha, França, Polônia, Irlanda, Itália e outros países da Europa e do mundo. Outro comprador de algodão Horita e SLC é o Jamuna Group, um dos maiores conglomerados industriais de Bangladesh. De janeiro a agosto de 2023, as lojas da Zara na Europa já haviam vendido 235 milhões de euros em jeans e outras roupas de algodão fabricadas pela Jamuna em Bangladesh, ou seja, aproximadamente 21.500 pares de calças por dia. A Inditex importa artigos fabricados pela Jamuna para Espanha e Holanda, de onde os distribui para suas lojas Zara, Bershka e Pull&Bear em toda a Europa. A paquistanesa Interloop, cliente da Horita e da SLC, enviou cerca de 30 milhões de pares de meias de algodão para a H&M de países como Alemanha, Suécia, EUA, Bélgica, Espanha, Reino Unido, Itália e Holanda em 2023.

⁴ As exportações diretas feitas pelo Grupo Horita e pela SLC Agrícola não incluem algodão exportado por meio de intermediários como grandes comerciantes de commodities, também chamados de *traders*. Assim, exportações totais dessas empresas provavelmente são muito mais elevadas. Os números das exportações são baseados na análise da Earthsight dos registros de embarque disponíveis para exportações brasileiras durante o período 2014-2023.

⁵ Isso inclui reuniões secretas com alguns dos maiores produtores de algodão da Bahia, comentários enviados à Earthsight pelos fabricantes asiáticos, pelo Grupo Horita e pela SLC, além de análises da produção e exportação de algodão da Bahia realizadas pela Earthsight.

EMBARGO ATÉ 7AM CET 11 ABRIL

Como parte de seus esforços para garantir a sustentabilidade de suas cadeias produtivas, tanto H&M quanto Zara se baseiam em um sistema de certificação ética que apresenta falhas graves, a iniciativa Better Cotton (BC).⁶ A maioria dos produtos de ambas as empresas é feita com algodão certificado BC, o que as torna, de longe, as maiores usuárias mundiais de algodão com esse selo de aprovação. O Brasil produz a maior quantidade mundial de fibra licenciada pela Better Cotton, ou 42% do volume global.

Porém, a Earthsight encontrou um problema flagrante em tudo isso: o algodão que associamos a violações ambientais e fundiárias na Bahia exibia o selo Better Cotton, o que não chega a ser surpreendente. A BC já foi acusada diversas vezes de promover lavagem verde (*greenwashing*) do algodão e criticada por não permitir a rastreabilidade total das cadeias.

Embora a Better Cotton esteja implementando novas normas e procedimentos, o esquema todo continuará profundamente falho e ineficiente. A exigência de que um produtor cumpra as leis locais é excessivamente vaga e nada diz sobre propriedade da terra ou disputas fundiárias. Uma nova proibição da conversão de ecossistemas naturais após dezembro de 2019⁷ não aborda o desmatamento ilegal ocorrido antes dessa data. Seu novo sistema de rastreabilidade, a ser implementado nos próximos anos, também é lamentavelmente inadequado, uma vez que só consegue rastrear o algodão até o país de origem, e não até as fazendas onde o algodão foi plantado. As regras sobre a mitigação de danos aos povos indígenas e tradicionais aplicam-se apenas às comunidades fora dos limites das fazendas, ignorando as violações contra aqueles cujas terras foram roubadas. Por outro lado, os critérios destinados a proteger as comunidades locais dentro dos limites das fazendas não exigem que os fazendeiros obtenham seu pleno consentimento para projetos que afetem seus meios de subsistência.

A Earthsight também identificou falhas preocupantes nos sistemas de certificação e conformidade da BC. No Brasil, a associação nacional de produtores de algodão (ABRAPA) é responsável pelo programa de certificação, o que constitui um grave e evidente conflito de interesses. Problemas semelhantes existem em processos de auditoria pagos justamente pelas empresas a serem auditadas.

Atualmente, H&M e Inditex não dispõem de políticas e ferramentas para compensar as deficiências da iniciativa BC. A política de direitos humanos e sustentabilidade da H&M não aborda os direitos das comunidades ou o desmatamento. Os compromissos ambientais da Inditex não parecem valer para seus fornecedores de algodão. A Better Cotton e todas as empresas mencionadas no relatório foram procuradas para comentar. As respostas podem ser vistas ao longo do relatório e acessadas na íntegra [aqui](#).

Regulação nos países consumidores

Uma vez que o sistema de certificação é ineficaz e as grandes marcas de vestuário são incapazes de garantir a lisura de suas cadeias produtivas, é fundamental que os governos adotem medidas robustas de regulação e fiscalização dos setores do algodão e da moda. Felizmente, governos dos dois lados do Atlântico estão começando a perceber a importância dessas medidas.

Na UE, a Diretiva de Devida Diligência em Sustentabilidade Corporativa (CSDDD), se promulgada, exigirá que as grandes empresas que atuam no bloco, como H&M e Inditex, identifiquem e minimizem os impactos adversos de suas cadeias produtivas sobre os direitos humanos e ambientais.

⁶ Better Cotton, disponível em: <https://bettercotton.org/>

⁷Só entrará em vigor a partir de 2025, um ano depois do inicialmente previsto.

EMBARGO ATÉ 7AM CET 11 ABRIL

No entanto, a decisão de última hora da Alemanha de retirar seu apoio à CSDDD em fevereiro de 2024, depois de extensas negociações entre o Parlamento Europeu e o Conselho Europeu, não apenas quase sepultou a lei mas acabou levando ao enfraquecimento do texto, restringindo gravemente a sua aplicabilidade. A mudança de posição do governo alemão –contrária as práticas da UE – foi impulsionada pelo partido “pró-negócios” FDP, um parceiro minoritário no governo de coalizão do país que tem recebido doações de empresas que possivelmente serão afetadas pela CSDDD. Embora a CSDDD esteja longe de ser perfeita, sua aprovação pode trazer a tão necessária responsabilização de algumas das cadeias produtivas europeias.

O Regulamento sobre Desmatamento da UE (EUDR) entrou em vigor em junho de 2023⁸ e exige que as empresas rastreiem seus produtos até a terra onde as matérias-primas foram produzidas. Exige também que a produção seja livre de desmatamento e tenha acontecido de acordo com a lei.

O EUDR tem, no entanto, uma séria limitação: ele não abrange nem o algodão nem os produtos feitos de algodão.

No Reino Unido, foi promulgada uma nova lei, o *Environment Act*,⁹ para regular o consumo de produtos que representam risco florestal, como a carne bovina e a soja. Nos EUA, um projeto de lei chamado *FOREST Act* foi apresentado ao Congresso. No entanto, essas leis também sofrem de limitações consideráveis: elas cobrem apenas o desmatamento ilegal¹⁰ e não incluem o algodão.

Os EUA, o Reino Unido e a UE devem estabelecer metas mais ambiciosas. A CSDDD deve ser e aprovada pelo Conselho e o pelo Parlamento Europeu. Os países membros da UE que buscavam uma legislação mais forte devem também considerar aprovar leis nacionais que sejam ainda mais robustas. A lei ambiental do Reino Unido (*Environment Act*) e o EUDR devem passar a incluir o algodão. Nos EUA, também deveria ser considerada a inclusão do algodão no projeto do *FOREST Act*. Acima de tudo, é fundamental que todas essas leis sejam devidamente implementadas e aplicadas, algo que ainda está longe de acontecer.

Ação no Brasil

No Brasil, o governo federal apresentou um plano chamado PPCerrado para reduzir o desmatamento no Cerrado. Entretanto, o plano visa apenas o desmatamento ilegal, ignorando aquele autorizado pelos governos locais e deixando a porta aberta para políticas insustentáveis em nível municipal e estadual.

Sucessivos governos da Bahia publicaram resoluções que solapam as disposições constitucionais do estado sobre a proteção ambiental e das comunidades tradicionais. A Bahia não conseguiu mapear todas as terras públicas do estado a fim de conceder direitos fundiários às comunidades tradicionais que as habitam. O número de licenças de desmatamento disparou, com autorizações de supressão de vegetação sendo emitidas para mais de 750.000 hectares entre 2012 e 2021.

O governo federal deveria implementar um plano para interromper todo o desmatamento em grande escala no Cerrado, não apenas o desmatamento ilegal. O governo da Bahia deveria cumprir o seu mandato constitucional e mapear todas as terras públicas do estado para garantir que sejam preservadas e que as comunidades tradicionais desfrutem plenamente de seus direitos. Essa série de retrocessos nas políticas ambientais deve ser revertida imediatamente.

⁸ Seja como for, as empresas só terão que cumpri-lo a partir de dezembro de 2024.

⁹ Embora ainda não tenha entrado em vigor.

¹⁰ Em vez de focar na eliminação de todo o desmatamento das cadeias produtivas, como pretendia o EUDR.

EMBARGO ATÉ 7AM CET 11 ABRIL

O que as marcas de roupas e o setor de algodão devem fazer

O setor privado também precisa agir.

A Better Cotton deve exigir que as fazendas certificadas obtenham de forma proativa o consentimento das comunidades tradicionais e dos povos indígenas para todas as atividades que os afetam, estejam as terras dessas comunidades dentro ou fora dos limites das fazendas. As regras sobre o desmatamento devem proibir o cultivo de algodão certificado em terras que foram desmatadas ilegalmente antes de dezembro de 2019. Conflitos de interesses devem ser solucionados, com a garantia de que a certificação e as auditorias serão conduzidas por agentes imparciais.

Além de fortalecer suas normas, a Better Cotton também deve implementar um sistema de rastreabilidade eficiente e fiscalizar seu cumprimento. H&M, Zara e outras grandes varejistas devem pressionar a BC para avançar nesse sentido. Até que isso aconteça, as empresas devem ir além da utilização de esquemas de certificação para garantir que seus produtos tenham uma origem ética, instituindo verificações e políticas próprias mais rigorosas.

Capítulo 1: A chegada do Agronegócio

Um bioma precioso

Às margens das veredas¹¹, tucumãs e buritis dividem o espaço atraindo tucanos e araras azuis, que se alimentam de seus frutos arredondados. A vegetação também inclui barbatimão, mangaba e sucupira, conhecidas pelos moradores locais por suas propriedades medicinais e usadas para tratar desde inflamações e infecções até diabetes. Além das veredas, o mosaico de paisagens inclui savanas, áreas alagadas, campos e matas.

Este é o Cerrado brasileiro. Apesar da imensa beleza de seus planaltos, escarpas e vales, e sua importância para inúmeras espécies, o Cerrado não é tão conhecido quanto a Amazônia. Ocupando quase 25% do território brasileiro, uma área do tamanho do México, é o segundo maior bioma do país.¹² O Cerrado é lar de 5% das espécies do mundo (incluindo tatu-canastra, anta, lobo-guará, onça-pintada, ema e seriema) e um terço da biodiversidade do Brasil¹³. Esse bioma é conhecido como o berço das águas devido ao seu papel crucial na manutenção de vários dos principais rios brasileiros e sul-americanos.¹⁴

¹¹ Áreas de brejo abrigam cabeceiras ou nascentes. As veredas desempenham um papel fundamental na manutenção da fauna do cerrado, pois servem como lugar de pouso para a avifauna, além de oferecer refúgio, abrigo, alimento e locais de reprodução para a fauna terrestre e aquática. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), Phytophysiology – Vereda', disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/projetoalapaio/en/biodiversity/phytophysiology.html?showall=&start=5>

¹² De Santi, M., 'Cerrado é o segundo maior bioma do país, presente em 24% do território nacional', Rádio Senado, 16 de maio de 2018, disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2018/05/16/cerrado-e-o-segundo-maior-bioma-do-pais-presente-em-24-do-territorio-nacional>

¹³ WWF Brasil, 'Commemorating the Cerrado's day (11/09), the WWF-Brazil shows the big five of the biome', 10 de setembro de 2015, disponível em: <https://www.wwf.org.br/?50242/The-Big-Five-of-the-Cerrado#:~:text=The%20Cerrado%20harbours%20837%20species,of%20mammals%20in%20the%20world>

¹⁴ Brown, S., 'A tale of two biomes as deforestation surges in Cerrado but wanes in Amazon', Mongabay, 23 de agosto de 2023, disponível em: <https://news.mongabay.com/2023/08/a-tale-of-two-biomes-as-deforestation-surges-in-cerrado-but-wanes-in-amazon/>

EMBARGO ATÉ 7AM CET 11 ABRIL

Nas últimas décadas, o Cerrado perdeu mais da metade de sua vegetação nativa para a agricultura em grande escala.¹⁵ “Costuma-se dizer que o Cerrado pode ser sacrificado para que o agronegócio possa se expandir sem ameaçar a Amazônia”¹⁶, conta André Sacramento, Coordenador da Associação de Advogados/as de Trabalhadores/as Rurais (AATR). Ele acrescenta: “O Cerrado, porém, é essencial para a preservação da própria Amazônia.” E de fato, importantes rios amazônicos (Xingu, Madeira, Trombetas) nascem no Cerrado.¹⁷

Dentro da vasta área coberta pelo Cerrado fica a região oeste do estado da Bahia. Comunidades de geraizeiros habitam o oeste baiano há gerações.¹⁸ Até hoje, esses geraizeiros conservam um modo de vida tradicional e de baixo impacto. Eles coletam frutas e plantas medicinais, praticam cultivos tradicionais – como mandioca, feijão e abóbora – e criam seu gado em pastagens naturais.¹⁹ Quando a vida selvagem ainda era abundante e os rios eram limpos, eles podiam caçar e pescar.

Algumas dessas comunidades existem há mais de 200 anos. Muitas delas começaram com grupos de escravos fugidos, camponeses ou qualquer um que quisesse ou precisasse escapar da sociedade dominante.²⁰

As comunidades identificadas como de fundo e fecho de pasto no município de Correntina, ao sul de Formosa do Rio Preto, na Bahia, possuem um modo de vida semelhante. Na comunidade do Capão do Modesto, cerca de 80 famílias tentam viver como seus antepassados. As casas não estão ligadas à rede elétrica e o acesso à internet é instável e só está disponível via satélite.

Na comunidade vizinha de Pedrinhas, Bernardino Alves Barbosa, 37 anos, confirma que o local é ocupado há muito tempo. “Meu avô, que faleceu em 2021, aos 97 anos, era nascido e criado aqui. No tempo dele, o povo criava muito gado solto por aqui. Apanhavam pequi, cascudo, caju, mangaba. Sempre vivemos em harmonia (com a natureza),”²¹ afirma.

Expropriação e desmatamento

Essa convivência harmoniosa vem sendo duramente afetada nas últimas décadas. Desde 1985, a Bahia perdeu quase um quarto dos seus 9 milhões de hectares originais de Cerrado para a agricultura industrial.²² A expansão agressiva do agronegócio está reduzindo o habitat e ameaçando

¹⁵ Com base nos cálculos da própria Earthsight sobre dados de desmatamento disponibilizados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). INPE, 'Nota Técnica PRODES Cerrado 2021', tabela 4, 31 de dezembro 2021, disponível em: <https://www.gov.br/inpe/pt-br/assuntos/ultimas-noticias/nota-tecnica-prodes-cerrado-2021>

¹⁶ Entrevista da Earthsight com André Sacramento, junho de 2023.

¹⁷ Lima, J.E.F.W. e Silva, E.M., 'Estimativa da contribuição hídrica superficial do Cerrado para as grandes regiões hidrográficas brasileiras', ABRH, Anais do XVII Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos, 2007, disponível em: www.abrhidro.org.br/SGCv3/publicacao.php?PUB=3&ID=19&SUMARIO=4580

¹⁸ Sobrinho, J.S., 'O camponês geraizeiro no Oeste da Bahia: as terras de uso comum e a propriedade capitalista da terra', Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, disponível em: https://geografar.ufba.br/sites/geografar.ufba.br/files/2012_jose_de_sousa_sobrinho.pdf

¹⁹ Carvalho, I.S.H., 'A 'pecuária geraizeira' e a conservação da biodiversidade no cerrado do norte de Minas', Sustentabilidade em Debate, 2014, disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/231199141.pdf>

²⁰ Entrevista da Earthsight com o ambientalista, ativista e cineasta local Marcos Rogério Beltrano dos Santos, que estudou profundamente a história da região. Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial, 'Justiça baiana dá posse de 43 mil hectares para famílias de geraizeiros no oeste do estado', Câmara dos Deputados, 14 de julho de 2020, disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/justica-baiana-da-posse-de-43-hectares-para-familias-de-geraizeiros-no-oeste-do-estado>

²¹ Entrevista da Earthsight com Bernardino Alves Barbosa, junho de 2023.

²² Instituto Mãos da Terra (Imaterra), 'Desvendando as ASV no Cerrado Baiano', julho de 2022, disponível em: <https://www.imaterra.org/c%C3%B3pia-supress%C3%A3o-de-vegeta%C3%A7%C3%A3o-nativa>; see also G1, 'Região Oeste da Bahia tem maior área de preservação do bioma cerrado em todo o estado, aponta pesquisa', 23 Sep 2018, disponível em <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2018/09/23/regiao-oeste-da-bahia-tem-maior-area-de-preservacao-do-bioma-cerrado-em-todo-o-estado-aponta-pesquisa.ghtml>

EMBARGO ATÉ 7AM CET 11 ABRIL

a sobrevivência de um quinto das espécies do Cerrado, incluindo o lobo-guará e o tatu-canastra.²³ As comunidades tradicionais e as espécies silvestres estão sob pressão da monocultura, da extração insustentável de água e da poluição dos agrotóxicos.

Espera-se que o nível de água dos principais rios do Cerrado baixe um terço até 2050, devido principalmente ao desmatamento e à exploração predatória, principalmente pelas sedentas monoculturas de algodão.²⁴ O algodão utiliza mais agrotóxicos que qualquer outra cultura, o que causa poluição do solo e das fontes de água.²⁵ A esses impactos ambientais soma-se o fato de que a produção de algodão e tecidos é responsável pela elevação das emissões de gases de efeito estufa.²⁶ Algumas estimativas dizem que a indústria têxtil global tem uma pegada de carbono semelhante à de todos os Estados-Membros da UE juntos.²⁷

Uma mistura desastrosa de políticas oficiais, corrupção, ganância, violência e impunidade expôs o oeste baiano ao avanço do agronegócio em escala industrial, movido a grilagem flagrante de terras públicas, expropriação de comunidades tradicionais e desmatamento.

No final da década de 1970, grileiros viram uma oportunidade de ouro no oeste da Bahia, historicamente visto como uma região de “terras improdutivas”.²⁸ A ditadura militar queria avidamente promover o “desenvolvimento” agrícola de vastas extensões do território brasileiro para, entre outras coisas, impedir que “células comunistas” reais ou imaginárias se estabelecessem em regiões remotas.²⁹ Os custos ambientais, humanos e jurídicos de tal política foram ignorados ou banalizados.

Por meio de esquemas fraudulentos, grileiros começaram a privatizar ilegalmente centenas de milhares de hectares de terras públicas – pertencentes ao estado e ao povo da Bahia – incluindo as que estavam sob uso coletivo de comunidades tradicionais.³⁰

Sob pressão de grileiros violentos, muitas famílias foram forçadas a fugir. “Quando o grileiro chegava, às vezes ele conquistava a população local pagando uma ninharia pela terra. Mas, muitas vezes, ele simplesmente contratava um pistoleiro, botava fogo nas casas ou ameaçava e matava moradores antes de assumir o controle da área”,³¹ conta o ambientalista e ativista local Marcos Rogério Beltrão dos Santos.

²³ Belandi, C., 'IBGE atualiza estatísticas das espécies ameaçadas de extinção nos biomas brasileiros', Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 24 de maio de 2023, disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/36972-ibge-atualiza-estatisticas-das-especies-ameacadas-de-extincao-nos-biomas-brasileiros>.

²⁴ Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPAN), 'Cerrado pode perder um terço da água, aponta estudo', 10 de novembro de 2022, disponível em: <https://ispan.org.br/cerrado-pode-perder-um-terco-da-agua-aponta-estudo/>.

²⁵ Gaberell, L. e Viret, G., 'Pesticide giants make billions from bee-harming and carcinogenic chemicals', Public Eye, 20 de fevereiro de 2020, disponível em: <https://www.publiceye.ch/en/topics/pesticides/pesticide-giants-make-billions-from-bee-harming-and-carcinogenic-chemicals>.

²⁶ Environmental Justice Foundation (EJF), 'Clothes and climate: is cotton best?', outubro de 2020, disponível em: <https://ejfoundation.org/news-media/clothes-and-climate-is-cotton-best>.

²⁷ Environmental Audit Committee, 'Fixing fashion: clothing consumption and sustainability', UK Parliament, capítulo 3, 19 de fevereiro de 2019, disponível em: <https://publications.parliament.uk/pa/cm201719/cmselect/cmenvaud/1952/report-files/195202.htm>.

²⁸ Lima, M.S.T., 'A devastação do Cerrado segue sendo ignorada pela sociedade', Le Monde Diplomatique Brasil, 10 de setembro de 2019, disponível em: <https://diplomatique.org.br/a-devastacao-do-cerrado-segue-sendo-ignorada-pela-sociedade/>.

²⁹ Entrevista da Earthsight com o ambientalista, ativista e cineasta local Marcos Rogério Beltrão dos Santos, que estudou profundamente a história da região.

³⁰ Associação de Advogados/as de Trabalhadores/as Rurais (AATR), 'Na Fronteira da Ilegalidade: Desmatamento e Grilagem no Matopiba', 2021, p. 16, disponível em: https://f72a317a-de62-4659-a775-7e86e2421917.filesusr.com/ugd/90fabf_904c1fc80ef64b04bd895c4959055366.pdf.

³¹ Entrevista da Earthsight com Marcos Rogério Beltrão dos Santos, junho de 2023.

EMBARGO ATÉ 7AM CET 11 ABRIL

Os primeiros grileiros abriram caminho para ondas posteriores de fraudadores, que tampouco tiveram escrúpulos na hora de transformar terras públicas roubadas, repletas de vida selvagem, em vastas monoculturas.³²

O Prodecer, um programa de “desenvolvimento” que recebeu quase 700 milhões de dólares do governo japonês entre 1985 e 1990,³³ ajudou o agronegócio a adquirir terras aráveis de baixo custo e a ter acesso a técnicas modernas de cultivo, principalmente para a produção de soja. O algodão, hoje cultivado em rodízio com a soja pela maioria dos grandes grupos empresariais da região, foi introduzido no oeste baiano na virada do século XX para o século XXI.³⁴

O entusiasmo dos governos federal e estadual pela expansão do agronegócio foi estimulado pela negligência da Bahia em relação às suas responsabilidades para com o meio ambiente e as comunidades tradicionais. De acordo com a Constituição estadual de 1989, o governo do estado teve três anos para mapear todas as terras públicas e garantir que fossem preservadas, assegurando que as comunidades recebessem direitos sobre seus territórios tradicionais.³⁵ Esse processo não foi concluído até hoje.

“Se o governo recuperasse todas as terras públicas no oeste da Bahia, não sobraria nenhuma fazenda porque todas receberam seus títulos de forma fraudulenta”, acrescenta Santos.³⁶ A omissão do estado também viola a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, da qual o Brasil é signatário.³⁷ Em termos de gestão ambiental, o governo da Bahia tolerou os piores abusos e permitiu que o Cerrado fosse loteado pelo agronegócio.³⁸

Feitos de forma artesanal por moradores locais há gerações, produtos como polpa de pequi, óleo de buriti e cordas de tucumã hoje são escassos devido ao desaparecimento de espécies nativas. “Minha avó, minhas tias e eu colhíamos tucumã no morro para fazer corda. É um tipo de palmeira. Quando o desmatamento chegou, o tucumã sumiu, ninguém acha mais”³⁹, diz Catarina Lopes Leite, 63 anos, moradora da comunidade Cachoeira, em Formosa do Rio Preto.

Dois gigantes do algodão estão devorando o Cerrado

Para este relatório, a Earthsight se concentrou em dois estudos de caso de grilagem de terras e desmatamento no oeste da Bahia, um no norte e outro no sul, e nos dois gigantes do agronegócio

³² Associação de Advogados/as de Trabalhadores/as Rurais (AATR), 'Na Fronteira da Ilegalidade: Desmatamento e Grilagem no Matopiba', 2021, p. 32, disponível em: https://f72a317a-de62-4659-a775-7e86e2421917.filesusr.com/ugd/90fabf_904c1fc80ef64b04bd895c4959055366.pdf

³³ Dos Santos, C.C.M., 'Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados – Proceder: um espectro ainda ronda os cerrados brasileiros', Revista ESA, 2018, disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/download/802/454/2280>

³⁴ Spinola, V., 'Desafios ao fortalecimento da cadeia do algodão: o caso da Região Oeste', Desenbahia, 2006, disponível em: <https://www.desenbahia.ba.gov.br/wp-content/uploads/2020/10/b1879eb7c9c64b7bbcdc5f2342c62cde.pdf>

³⁵ A Constituição da Bahia de 1989 garante direitos às comunidades tradicionais através do artigo 178.

³⁶ Entrevista da Earthsight com Marcos Rogério Beltrão dos Santos, junho de 2023.

³⁷ A Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho destaca a importante relação entre os povos tradicionais e o território que ocupam. O artigo 14 afirma que “Os governos deverão adotar as medidas que sejam necessárias para determinar as terras que os povos interessados ocupam tradicionalmente e garantir a proteção efetiva dos seus direitos de propriedade e posse”. Também diz que “Deverão ser instituídos procedimentos adequados no âmbito do sistema jurídico nacional para solucionar as reivindicações de terras formuladas pelos povos interessados”. Organização Internacional do Trabalho (OIT), 'Convenção C169 - Convenção sobre Povos Indígenas e Tribais', 1989, disponível em: https://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=NORMLEXPUB:12100:0::NO::P12100_ILO_CODE:C169

³⁸ Segundo Margareth Maia, diretora do Instituto Imaterra, ao ignorar a legislação ambiental, o governo da Bahia fez do desmatamento uma política de estado. Maia afirma que quase 100% do desmatamento realizado no estado foi autorizado pelo governo estadual. Quadros, V., 'Agronegócio desmatou “51 mil campos de futebol” de vegetação nativa no cerrado baiano', Instituto Humanitas Unisinos, 8 de agosto de 2022, disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/621020-agronegocio-desmatou-51-mil-campos-de-futebol-de-vegetacao-nativa-no-cerrado-baiano>

³⁹ Entrevista da Earthsight com Catarina Lopes Leite, junho de 2023.

EMBARGO ATÉ 7AM CET 11 ABRIL

responsáveis por eles. Os casos são Estrondo e Capão do Modesto, ou simplesmente Capão. As empresas são o Grupo Horita e a SLC Agrícola.

As ações dessas empresas no oeste da Bahia não são casos isolados. Na verdade, são casos emblemáticos do agronegócio em escala industrial para fins de exportação que está devastando o Cerrado e suas comunidades tradicionais. Um estudo descobriu que, em 2020, 99% do desmatamento no Cerrado foi ilegal, sendo que a maior parte dessa destruição foi causada por latifúndios que representam apenas 1% de todas as propriedades rurais.⁴⁰ A especulação imobiliária, o fracasso do Estado em demarcar e proteger terras públicas e o apoio quase incondicional do governo baiano à expansão do agronegócio resultaram na grilagem generalizada de terras e na perda de vegetação nativa.⁴¹

O vilarejo de Cachoeira, onde vive Dona Catarina, e outras seis comunidades se agrupam em uma área de 82 mil hectares, uma pequena fração das centenas de milhares de hectares que ocupavam apenas quatro décadas atrás. Grande parte de suas terras tradicionais foi tomada por uma imensa fazenda chamada Agronegócio Condomínio Cachoeira do Estrondo.⁴² Ali, dezenas de empresas dedicadas ao agronegócio hoje cultivam soja, algodão e milho em um planalto, chamado de chapada, que já foi coberto de mata e era usado para caça de subsistência pelas comunidades de geraizeiros.

A propriedade atualmente ocupa 320 mil hectares,⁴³ uma área quase quatro vezes maior que a cidade de Nova York,⁴⁴ que inclui não apenas a chapada desmatada, mas também os vales circundantes ainda habitados pelas comunidades de geraizeiros. Implicado em desmatamento ilegal, violência armada, corrupção e condições de trabalho análogas à escravidão, o projeto foi apontado como um dos casos mais emblemáticos de grilagem de terras no Brasil.^{45 46}

O maior produtor de algodão e soja na Estrondo é o Grupo Horita.⁴⁷ Originários do estado do Paraná, os irmãos Walter, Ricardo e Wilson Horita chegaram à Bahia em 1984. Após adquirir inicialmente 1.200 hectares de terras agrícolas, hoje o Grupo Horita possui pelo menos 140 mil hectares de terras espalhadas por seis municípios do oeste baiano.⁴⁸

⁴⁰ Moreira, A., 'Destrução e doença: o que o agro planta no Cerrado', O Joio e o Trigo, 22 mar 2022, disponível em:

<https://ojoioetrigo.com.br/2022/03/destruicao-e-doenca-o-que-o-agro-planta-no-cerrado/>

⁴¹ Associação de Advogados/as de Trabalhadores/as Rurais (AATR), 'Na fronteira da (i)legalidade: Desmatamento e grilagem no Matopiba, novembro de 2021, disponível em: <https://www.matopibagrilagem.org/>; Paes, C. F., 'Com desmatamento no Cerrado em alta, governo revela como quer frear a destruição', Agência Pública, 29 de novembro de 2023, disponível em: <https://apublica.org/nota/com-desmatamento-no-cerrado-em-alta-governo-revela-como-quer-frear-a-destruicao/>

⁴² Agronegócio Estrondo, disponível em: <https://agronegociostrondo.com.br/>

⁴³ Existem diversas discrepâncias em relação ao tamanho da Estrondo. O primeiro registro da propriedade, de 1981, indica que a propriedade ocupava 405 mil hectares. O inquérito civil público do Ministério Público da Bahia afirma que a área ocupa 305 mil hectares. A área mostrada acima (aproximadamente 319.763 ha) foi retirada da ação movida pelo procurador-geral da Bahia contra a Estrondo. Em comentários enviados à Earthsight, a Estrondo disse que a propriedade ocupa uma área de 205 mil hectares.

⁴⁴ Prager, A. yMilhorance, F., 'Cerrado: Traditional communities accuse agribusiness of 'green land grabbing'', Mongabay, 22 de março de 2018, disponível em: <https://news.mongabay.com/2018/03/cerrado-traditional-communities-accuse-agribusiness-of-green-land-grabbing/>

⁴⁵ Carvalho, I., 'Fazenda símbolo de grilagem sofre derrota "emblemática" e perde área para geraizeiros', Brasil de Fato, 10 de julho de 2020, disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/07/10/fazenda-simbolo-de-grilagem-sofre-derrota-emblematica-e-perde-area-para-geraizeiros>

⁴⁶ Reimberg, M., 'Fazenda Estrondo coleciona crimes trabalhistas e ambientais', Repórter Brasil, 26 de novembro de 2009, disponível em <https://reporterbrasil.org.br/2009/11/fazenda-estrondo-coleciona-crimes-trabalhistas-e-ambientais/>

⁴⁷ Paes, C.F., 'Expoentes do agronegócio são a face menos falada do esquema de venda de sentenças na Bahia', 16 de dezembro de 2019, De Olho nos Ruralistas, disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2019/12/16/expoentes-do-agronegocio-sao-a-face-menos-falada-do-esquema-de-venda-de-sentencas-na-bahia/>

⁴⁸ Venancio, R. e Mesquita, A., 'Webserie Top Farmers', disponível em <https://plantproject.com.br/2018/01/a-marca-dos-top-farmers/>

EMBARGO ATÉ 7AM CET 11 ABRIL

A empresa é a sexta maior produtora de algodão do Brasil⁴⁹, com uma produção estimada de 180 mil toneladas na safra 2022-23.⁵⁰ O Grupo Horita exporta 70% do algodão que colhe.⁵¹ Os Horita estão supostamente entre as famílias mais ricas do Brasil.⁵² Eles plantam algodão, soja e outras culturas em aproximadamente um terço da Estrondo, ou cerca de 100 mil hectares.⁵³

Outro importante ator no centro desta investigação sobre o oeste da Bahia, a SLC Agrícola, é o maior produtor de algodão do Brasil.⁵⁴ A empresa chegou à região no início dos anos 2000 e hoje está presente em seis municípios, onde cultiva 147 mil hectares, dos quais 44 mil são de algodão.⁵⁵

A SLC está sediada no Rio Grande do Sul e pertence à família Logemann, uma das mais ricas do país, com bens avaliados em mais de R\$ 7,2 bilhões (US\$ 1,4 bilhão).⁵⁶ O grupo, com lucro líquido superior a R\$ 1 bilhão (US\$ 271 milhões) em 2022,⁵⁷ também possui propriedades em outros cinco estados brasileiros, todas no bioma do Cerrado.⁵⁸

A SLC foi apontada como uma das maiores desmatadoras no Cerrado.⁵⁹ O Fundo Estatal de Pensões da Noruega se desfez de seus investimentos na SLC há alguns anos devido às ligações da empresa com o desmatamento.⁶⁰ A empresa foi muitas vezes associada por ONGs ao desmatamento irresponsável no Brasil.⁶¹

Como este relatório mostrará, o Grupo Horita e a SLC estão ligados à grilagem de terras e à violência contra a comunidade do Capão do Modesto, em Correntina. Órgãos ambientais acusaram as duas

⁴⁹ Duarte, I., Pakulski, L. e Couto, C., 'Grupo Horita investe para ampliar área na Bahia e vê boa safra de grãos e algodão', O Estado de São Paulo, 20 de junho de 2022, disponível em: <https://www.estadao.com.br/economia/coluna-do-broadcast-agro/coluna-broadcast-agro-grupo-horita/>

⁵⁰ Ibid

⁵¹ Ibid

⁵² Angelo, M., 'Investigação revela esquema de corrupção entre juízes e ruralistas no oeste da Bahia', Mongabay Brasil, 25 de novembro de 2019, disponível em: <https://brasil.mongabay.com/2019/11/investigacao-revela-esquema-de-corrupcao-entre-juizes-e-ruralistas-no-oeste-da-bahia/>

⁵³ Com base na pesquisa da Earthsight sobre as propriedades do Grupo Horita no oeste baiano, que incluiu consultas aos bancos de dados de propriedades rurais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Incra (Sigef e SNCI), do Cefir (CAR) e registros de cartório. Ver nota acima sobre as divergências sobre o tamanho da Estrondo.

⁵⁴ Mais Soja, 'Brasil se prepara para ser o maior exportador global de algodão', 29 de novembro de 2022, disponível em:

<https://maissoja.com.br/brasil-se-prepara-para-ser-o-maior-exportador-global-de-algodao/>

⁵⁵ Números fornecidos pela empresa à Earthsight.

⁵⁶ UOL, 'Quem são os 10 maiores bilionários do agronegócio do Brasil?', 04 set 2022, disponível em

<https://economia.uol.com.br/mais/suno/noticias/2022/09/04/quem-sao-os-10-maiores-bilionarios-do-agronegocio-do-brasil.htm>

⁵⁷ SLC Agrícola, 'Relatório Integrado 2022', p. 81, disponível em: <https://www.slccagricola.com.br/en/wp-content/uploads/2023/06/sustainability-integrated-report-2022.pdf>

⁵⁸ SLC Agrícola, 'Nossas Fazendas', disponível em: <https://www.slccagricola.com.br/nossas-fazendas/>

⁵⁹ Chain Reaction Research, 'Key Cerrado Deforesters in 2020 Linked to the Clearing of More Than 110,000 Hectares', 30 de março de 2021, disponível em: <https://chainreactionresearch.com/report/cerrado-deforestation-2020-soy-beef/>

⁶⁰ Chain Reaction Research, 'The Chain: Norwegian Government Pension Fund's Soy Company Exclusion Linked to Deforestation, No Longer Invested in SLC Agrícola', 19 de abril de 2018, disponível em: <https://chainreactionresearch.com/the-chain-norwegian-government-pension-funds-soy-company-exclusion-linked-to-deforestation-no-longer-invested-in-slc-agricola/>; Norges Bank Investment Management, 'Responsible Investment 2017: Government Pension Fund Global', No 4, disponível em: <https://www.nbim.no/contentassets/67c692a171fa450ca6e3e1e3a7793311/responsible-investment-2017---government-pension-fund-global.pdf>

⁶¹ Mighty Earth, 'Soy and Cattle, Report 2', Rapid Response, julho de 2019, disponível em: https://www.mightyearth.org/wp-content/uploads/Rapid-Response_Soy-and-Cattle_Report-2.pdf; Mighty Earth, 'Soy and Cattle, Report 21', Rapid Response, fevereiro de 2021, disponível em: https://www.mightyearth.org/wp-content/uploads/RR_Report_2169.pdf; Chain Reaction Research, 'Foreign Farmland Investors in Brazil Linked to 423,000 Hectares of Deforestation', dezembro de 2018, disponível em: <https://chainreactionresearch.com/wp-content/uploads/2018/12/Foreign-Farmland-Investors-in-Brazil-Linked-to-423000-Hectares-of-Deforestation-1.pdf>; Chain Reaction Research, 'SLC Agrícola: Planned Deforestation Could Contradict Buyers' ESG Policies', 29 de outubro de 2018, disponível em: <https://chainreactionresearch.com/report/slc-agricola-planned-deforestation-could-contradict-buyers-esg-policies/>; Chain Reaction Research, 'SLC Agrícola: Cerrado Deforestation Poses Risks to Revenue and Farmland Assets', 18 de setembro de 2017, disponível em: <https://chainreactionresearch.com/wp-content/uploads/2017/09/slc-agricola-company-profile-18092017-1.pdf>; Chain Reaction Research, 'The Chain: SLC Agrícola avança com limpeza de 5.200 hectares de vegetação nativa', 17 de abril de 2020, disponível em: <https://chainreactionresearch.com/the-chain-slc-agricola-moves-forward-with-clearing-5200-hectares-of-native-vegetation/>; Chain Reaction Research, 'The Chain: Wildfires Rage on SLC Agrícola Farm', 8 de outubro de 2020, disponível em: <https://chainreactionresearch.com/the-chain-wildfires-rage-on-slc-agricola-farm/>

EMBARGO ATÉ 7AM CET 11 ABRIL

empresas de desmatamento ilegal no oeste da Bahia.⁶² Enquanto isso, Walter Horita esteve envolvido em um dos escândalos de corrupção mais chocantes da história recente do Brasil.

A SLC Agrícola e o Grupo Horita ilustram bem os terríveis impactos ambientais e humanos que os grandes produtores de commodities têm causado no oeste da Bahia. Os detalhes dos seus crimes na região deveriam chocar qualquer pessoa que considere fazer negócios com essas empresas. No entanto, o algodão produzido por elas é amplamente comercializado no mercado internacional, por grandes marcas globais. A indústria da moda é cúmplice dessas transgressões, e seu fracasso em assumir suas responsabilidades está ficando cada vez mais evidente.

Capítulo 2: Grilagem, violência e corrupção

Estrondo: a grilagem de 4.000 km² de terras

“No começo, a gente ouviu o barulho de máquinas. Com questão de tempo eles foram avançando, aumentando as lavouras, construíram várias sedes e o desmatamento foi crescendo.”⁶³ Jossone Lopes, morador de Cachoeira, lembra quando os primeiros fazendeiros chegaram. As plantações e casas que ele menciona fazem parte do que passou a ser chamado de Estrondo.

Foi um processo corrupto e ilegal desde o início.⁶⁴

Em junho de 1981, uma empresa chamada Delfin Rio comprou uma propriedade de 405 mil hectares na Bahia.⁶⁵ Cobrindo uma grande área do rico bioma do Cerrado, a propriedade era maior que a ilha de Long Island, em Nova York. A Delfin Rio posteriormente registrou o terreno como Agronegócio Condomínio Cachoeira do Estrondo – ou simplesmente 'Estrondo'.⁶⁶ Essa aquisição pode ser considerada suspeita por vários motivos. O título de propriedade daquelas terras não faz nenhuma referência à cadeia sucessória⁶⁷ – algo ilegal, segundo a lei brasileira.⁶⁸ Além disso, o número do título de terra da propriedade adquirida pela Delfin também não corresponde ao título registrado pela empresa da qual a Delfin comprou o terreno – outro sinal de alerta importante.⁶⁹

O número do título de terra precisam ser mantidos mesmo quando a propriedade muda de mãos.⁷⁰ Alterações nesses números são vistas como forte indício de fraude. “Foi assim que surgiram esses títulos de terra falsos nas décadas de 1970 e 1980”,⁷¹ explica André Sacramento, advogado da Associação de Advogados/as de Trabalhadores/as Rurais (AATR). Uma análise mais aprofundada

⁶² Inema, 'Análise Espacial e Temporal de Cadastros de Imóveis Cefir - Agronegócio Condomínio Cachoeira do Estrondo', Parecer Técnico COTIC, 13 de julho de 2020, cópia mantida pela Earthsight; Banco de dados público do Ibama, disponível em:

<https://servicos.ibama.gov.br/ctf/publico/areasembargadas/ConsultaPublicaAreasEmbargadas.php>

⁶³ Entrevista da Earthsight com Jossone Lopes, junho de 2023.

⁶⁴ Associação de Advogados/as de Trabalhadores/as Rurais (AATR), 'Na Fronteira da Ilegalidade: Desmatamento e Grilagem no Matopiba', 2021, p. 121, disponível em: https://f72a317a-de62-4659-a775-7e86e2421917.filesusr.com/ugd/90fabf_904c1fc80ef64b04bd895c4959055366.pdf

⁶⁵ Ministério Público do Estado da Bahia (MPBA), 'Inquérito Civil Público (593.0.218865/2012)', junho de 2012, p. 203, cópia mantida pela Earthsight.

⁶⁶ Agronegócio Estrondo, disponível em: <https://agronegocioestrondo.com.br/>

⁶⁷ Ministério Público do Estado da Bahia (MPBA), 'Inquérito Civil Público (593.0.218865/2012)', junho de 2012, p. 203, cópia mantida pela Earthsight.

⁶⁸ Lei 6.015/1973, Art. 176, ii.

⁶⁹ Esses 405.000 hectares são o resultado da junção de oito glebas. Não está claro se a empresa proprietária das terras antes da Delfin, a União de Construtoras, comprou as oito glebas separadamente ou como uma só propriedade. Seja como for, não há registro de propriedade de qualquer uma dessas oito glebas em qualquer período anterior à aquisição dos terrenos pela União de Construtoras. Ministério Público do Estado da Bahia (MPBA), 'Inquérito Civil Público (593.0.218865/2012)', junho de 2012, p. 203, cópia mantida pela Earthsight.

⁷⁰ Lei 6.015/1973, Art. 176, ii.

⁷¹ Entrevista da Earthsight com André Sacramento, junho de 2023.

EMBARGO ATÉ 7AM CET 11 ABRIL

feita pelo Ministério Público da Bahia (MPBA) revelou outras irregularidades associadas ao título dessas terras, incluindo a falta de dimensões ou limites registrados. Segundo o MPBA, tudo isso sugere “ilegalidade flagrante”.^{72,73}

A Estrondo começou como uma grande fazenda de propriedade da Delfin Rio. Com o passar do tempo, diferentes empresas do agronegócio arrendaram ou compraram terrenos dentro da Estrondo, criando um complexo quebra-cabeça de diferentes atores explorando a área. “Quando a gente fala no condomínio Estrondo, parece que é apenas uma empresa. E a realidade não é essa. Estão reunidas dezenas de propriedades rurais”, explica o procurador Eduardo Bittencourt. No entanto, a Estrondo manteve uma estrutura administrativa central responsável pela gestão de determinados aspectos da fazenda como um todo.⁷⁴ Essa é a 'Estrondo' que apresentou seus comentários à Earthsight, conforme destacado abaixo.

Bittencourt conhece bem a Estrondo. Em 2012, o MPBA abriu um inquérito civil público para coletar provas sobre a grilagem de terras e o conflito com as comunidades locais de geraizeiros. “Em primeiro lugar, queremos garantir a proteção dos territórios das comunidades”, afirma.⁷⁵

Existem 365 títulos de terra diferentes dentro da propriedade, hoje “reduzida” a 320 mil hectares.⁷⁶ Mas uma coisa que todos os seus detentores têm em comum – além de título de posse questionáveis⁷⁷ – é uma atitude agressiva para com as comunidades de cujas terras eles se apropriaram.

Assédio e intimidação

Há mais de 10 anos, as comunidades começaram a sofrer intimidação e assédio por parte de homens armados que supostamente trabalhavam para os fazendeiros. Em diversas ocasiões, o gado dos moradores foi ferido ou simplesmente desapareceu.⁷⁸ Os proprietários e funcionários da Estrondo impuseram uma série de medidas para cercar os movimentos e atividades dos geraizeiros, sobretudo a passagem de seu gado pelos vales adjacentes: foram instalados postos de controle com homens armados, cercas em volta das casas das comunidades, e valas profundas foram cavadas por todo o seu território.⁷⁹ O objetivo era manter os geraizeiros fora da 'propriedade da Estrondo'.⁸⁰ Em seguida, veio a criminalização. Alguns membros da comunidade tiveram as suas casas revistadas pela polícia sem mandado.⁸¹ Outros foram detidos e levados para a delegacia.⁸²

Todavia, a tentativa da Estrondo de confinar os geraizeiros a pequenas áreas e limitar suas atividades tradicionais não está diretamente ligada a nenhum plano para transformar os vales e

⁷² Ministério Público do Estado da Bahia (MPBA), 'Inquérito Civil Público (593.0.218865/2012)', junho de 2012, p. 203, cópia mantida pela Earthsight.

⁷³ Ministério Público do Estado da Bahia (MPBA), 'Procedimento Comum Cível (0000047-86.1995.8.05.0081)', 1995, p. 5, cópia mantida pela Earthsight.

⁷⁴ Entrevista da Earthsight com o promotor público Eduardo Bittencourt, junho de 2023.

⁷⁵ Entrevista da Earthsight com o promotor público Eduardo Bittencourt, junho de 2023.

⁷⁶ O valor aqui indicado é o reconhecido pelo procurador-geral da Bahia em sua ação contra a Cia. Melhoramentos do Oeste da Bahia e Outros (8000499-51.2018.8.05.0081), 2021, p. 6, cópia mantida pela Earthsight.

⁷⁷ Vários deles não fazem qualquer referência aos proprietários anteriores, levantando suspeitas sobre a sua legalidade. Um exemplo é o Lote 92, uma fazenda de 1.532 hectares que a Delfin Rio adquiriu em 1994 depois que um juiz local autorizou seu registro sem comprovação de propriedade anterior. O terreno acabou se tornando propriedade da Colina Paulista em 1998, até ser vendido para outra empresa em 2008. Em outubro de 2014, o Grupo Horita adquiriu a propriedade. Registro de título, 'Matrícula 1278,' p. 5, cópia mantida pela Earthsight.

⁷⁸ Ministério Público do Estado da Bahia (MPBA), 'Inquérito Civil Público (593.0.218865/2012)', junho de 2012, p. 203, cópia mantida pela Earthsight.

⁷⁹ Ibid

⁸⁰ Ibid

⁸¹ Ibid

⁸² Ibid

EMBARGO ATÉ 7AM CET 11 ABRIL

veredas das comunidades em plantações. Na verdade, há tempos que a Estrondo tem outra coisa em mente para estes locais bem preservados.

O Código Florestal Brasileiro exige que todas as propriedades rurais do Cerrado preservem pelo menos 20% de sua área total.⁸³ Essas áreas de habitat protegido são conhecidas como reservas legais. Contrariando o espírito, senão a letra, desta lei, e para permitir o desmatamento de toda a sua área produtiva, o agronegócio começou a designar os vales das comunidades – que também apareciam na área reivindicada pela Estrondo – como suas reservas legais. A Estrondo reivindicou mais de 50 mil hectares de terras comunitárias para tais fins.⁸⁴ Assim funciona a conversão sistemática de terras comunitárias em reservas legais, eliminando abruptamente os direitos de que essas comunidades desfrutaram durante gerações. Só o Grupo Horita detém mais de 22 mil hectares de reservas legais na Estrondo, parte dos quais se sobrepõe aos locais habitados pelas comunidades.⁸⁵

A manobra tem sido utilizada em todo o oeste baiano e ficou conhecida como “grilagem verde”. “É uma área que, aos olhos dos fazendeiros, está ali preservada, pronta para ser convertida em reserva legal. Só que nessa área vivem as comunidades.”,⁸⁶ explica Sacramento. A imposição de reservas legais sobre suas terras impede que as famílias exerçam atividades de subsistência e até mesmo que permaneçam nas terras.⁸⁷ Essa situação viola os seus direitos e ameaça a sua existência. Também permite que os gigantes do agronegócio desmatem extensões muito maiores de terras que, de outra forma, deveriam ser preservadas.

Mas as comunidades reagiram. Em abril de 2017, moveram uma ação contra a Estrondo contestando a titularidade de suas terras e denunciando as violações sofridas desde 2011. No mês seguinte, um juiz decidiu que as comunidades tinham o direito de usufruir plenamente dos seus territórios tradicionais.⁸⁸ No ano seguinte, o governo da Bahia reconheceu os direitos das comunidades sobre 82.775 hectares de terra.⁸⁹ Uma área do tamanho de Manhattan, de um total do tamanho de Long Island, precisaria ser novamente disponibilizada às comunidades de forma integral.

A reação do agronegócio foi rápida. A Estrondo cavou uma trincheira com quase três quilômetros de extensão nas terras das comunidades para impedir a movimentação de moradores e rebanhos.⁹⁰ Em fevereiro de 2019, Jossone Lopes, membro da comunidade, foi baleado por seguranças que trabalhavam para a Estrondo. Ele foi atingido na perna esquerda ao tentar recuperar gado

⁸³ Lei 12.651/2012 (Código Florestal Brasileiro) disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm

⁸⁴ Inema, 'Parecer Técnico COTIC: Análise Espacial e Temporal de Cadastro de Imóveis Cefir – Agronegócio Condomínio Cachoeira do Estrondo', 13 de julho de 2020, cópia mantida pela Earthsight.

⁸⁵ Inema, 'Parecer Técnico COTIC: Análise Espacial e Temporal de Cadastro de Imóveis Cefir – Agronegócio Condomínio Cachoeira do Estrondo', 13 de julho de 2020, cópia mantida pela Earthsight.

⁸⁶ Entrevista da Earthsight com André Sacramento, junho de 2023.

⁸⁷ Membros de comunidades entrevistados pela Earthsight disseram que um grande número de vizinhos deixou o oeste da Bahia com destino a favelas em Brasília e outras grandes cidades. D'Angelis Filho, J.S. and Dayrell, C.A., 'Ataque aos Cerrados: a saga dos geraizeiros que insistem em defender o seu lugar', Universidade Católica de Salvador, 2006, disponível em: <https://cadernosdoceas.ucsal.br/index.php/cadernosdoceas/article/viewFile/173/153>

⁸⁸ Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA), 'Decisão Interlocutória 0501082-35.2017.8.05.0022', cópia mantida pela Earthsight.

⁸⁹ Embora o órgão fundiário rural da Bahia, CDA, tenha reconhecido o direito da comunidade de ocupar mais de 82 mil hectares, o tribunal superior da Bahia (TJBA) ainda manteve a análise inicial que atribuía às comunidades pouco mais de 43 mil hectares de terras. Os moradores ainda aguardam a revisão desta decisão. Documentos judiciais em poder da Earthsight.

⁹⁰ O Estado de Minas, 'Monoculturas tomam o lugar do Cerrado e ameaçam comunidades no Nordeste', 11 de junho de 2019, disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2019/06/11/interna_internacional,1060896/monoculturas-tomam-o-lugar-do-cerrado-e-ameacam-comunidades-no-nordest.shtml

EMBARGO ATÉ 7AM CET 11 ABRIL

confiscado pelos seguranças, mas conseguiu escapar com a ajuda de seus companheiros.⁹¹ Foi só em dezembro de 2019 que os postos de guarda da Estrondo nos vales das comunidades foram finalmente desativados.

De forma surpreendente, depois de anos fazendo vista grossa, as autoridades da Bahia por fim decidiram agir. Em outubro de 2018, a Procuradoria-Geral do Estado da Bahia abriu ação contra a Estrondo para recuperar as terras para o estado. Em processo judicial de 2021, o procurador-geral concluiu que os títulos de propriedade da Estrondo apresentavam evidências claras de ilegalidades.⁹² Fazendo referência aos terrenos que acabaram por compor a Estrondo, ele argumentou: “Como num passe de mágica, [os grileiros] conseguiram a incrível façanha de transformar 36 mil hectares na fantástica soma de 382.354 hectares.”⁹³ O processo está em andamento.

Em carta enviada à Earthsight, a Estrondo disse que o uso de todas as terras da propriedade é legal e que nunca houve grilagem. Afirmou ainda que tentou chegar a um acordo “definitivo, equilibrado e justo” com as comunidades e os procuradores. A Estrondo negou restringir os movimentos das comunidades e disse que se opõe ao uso da violência. Acusou membros da comunidade de atos criminosos contra suas propriedades e funcionários. Disse também que a propriedade cobre uma área de 205.000 hectares.

Em comentários enviados à Earthsight, o Grupo Horita negou possuir propriedades dentro da Estrondo.⁹⁴ No entanto, imagens de satélite, títulos de propriedade, documentos judiciais e muitas outras provas vistas pela Earthsight demonstram claramente que o Grupo Horita possui áreas de exploração agrícola dentro da Estrondo.⁹⁵ O inquérito público do MPBA, por exemplo, nomeia a empresa entre as partes que procuram um acordo sobre o conflito. No dia 10 de agosto de 2022, o MPBA foi contatado por representantes do Grupo Horita solicitando acesso ao inquérito.⁹⁶

Na ausência de uma solução legal definitiva a respeito da grilagem de terras no caso Estrondo, o promotor Bittencourt persuadiu as comunidades e os fazendeiros a negociarem um acordo de convivência.⁹⁷ Isso ilustra o fracasso do Estado em pôr fim a décadas de grilagem e lucros ilícitos.

Capão do Modesto: “um dos mais graves casos de grilagem de terras na Bahia”

Na comunidade de fundo e fecho de pasto do Capão do Modesto, 19 propriedades privadas se sobrepõem ao seu território de 11.200 hectares.⁹⁸ A maior parte dessas terras foi vendida para empresas do agronegócio – para serem usadas como reservas legais “no papel”, permitindo o desmatamento adicional em outros locais – por um casal pobre e analfabeto que assinou os

⁹¹ Associação de Advogados/as de Trabalhadores/as Rurais (AATR), 'Em novo ataque, seguranças da fazenda Estrondo “prendem” geraizeiro de Formosa do Rio Preto (BA)', 2019, disponível em: https://www.facebook.com/notes/associa%C3%A7%C3%A3o-de-advogadas-de-trabalhadoras-rurais-aatrbahia/em-novo-ataque-seguran%C3%A7as-da-fazenda-estrondo-prendem-geraizeiro-de-formosa-do-r/1020263041509182/?_tn=H-R; Mongabay, 'Vídeo: Agricultor do Cerrado é baleado em meio à crescente conflito com agronegócio', 5 de março de 2019, disponível em: <https://brasil.mongabay.com/2019/03/video-agricultor-do-cerrado-e-baleado-em-meio-a-crescente-conflito-com-agronegocio/>

⁹² Procuradoria-Geral do Estado da Bahia (PGE), 'Ação contra Cia. Melhoramentos do Oeste da Bahia e Outros (8000499-51.2018.8.05.0081)', 2018, p. 20, cópia mantida pela Earthsight.

⁹³ Ibid

⁹⁴ O Grupo Horita disse à Earthsight que as fazendas que identificamos como pertencentes ao Estrondo estão na verdade dentro de outra propriedade chamada Centúria. Contudo, dados de propriedade e imagens de satélite obtidas pela Earthsight mostram a Centúria claramente dentro da Estrondo.

⁹⁵ Para títulos de terras, Ministério Público do Estado da Bahia (MPBA), 'Inquérito Civil Público (593.0.218865/2012)', junho de 2012, p. 106 em diante, cópia mantida pela Earthsight.

⁹⁶ Ministério Público do Estado da Bahia (MPBA), 'Inquérito Civil Público (593.0.218865/2012)', junho de 2012, p. 16.000, cópia mantida pela Earthsight.

⁹⁷ Inquérito Civil Público, 'Ministério Público do Estado da Bahia. (593.0.218865/2012)', junho de 2012, cópia mantida pela Earthsight.

⁹⁸ Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA), 'Pedido de reintegração de posse (8000574-63.2017.8.05.0069)', 2017, cópia mantida pela Earthsight.

EMBARGO ATÉ 7AM CET 11 ABRIL

documentos de venda com as impressões digitais.⁹⁹ Análise produzida pela Associação de Advogados/as de Trabalhadores/as Rurais revelou que o casal teria supostamente herdado 16 mil hectares de terras em 1960, mas não há registros do inventário do falecido nem de que alguém do casal fosse seu herdeiro, o que é uma exigência legal.¹⁰⁰ A análise também mostrou que o casal nunca morou na área. Moradores do Capão do Modesto disseram à Earthsight que suspeitam que o casal tenha sido usado como fachada para um esquema de grilagem de terras.¹⁰¹

Outro sinal de alerta são os preços estranhamente baixos que os fazendeiros pagaram pelas terras. Em 2007, Luiz Carlos Bergamaschi, grande cotonicultor do oeste da Bahia, atual presidente da Associação Baiana dos Produtores de Algodão (Abapa) e proprietário de 14 lotes em Capão do Modesto, adquiriu uma propriedade de 90 hectares por R\$ 3.500 (US\$ 1.600).¹⁰² Isso equivale a menos de R\$ 38 (US\$ 17) por hectare. Nenhuma de suas 13 propriedades restantes no Capão custou mais que R\$ 361 (US\$ 166) por hectare.^{103,104} As propriedades rurais no oeste da Bahia eram avaliadas na época entre US\$ 2.500 e US\$ 4.000 por hectare.¹⁰⁵ Estudos sugerem que preços excessivamente baixos pagos por terras no Brasil podem ser evidência de grilagem de terras.¹⁰⁶

O mesmo fenômeno de grilagem verde observado no caso Estrondo ocorre no Capão do Modesto. Os proprietários de terras não adquiriram propriedades ali para cultivar, mas para indicá-las como reservas legais de fazendas localizadas alhures.¹⁰⁷

Não é por acaso que os produtores de algodão estão reivindicando áreas sobrepostas ao Capão do Modesto ou às terras das comunidades em Formosa do Rio Preto como suas reservas legais. Embora a prática seja legal há décadas, a capacidade do agronegócio de localizar reservas legais longe de suas fazendas ganhou ímpeto nos últimos anos, após mudanças no Código Florestal do Brasil e nas leis ambientais da Bahia.^{108,109} Grandes proprietários de terras em todo o oeste baiano aproveitaram a oportunidade, que até muito recentemente lhes permitia remover completamente a vegetação nativa de suas fazendas.¹¹⁰

Entretanto, os especialistas entrevistados pela Earthsight são categóricos sobre os danos que isso pode causar: “O Cerrado é formado por vários ecossistemas. Quando fazendas e suas reservas legais estão em áreas diferentes, a preservação dos ecossistemas mais afetados pela agricultura em grande escala – que tende a se concentrar onde os campos costumavam ser mais abundantes – é dificultada. Outro problema grave é que grande parte da atividade do agronegócio no oeste da Bahia

⁹⁹ Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA), 'Pedido de reintegração de posse (8000574-63.2017.8.05.0069)', 2017, cópia mantida pela Earthsight.

¹⁰⁰ Associação de Advogados/as de Trabalhadores/as Rurais (AATR), 'Na Fronteira da Ilegalidade: Desmatamento e Grilagem no Matopiba', 2021, p. 153, disponível em: https://f72a317a-de62-4659-a775-7e86e2421917.filesusr.com/ugd/90fabf_904c1fc80ef64b04bd895c4959055366.pdf

¹⁰¹ Entrevistas Earthsight com membros das comunidades, junho de 2023.

¹⁰² Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA), 'Pedido de reintegração de posse (8000574-63.2017.8.05.0069)', 2017, p. 200-201, cópia mantida pela Earthsight.

¹⁰³ Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA), 'Pedido de reintegração de posse (8000574-63.2017.8.05.0069)', 2017, p.182-240, cópia mantida pela Earthsight.

¹⁰⁴ Os valores em dólares norte-americanos baseiam-se na taxa de câmbio de janeiro de 2007.

¹⁰⁵ Amoroso, G., 'Preço da terra nunca subiu tanto no Brasil', Veja, 10 de fevereiro de 2008, disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/preco-da-terra-nunca-subiu-tanto-no-brasil>

¹⁰⁶ Pfeniger, K., 'In the Brazilian Amazon, land for sale on Facebook', Le Monde, 3 de junho de 2023, disponível em:

https://www.lemonde.fr/en/environment/article/2023/06/03/in-the-brazilian-amazon-land-for-sale-on-facebook_6028971_114.html

¹⁰⁷ Teixeira, F., 'Explainer: What is “green land grabbing” and why is it surging in Brazil?', TFR News, 23 de novembro de 2021, disponível em: <https://news.trust.org/item/20210929090849-bswi7>

¹⁰⁸ Lei 12.651/2012, Artigo 66, parágrafo 6, ii, disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112651.htm

¹⁰⁹ O Código Florestal de 2012 permite que fazendeiros estabeleçam reservas legais fora de suas propriedades somente se essas propriedades não tiverem sido desmatadas após julho de 2008. Contudo, o artigo 3º (ii) da portaria n. 22.078/2021, publicada em 2021 (cópia mantida pela Earthsight), foi mais permissivo ao autorizar que os proprietários realocassem as reservas legais fora dos limites das fazendas, independentemente de quando tivessem desmatado as áreas que deveriam ser reservas dentro de suas fazendas. Em 2022, sob pressão do Ministério Público do Estado da Bahia, o Inema editou a portaria n. 27646/2022 que revoga o artigo 3º.

¹¹⁰ Ibid

EMBARGO ATÉ 7AM CET 11 ABRIL

está localizada sobre o Urucuia, o maior aquífero do Brasil. Se as reservas legais dessas fazendas estiverem em outro lugar, o aquífero fica impedido de ser reabastecido pelos processos naturais que só a vegetação nativa pode possibilitar”, explica o ambientalista dos Santos.¹¹¹

Bergamaschi disse à Earthsight que pagou “preços de mercado” por suas propriedades no Capão. Ele negou que elas sejam ilegais ou estejam ligadas à grilagem e enfatizou que todas foram devidamente registradas junto às autoridades competentes.

O presidente da Abapa não é o único grande produtor de algodão implicado em negócios fundiários obscuros no Capão do Modesto. O Grupo Horita também é acusado de grilagem de terras da comunidade.¹¹² Em 2009, o Grupo adquiriu a Fazenda Alegre, uma propriedade de 2.169 hectares no Capão, usada como reserva legal para a Fazenda Sagarana, uma fazenda de algodão a cerca de 150 km de distância.¹¹³ A própria Sagarana já foi flagrada cometendo transgressões. Em 2019, o Ibama embargou mais de 250 hectares da fazenda para o cultivo de algodão transgênico na zona tampão de uma área de conservação (o embargo já foi suspenso).¹¹⁴ O Grupo Horita nega que a Fazenda Alegre se sobreponha a terras públicas ou de comunidades tradicionais.

A SLC está igualmente envolvida em acusações de grilagem de terras no Capão. Embora não possua propriedades no local, um terreno no Capão do Modesto conhecido como Tabuleiro VII é a reserva legal das fazendas de algodão e soja que a empresa arrenda mais a oeste.¹¹⁵

A SLC nega que Tabuleiro VII tenha relação com suas fazendas arrendadas.¹¹⁶ Mas as evidências vistas pela Earthsight sugerem o contrário. O cruzamento de dados e mapas fornecidos pelo Cadastro Ambiental Rural (CAR)¹¹⁷ e pelo órgão ambiental da Bahia (Inema)¹¹⁸ com títulos de propriedade emitidos pelo cartório de Correntina¹¹⁹ revela que Tabuleiro VII é de fato a reserva legal de pelo menos sete fazendas arrendadas pela SLC no oeste da Bahia.¹²⁰

A duvidosa aquisição de terras no Capão por latifundiários e produtores de algodão foi seguida de violência e assédio contra a comunidade. “Eu já fui agredido umas quatro ou cinco vezes dentro da minha própria casa. Toda pessoa estranha que chega, já penso que veio para eliminar a gente”,¹²¹

¹¹¹ Entrevista da Earthsight com Marcos Rogério Beltrão dos Santos, setembro de 2023.

¹¹² Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA), 'Pedido de reintegração de posse (8000574-63.2017.8.05.0069)', 2017, p. 321, cópia mantida pela Earthsight.

¹¹³ Ibid

¹¹⁴ O Grupo Horita informou à Earthsight que comprou a Sagarana antes da criação da unidade de conservação, chamada RESEX Recanto das Araras de Terra Ronca.

¹¹⁵ Embora a SLC identifique a propriedade do Paysandu como uma única fazenda, ela é na verdade composta por uma série de propriedades arrendadas pelo grupo que pertence à Brasil 51, empresa de fundos de investimentos. Documentos de cartório analisados pela Earthsight (cópias em poder da Earthsight) confirmam que as fazendas arrendadas pela SLC estão diretamente relacionadas às reservas legais localizadas na Tabuleiro VII, em Capão do Modesto.

¹¹⁶ Carta enviada para Earthsight. A SLC não forneceu quaisquer provas que sustentassem sua alegação.

¹¹⁷ O Cadastro Ambiental Rural, também conhecido como CAR, é um cadastro público criado pelo Código Florestal Brasileiro em 2012. Por se tratar de um sistema autodeclaratório, as informações sobre a extensão e os limites de um determinado terreno são fornecidas pelo proprietário. O mapa e os shapefiles dos imóveis cadastrados são fornecidos pelo banco de dados SICAR, disponível em:

<https://www.car.gov.br/publico/imoveis/indice>

¹¹⁸ O banco de dados SEFIR do Inema contém informações sobre todos os imóveis que possuem reserva legal, parcial ou total, no Capão do Modesto. O SEFIR oferece mapas das propriedades. Sistema Estadual de Informações Ambientais e de Recursos Hídricos (Seia), disponível em: <http://sistema.seia.ba.gov.br/home.xhtml>

¹¹⁹ Informações obtidas no Cartório de Correntina. Cópias mantidas pela Earthsight.

¹²⁰ Até recentemente, a Agro Xingu era proprietária não só das fazendas arrendadas pela SLC, mas também da propriedade Tabuleiro VII em Capão do Modesto. Porém, as unidades arrendadas que compõem a Fazenda Paysandu da SLC foram vendidas em 2023 pela Agro Xingu para a 051 Capital, que renovou o arrendamento com a SLC. Documentos de cartório mostram que a Agro Xingu ainda é proprietária da Tabuleiro VII, em Capão do Modesto. O Código Florestal Brasileiro permite que as reservas legais de uma fazenda sejam propriedade de terceiros, situação identificada aqui. Embora as fazendas arrendadas pertençam à 051 Capital, as reservas legais (Tabuleiro VII) são atualmente de propriedade da Agro Xingu.

¹²¹ Entrevista Earthsight com Antonio dos Santos Silva, junho de 2023.

EMBARGO ATÉ 7AM CET 11 ABRIL

diz Antônio dos Santos Silva, 49 anos, presidente da Associação Comunitária do Capão do Modesto. Silva disse à Earthsight que está sob vigilância constante de homens armados em motocicletas.

Em fevereiro de 2017, Silva foi violentamente atacado em Correntina.¹²² Os agressores seriam supostamente seguranças contratados por fazendeiros. Moradores do Capão contaram à Earthsight sobre episódios de intimidação, vigilância, restrição de movimento e roubo de gado por pistoleiros.

Há anos, Silva e outros membros da comunidade vêm travando uma tortuosa batalha judicial pelos seus direitos fundiários. Em novembro de 2017, os fazendeiros moveram uma ação de reintegração de posse contra oito moradores do Capão do Modesto.¹²³ Em janeiro de 2018, a juíza Marlise Freire Alvarenga concluiu que os fazendeiros não haviam conseguido comprovar a propriedade legítima da terra. Contudo, em abril daquele ano ela voltou atrás e acatou as alegações dos fazendeiros de que os moradores do Capão do Modesto haviam destruído cercas e estavam pastoreando gado ilegalmente em suas reservas legais.¹²⁴ Em junho de 2018, porém, o Tribunal de Justiça da Bahia decidiu a favor do Capão e destacou que os modos de vida coletivos das comunidades tradicionais são prejudicados pela falta de acesso às suas terras.¹²⁵

A comunidade sofreu outro revés em junho de 2019, quando a juíza do Tribunal de Justiça, Telma Britto, acatou novas denúncias feitas pelos fazendeiros de que os moradores do Capão estariam invadindo suas reservas legais.¹²⁶ Em fevereiro de 2022, uma nova decisão do juiz de primeiro grau, Matheus Agenor Alves Santos, reverteu a liminar concedida anteriormente pela juíza Marlise Freire Alvarenga, assim permitindo que a comunidade permanecesse na área. No mês seguinte, a decisão foi suspensa por Britto até que houvesse recurso.¹²⁷ Em abril de 2023, a juíza Britto mais uma vez ficou do lado dos fazendeiros e decidiu que o caso não estava relacionado a um conflito fundiário, mas sim à invasão de propriedade privada por um pequeno grupo de pessoas.¹²⁸ A comunidade recorreu e o caso segue em andamento.

Paralelamente a esta batalha jurídica, em 2021, o órgão fundiário rural da Bahia, CDA, criou uma comissão especial para avaliar a quem pertenciam os 11.200 hectares ocupados pela comunidade. A conclusão foi favorável à comunidade e contrária aos grandes produtores rurais. Em março de 2022, a CDA recomendou ações legais contra os fazendeiros.¹²⁹

Em dezembro de 2022, o procurador-geral da Bahia Sisterolli Batista finalmente assumiu a causa e abriu processo contra os fazendeiros.¹³⁰ Ele se referiu ao Capão do Modesto como “um dos mais graves casos de grilagem de terras da Bahia” e solicitou a suspensão imediata e o futuro cancelamento de todas as matrículas sobrepostas à comunidade.¹³¹ O procurador-geral destacou

¹²² Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA), 'Pedido de reintegração de posse (8000574-63.2017.8.05.0069)', 2017, cópia mantida pela Earthsight.

¹²³ Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA), 'Pedido de reintegração de posse (8000574-63.2017.8.05.0069)', 2017, cópia mantida pela Earthsight.

¹²⁴ Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA), 'Pedido de reintegração de posse (8000574-63.2017.8.05.0069)', 2017, cópia mantida pela Earthsight.

¹²⁵ Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA), 'Pedido de reintegração de posse (8000574-63.2017.8.05.0069)', 2017, cópia mantida pela Earthsight.

¹²⁶ Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA), 'Pedido de reintegração de posse (8000574-63.2017.8.05.0069)', , 2017, p. 1097, cópia mantida pela Earthsight.

¹²⁷ Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA), 'Decisão Interlocutória 0501082-35.2017.8.05.000', 2022, cópia mantida pela Earthsight.

¹²⁸ Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA), 'Decisão Interlocutória 0501082-35.2017.8.05.000', 2022, cópia mantida pela Earthsight.

¹²⁹ O CDA também diz ter encontrado 19 títulos de terra sobrepostos ao Capão do Modesto. Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA), 'Discriminatória (8001328-29.2022.8.05.0069)', 2022, p. 1076, cópia mantida pela Earthsight.

¹³⁰ Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA), 'Discriminatória (8001328-29.2022.8.05.0069)', 2022, cópia mantida pela Earthsight.

¹³¹ Sisterolli Batista também pediu o congelamento da capacidade dos fazendeiros de alterar os limites das propriedades ou vendê-las.

EMBARGO ATÉ 7AM CET 11 ABRIL

ainda o contexto de atos violentos, ameaças, detenções arbitrárias e fechamento de estradas perpetrados contra a comunidade por seguranças armados contratados pelos fazendeiros.¹³²

Em maio de 2023, o então juiz de Correntina, Matheus Agenor Alves Santos, ordenou o bloqueio de todos os títulos de propriedade do Capão e a suspensão das ações judiciais dos fazendeiros sobre a área.¹³³

Embora a decisão seja uma vitória para a comunidade, os seus problemas estão longe de terminar. Não está claro se a ação do procurador-geral será capaz de fazer os fazendeiros desistirem de suas reivindicações sobre o Capão do Modesto. Enquanto isso, Silva e seus companheiros do Capão continuam a viver com medo do próximo movimento dos fazendeiros, sob o olhar atento de bandidos armados.

Pagando para escapar do problema

As revelações que vieram à tona em 2019 são mais um exemplo da flagrante grilagem de terras em grande escala no oeste da Bahia. Naquele ano, a Polícia Federal divulgou notícias chocantes de que um vasto esquema de corrupção, envolvendo dezenas de empresários, advogados, juízes, magistrados e políticos, atuava no estado há anos. Entre seus supostos protagonistas estava ninguém menos que Walter Horita.¹³⁴

A investigação policial, conhecida como Operação Faroeste, expôs a venda generalizada – e por grandes somas de dinheiro – de decisões judiciais relacionadas a disputas fundiárias na Bahia. O nível de evidência ou suspeita contra Walter Horita deve ter sido suficientemente forte para justificar sua escuta telefônica pela polícia como parte das investigações.

As transcrições das conversas telefônicas de Horita revelam suas aparentes tentativas de influenciar membros do judiciário e políticos em Salvador em relação ao processo do procurador-geral contra a Estrondo ou os proprietários de terras com reservas no Capão do Modesto.¹³⁵ Em novembro de 2019, a Polícia Federal realizou buscas no escritório e na casa de Horita e apreendeu documentos.¹³⁶

De acordo com a denúncia que deu início à Operação Faroeste, entre 2013 e 2019, Horita teria feito transferências bancárias bilionárias – pelo menos R\$ 7,5 bilhões (US\$ bilhões) – em violação das regras de transparência sobre os dados de remetentes e beneficiários.^{137, 138} A investigação também revelou que, entre março e julho de 2018, Horita aparentemente transferiu um total de R\$ 6 milhões (US\$ 1,2 milhão) para um funcionário do judiciário.¹³⁹

¹³² Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA), 'Discriminatória (8001328-29.2022.8.05.0069)', 2022, p. 16, cópia mantida pela Earthsight.

¹³³ 1a Vara de Correntina, 'Decisão da Discriminatória 8001328-29.2022.8.05.0069', 2023, cópia mantida pela Earthsight.

¹³⁴ Peres, J. e Merlino, T., 'Itaú aceita como garantia terras investigadas por grilagem do grupo Horita', Intercept Brasil, 18 de setembro de 2023, disponível em: <https://www.intercept.com.br/2023/09/18/itau-aceita-terras-grupo-horita-investigadas-por-grilagem/>

¹³⁵ A transcrição revela uma conversa entre Walter Horita e um de seus sócios, na qual ele menciona uma viagem a Salvador para discutir um dos processos do procurador-geral com um juiz. Não está totalmente claro se Horita se refere ao processo contra a Estrondo ou ao processo envolvendo o Capão do Modesto. No entanto, a Operação Faroeste concentrou-se em casos ligados a municípios do norte da Bahia, onde está Estrondo, e não do sul da Bahia, onde está Capão. Aparentemente, Horita também vinha tentando marcar uma reunião com o vice-governador da Bahia sobre assunto semelhante. O Pedido de Busca e Apreensão Criminal do Tribunal de Justiça Federal 2019/0098024-2 declara: "Os diálogos transcritos nas páginas 426-439 do QuebSig n. 25 mostram que Walter Horita combinou de voar de Barreiras para Salvador para discutir 'esse negócio de ação discriminatória da procuradoria (ação discriminatória)', para ter uma audiência com um juiz e, além disso, para tentar marcar um 'almoço ou jantar' com o vice-governador da Bahia."

¹³⁶ Serapião, F., 'Suspeito em caso de venda de decisões judiciais movimentou 22 bilhões de reais', Crusoe, 24 de novembro de 2019, disponível em: <https://crusoe.com.br/diario/suspeito-em-caso-de-venda-de-decisoes-judiciais-movimentou-22-bilhoes-de-reais/>

¹³⁷ Paes, C.F., 'Justiça bloqueia fazendas da elite do agronegócio por suspeita de grilagem na Bahia', Agência Pública, 10 de maio de 2023, disponível em: <https://apublica.org/2023/05/justica-bloqueia-fazendas-da-elite-do-agronegocio-por-suspeita-de-grilagem-na-bahia/>

¹³⁸ Ministério Público Federal (MPF), 'OPERAÇÃO-FAROESTE-Denúncia Novembro 2020', novembro de 2020, cópia mantida pela Earthsight.

¹³⁹ Ministério Público Federal (MPF), 'Ação penal 2032PGR-/2020/AJCRIMSTJ/PGR/LMA', 17 de dezembro de 2020, p. 110, disponível em: https://www.mpf.mp.br/pgr/documentos/2032apn940_red.pdf

EMBARGO ATÉ 7AM CET 11 ABRIL

As revelações, que levaram a processos criminais e civis ainda em andamento, resultaram na suspensão de figuras importantes do judiciário baiano. Entre elas estava a juíza Marivalda Moutinho,¹⁴⁰ que trabalhava em Formosa do Rio Preto e foi descrita pelo Ministério Público Federal como o “epicentro criminoso” do esquema de corrupção.¹⁴¹ Em seu escritório, os policiais encontraram documentos com os nomes Walter Horita e Estrondo escritos à mão ao lado da quantia de R\$ 670 mil (US\$ 137 mil).¹⁴² A juíza teria agido com o apoio de um assessor acusado de negociar as quantias pagas por Horita e outros produtores de commodities aos juízes envolvidos.¹⁴³

Em 2021, a imprensa brasileira noticiou que Horita se ofereceu para colaborar com a investigação sob um acordo de delação premiada e assinou um acordo extrajudicial com o procurador-geral federal.¹⁴⁴ Horita supostamente pagou R\$ 20 milhões (US\$ 4 milhões) como parte do acordo.¹⁴⁵

Em comentários enviados à Earthsight, o Grupo Horita afirma que Walter Horita não foi alvo de denúncia pelo Ministério Público Federal, no Superior Tribunal de Justiça. O Grupo “nega veementemente” que Horita tenha celebrado um acordo de delação premiada¹⁴⁶ e diz que a empresa nunca teve qualquer negócio com a juíza Moutinho. De acordo com o Grupo Horita, auditorias independentes confirmam que Walter Horita nunca movimentou dinheiro de forma que violasse as regras de transparência.¹⁴⁷

Enquanto isso, o agronegócio continuou a desmatar vastas áreas de Cerrado em terras públicas roubadas no oeste da Bahia para abastecer mercados de algodão e grãos no exterior. A devastação ocorreu muitas vezes com a cumplicidade do estado. A Estrondo, o Grupo Horita e a SLC Agrícola têm cada um as suas próprias histórias sombrias de desmatamento, como veremos no próximo capítulo.

Capítulo 3: Crimes contra o Cerrado

“A gente banhava em rio até com medo de jacaré. Hoje em dia, sumiram até as lagartixas”, diz o ambientalista local Marcos Rogério Beltrão dos Santos, em referência aos impactos do desmatamento no oeste da Bahia.¹⁴⁸

¹⁴⁰ Bahia Notícias, 'STF mantém afastamento de Marivalda Moutinho, juíza denunciada na Operação Faroeste', 21 de abril de 2023, disponível em: <https://www.bahianoticias.com.br/justica/noticia/67232-stf-mantem-afastamento-de-marivalda-moutinho-juiza-denunciada-na-operacao-faroeste>

¹⁴¹ Ministério Público Federal (MPF), 'OPERAÇÃO-FAROESTE-Denúncia Novembro 2020', novembro de 2020, cópia mantida pela Earthsight.

¹⁴² Ibid

¹⁴³ Ibid

¹⁴⁴ Augusto C., 'Colaboração premiada, acordo de não persecução penal e acordo de leniência são propostos por tres denunciados e duas empresas envolvidas em possíveis atos de corrupção do Caso Faroeste', Jornal Grande Bahia, 7 de janeiro de 2021, disponível em: <https://jornalgrandebahia.com.br/2021/01/colaboracao-premiada-acordo-de-nao-persecucao-penal-e-acordo-de-leniencia-sao-propostos-por-tres-denunciados-e-duas-empresas-envolvidas-em-possiveis-atos-de-corrupcao-do-caso-faroeste/>

¹⁴⁵ Ibid

¹⁴⁶ Resposta do Grupo Horita ao Earthsight. A Procuradoria-Geral da República não fez nenhuma declaração pública sobre a transação penal, o que não é incomum no Brasil. A Earthsight apresentou um pedido de liberdade de informação ao gabinete do procurador-geral federal com perguntas sobre este suposto acordo judicial. Em resposta, a instituição não negou o suposto acordo, mas enfatizou que os detalhes da investigação eram confidenciais.

¹⁴⁷ Resposta do Grupo Horita ao Earthsight.

¹⁴⁸ Entrevista da Earthsight com Marcos Rogério Beltrão dos Santos, junho de 2023.

EMBARGO ATÉ 7AM CET 11 ABRIL

O Cerrado abriga 5% de todas as espécies do mundo e um terço da biodiversidade do Brasil.¹⁴⁹ O bioma tem um papel crucial na manutenção de vários dos principais rios brasileiros e sul-americanos.¹⁵⁰

Membros de comunidades tradicionais do oeste da Bahia, incluindo os geraizeiros, lembram-se com saudade dos dias em que o tucumã, o pequi, o capim dourado e o coco eram abundantes. Eles conseguiam caçar e pescar. Durante gerações, o Cerrado proporcionou a essas comunidades alimento, água potável, abrigo e medicamentos naturais.

Tudo isso mudou drasticamente. Nas últimas décadas, o Cerrado perdeu mais da metade de sua vegetação nativa para a agricultura em grande escala.¹⁵¹ Desde 1985, o estado da Bahia perdeu quase um quarto de seus nove milhões de hectares originais de Cerrado para a agricultura industrial.¹⁵² O impacto climático tem sido enorme: a remoção da vegetação do Cerrado para a produção agrícola gera tanto carbono por ano quanto as emissões anuais de 50 milhões de carros.¹⁵³

O Cerrado corre o risco de perder mais de 1.100 espécies até 2050 se a expansão do agronegócio continuar no ritmo atual.¹⁵⁴ Diversas espécies da fauna (lobo-guará, rolinha-do-planalto) e da flora (juçara, brasileira, canelinha) estão ameaçadas de extinção devido à perda de habitat – realidade que atinge quase um quinto das espécies do bioma.¹⁵⁵ O tatu-canastra perdeu mais de 50% de seu habitat natural no Cerrado.¹⁵⁶

As comunidades locais viram as suas atividades tradicionais gravemente prejudicadas por fatores como invasão de monoculturas, colapso da biodiversidade, exploração excessiva dos recursos hídricos e poluição por agrotóxicos. As chapadas, antes repletas de emas, seriemas, corujas, queixadas e até onças-pintadas, agora estão vazias.¹⁵⁷

Os moradores locais mostraram à Earthsight leitões de rios secos e nascentes perdidas. A previsão é que os principais rios do Cerrado sofram uma queda de 34% nos seus níveis de água – equivalente a oito vezes o volume do Rio Nilo – até 2050, devido principalmente ao desmatamento e à exploração

¹⁴⁹ WWF Brasil, 'Commemorating the Cerrado's day (11/09), the WWF-Brazil shows the big five of the biome', 10 de setembro de 2015, disponível em: <https://www.wwf.org.br/?50242/The-Big-Five-of-the-Cerrado#:~:text=The%20Cerrado%20harbours%20837%20species,of%20mammals%20in%20the%20world>

¹⁵⁰ Brown, S., 'A tale of two biomes as deforestation surges in Cerrado but wanes in Amazon', Mongabay, 23 de agosto de 2023, disponível em: <https://news.mongabay.com/2023/08/a-tale-of-two-biomes-as-deforestation-surges-in-cerrado-but-wanes-in-amazon/>

¹⁵¹ Com base nos cálculos da própria Earthsight sobre dados de desmatamento disponibilizados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). INPE, 'Nota Técnica PRODES Cerrado 2021', tabela 4, 31 de dezembro de 2021, disponível em: <https://www.gov.br/inpe/pt-br/assuntos/ultimas-noticias/nota-tecnica-prodes-cerrado-2021>

¹⁵² Instituto Mãos da Terra (Imaterra), 'Desvendando as ASV no Cerrado Baiano', julho de 2022, disponível em: <https://www.imaterra.org/c%C3%B3pia-supress%C3%A3o-de-vegeta%C3%A7%C3%A3o-nativa>; G1, 'Região Oeste da Bahia tem maior área de preservação do bioma cerrado em todo o estado, aponta pesquisa', 23 de setembro de 2018, disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2018/09/23/regiao-oeste-da-bahia-tem-maior-area-de-preservacao-do-bioma-cerrado-em-todo-o-estado-aponta-pesquisa.ghtml>

¹⁵³ WWF, 'Save the Cerrado: Our climate depends on it', disponível em: <https://www.worldwildlife.org/pages/save-the-cerrado-our-climate-depends-on-it>

¹⁵⁴ Belandi, C., 'IBGE atualiza estatísticas das espécies ameaçadas de extinção nos biomas brasileiros', Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 24 de maio de 2023, disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/36972-ibge-atualiza-estatisticas-das-especies-ameacadas-de-extincao-nos-biomas-brasileiros>

¹⁵⁵ Ibidem; Vieceli, L., 'De lobo-guará a pau-brasil, Mata Atlântica tem 2.845 espécies ameaçadas de extinção', Folha de São Paulo, 24 de maio de 2023, disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2023/05/mata-atlantica-tem-2845-especies-ameacadas-de-extincao.shtml>

¹⁵⁶ WWF Brasil, 'Derrubar vegetação nativa para produzir carne e soja é a principal pressão sobre a biodiversidade no Cerrado e Amazônia', Nota Técnica, dezembro de 2021, disponível em: https://wwfbr.awsassets.panda.org/downloads/wwf_notatecnica_desmate_e_perda_de_especies_2021_v7.pdf

¹⁵⁷ Paes, C. F., 'In Brazil's Bahia, peasant farmers and cowboys keep the Cerrado alive', Mongabay, 15 de setembro de 2020, disponível em: <https://news.mongabay.com/2020/09/in-brazils-bahia-peasant-farmers-and-cowboys-keep-the-cerrado-alive/>; Por Trás dos Alimentos, 'Quem bebe agrotóxicos?', 2018, disponível em: <https://portrasdoalimento.info/agrotoxicos-mapa/docs/index.html?v=5#>

EMBARGO ATÉ 7AM CET 11 ABRIL

predatória.¹⁵⁸ Pesquisadores da Earthsight dirigiram por estradas locais que estão cedendo à medida que o Urucuia, maior aquífero do Brasil, é explorado para irrigação de forma insustentável.

O algodão, em especial, é uma cultura que exige muita água. Estima-se que sejam necessários 10 mil litros de água para produzir 1 kg de fibra de algodão, e 2.700 litros de água para fazer uma camiseta de algodão.¹⁵⁹ O agronegócio do oeste da Bahia extrai quase dois bilhões de litros de água por dia – o suficiente para abastecer 12 milhões de pessoas – praticamente de graça.¹⁶⁰

Em contrapartida, o mesmo agronegócio despeja 600 milhões de litros de agrotóxicos no Cerrado todos os anos.¹⁶¹ O algodão utiliza quantidades consideravelmente mais altas de agrotóxicos classificados como altamente perigosos do que qualquer outra lavoura.¹⁶² Dado que os agrotóxicos são um fator importante nas emissões de gases de efeito estufa de uma plantação, a sua ampla utilização na produção de algodão também significa que o produto tem uma pegada de carbono elevada em comparação a outras commodities.¹⁶³

Na verdade, a produção têxtil emite mais CO₂e (CO₂ equivalente) por ano do que todos os voos internacionais e o transporte marítimo juntos.¹⁶⁴ Cerca de 70% desse valor vem da produção de matérias-primas, incluindo algodão.¹⁶⁵ Algumas estimativas dizem que a indústria têxtil global tem uma pegada de carbono semelhante à de todos os Estados-Membros da UE juntos.¹⁶⁶ Outros dizem que, se a indústria da moda fosse um país, seria o sexto maior emissor de gases de efeito estufa do mundo.¹⁶⁷

Estrondo: um longo histórico de ilegalidades

Além dos baixos vales cobichados pelo agronegócio como reservas legais, as matas outrora abundantes nas chapadas da Estrondo foram substituídas por monoculturas de algodão e soja até onde a vista alcança. É possível dirigir por uma hora pelas chapadas da Estrondo e não ver nada além de vastas plantações e um ou outro silo ou instalações administrativas. Com frequência, pode-se sentir o cheiro de agrotóxicos no ar.

¹⁵⁸Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPAN), 'Cerrado pode perder um terço da água, aponta estudo', 10 de novembro de 2022, disponível em: <https://ispan.org.br/cerrado-pode-perder-um-terco-da-agua-aponta-estudo/>

¹⁵⁹ Soil Association, 'Cool cotton: Organic cotton and climate change', setembro de 2015, disponível em: <https://www.soilassociation.org/media/11662/coolcotton.pdf>

¹⁶⁰ Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPAN), 'Cerrado pode perder um terço da água, aponta estudo', 10 de novembro de 2022, disponível em: <https://ispan.org.br/cerrado-pode-perder-um-terco-da-agua-aponta-estudo/>

¹⁶¹ Lopes, H.R., Gurgel, A.M., and Melo, L.C., 'Vivendo em territórios contaminados: Um dossiê sobre agrotóxicos nas águas do Cerrado', Campanha Nacional em Defesa do Cerrado / CPT / TPP / Fiocruz, maio de 2023, disponível em: <https://www.campanhacerrado.org.br/images/biblioteca/dossie-agrotoxicos-aguas-cerrado.pdf>

¹⁶² Agrotóxicos altamente perigosos (HHP, na sigla em inglês) são aqueles que contêm produtos químicos altamente tóxicos para a saúde ou o meio ambiente, como glifosato, paraquat e acetocloro. Cerca de 51% dos agrotóxicos utilizados no cultivo da soja são HHP. Para o milho, o valor é de 49,7%, para o arroz, 43,5%, e para os cereais, 25,8%. Para o algodão, o número chega a impressionantes 69,1%. Gaberell, L. and Viret, G., 'Pesticide giants make billions from bee-harming and carcinogenic chemicals', Public Eye, 20 de fevereiro de 2020, disponível em: <https://www.publiceye.ch/en/topics/pesticides/pesticide-giants-make-billions-from-bee-harming-and-carcinogenic-chemicals>. Embora o algodão represente 2,4% de todas as terras aráveis do mundo, ele consome 10% de todos os inseticidas. Pesticide Action Network UK, 'Pesticide Concerns in Cotton', disponível em: <https://www.pan-uk.org/cotton/>

¹⁶³ Soil Association, 'Cool cotton: Organic cotton and climate change', setembro de 2015, disponível em: <https://www.soilassociation.org/media/11662/coolcotton.pdf>

¹⁶⁴ Environmental Audit Committee, 'Fixing fashion: clothing consumption and sustainability', UK Parliament, chapter 3, 19 de fevereiro de 2019, disponível em: <https://publications.parliament.uk/pa/cm201719/cmselect/cmenvaud/1952/report-files/195202.htm>

¹⁶⁵ Global Fashion Agenda, 'Fashion on Climate: How the fashion industry can urgently act to reduce its greenhouse gas emissions', agosto de 2020, disponível em: <https://globalfashionagenda.org/resource/fashion-on-climate/>

¹⁶⁶ Environmental Audit Committee, 'Fixing fashion: clothing consumption and sustainability', UK Parliament, chapter 3, 19 de fevereiro de 2019, disponível em: <https://publications.parliament.uk/pa/cm201719/cmselect/cmenvaud/1952/report-files/195202.htm>

¹⁶⁷ Common Objective, 'Sustainability Issues – The issues: Energy', disponível em: <https://www.commonobjective.co/article/the-issues-energy>

EMBARGO ATÉ 7AM CET 11 ABRIL

A Estrondo tem uma longa e preocupante história de desmatamento ilegal em grande escala.¹⁶⁸ Desde 2004, duas das empresas que administram a Estrondo, CMOB e Delfin Rio, foram multadas em um total de R\$ 125 milhões (US\$ 26 milhões) pelo Ibama, inclusive pelo desmatamento não autorizado de 60 mil hectares.¹⁶⁹ Na década de 2000, o órgão embargou 45 mil hectares da propriedade devido a desmatamento feito com base em licenças vencidas.¹⁷⁰ Um embargo é uma medida punitiva usada pelo Ibama para impedir a exploração comercial de um pedaço de terra e permitir que ele se regenere. Os fazendeiros não estão autorizados a plantar ou criar gado em áreas embargadas. Os embargos estão entre as ferramentas de aplicação da lei mais importantes do Ibama e são amplamente utilizados em todo o Brasil.

Até 2007, mais da metade da área atual da Estrondo havia sido desmatada. A destruição atingiu impressionantes 167 mil hectares, uma área maior que Londres, com parte das reservas legais das fazendas degradadas ilegalmente.¹⁷¹ Estima-se que, em uma possível ação civil, a Estrondo teria que pagar ao estado da Bahia mais de R\$ 200 milhões (US\$ 40 milhões) em danos ambientais.¹⁷²

O próprio Ibama se viu envolvido nas ações obscuras dos proprietários de Estrondo. Em 2003, três agentes do Ibama no oeste da Bahia foram acusados de emitir autorizações de supressão de vegetação fraudulentas para a Estrondo desmatar 49 mil hectares¹⁷³. Eles acabaram sendo suspensos e processados por corrupção em um processo judicial que também envolveu as três empresas que administram a Estrondo.¹⁷⁴ Um relatório do Ibama de 2008 concluiu que pelo menos 38 mil hectares dessa área foram desmatados.¹⁷⁵

¹⁶⁸ Carvalho, I., 'Fazenda símbolo de grilagem sofre derrota "emblemática" e perde área para geraizeiros', Brasil de Fato, 10 de julho de 2020, disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/07/10/fazenda-simbolo-de-grilagem-sofre-derrota-emblematica-e-perde-area-para-geraizeiros>; Reimberg, M., 'Fazenda Estrondo coleciona crimes trabalhistas e ambientais', Repórter Brasil, 26 de novembro de 2009, disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2009/11/fazenda-estrondo-coleciona-crimes-trabalhistas-e-ambientais/>

¹⁶⁹ Mais de uma dúzia de multas de acordo com dados disponíveis no banco de dados do Ibama. Ibama, 'Banco de dados público', disponível em: <https://servicos.ibama.gov.br/ctf/publico/areaseembargadas/ConsultaPublicaAreasEmbargadas.php>. Reimberg, M., "Fazenda Estrondo coleciona crimes trabalhistas e ambientais", Repórter Brasil, 26 de novembro de 2009, disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2009/11/fazenda-estrondo-coleciona-crimes-trabalhistas-e-ambientais/>. O valor em dólares americanos foi calculado utilizando taxas de conversão históricas do Oanda Currency Converter e depois convertido para o valor atual equivalente. Além disso, em 2014, a CMOB e a Delfin Rio foram multadas pelo Inema, órgão ambiental da Bahia, por apresentarem informações falsas relacionadas ao tamanho e estado de conservação de suas reservas legais, que estavam degradadas. 10Envolvimento, 'Autorização para supressão de 24.732,80 ha de vegetação nativa na Fazenda "Condomínio Cachoeira do Estrondo" – Formosa do Rio Preto', Ofício enviado ao promotor Eduardo Antônio Bittencourt Filho, 15 de julho de 2019, cópia mantida pela Earthsight.

¹⁷⁰ Dos embargos identificados pela Earthsight, dois ainda aparecem no banco de dados público do Ibama. Ibama, 'Banco de dados público', disponível em: <https://servicos.ibama.gov.br/ctf/publico/areaseembargadas/ConsultaPublicaAreasEmbargadas.php>. Esses embargos foram impostos em 2008 e totalizam 1.261 hectares de terras nas fazendas Alaska e Califórnia, ambas da Estrondo. Reimberg, M., 'Fazenda Estrondo coleciona crimes trabalhistas e ambientais', Repórter Brasil, 26 de novembro de 2009, disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2009/11/fazenda-estrondo-coleciona-crimes-trabalhistas-e-ambientais/>.

¹⁷¹ Reimberg, M., 'Fazenda Estrondo coleciona crimes trabalhistas e ambientais', Repórter Brasil, 26 de novembro de 2009, disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2009/11/fazenda-estrondo-coleciona-crimes-trabalhistas-e-ambientais/>

¹⁷² Ministério Público do Estado da Bahia (MPBA), 'Inquérito Civil Público (593.0.218865/2012)', cópia mantida pela Earthsight. Espera-se que o acordo entre as comunidades e os fazendeiros em que o MPBA está trabalhando leve a futuras negociações sobre a resolução dos danos ambientais da Estrondo. O valor aqui apresentado provém do inquérito civil que tem servido de base às negociações atuais e futuras.

¹⁷³ Mayr, M., 'Multa irrisória – lucro estrondoso', 27 de novembro de 2021, GGN, disponível em: <https://jornalggn.com.br/opiniao/multa-irrisoria-lucro-estrandoso-por-martin-mayr/>

¹⁷⁴ Ibama, 'Irregularidades emissão autorizações Fazenda Estrondo', 22 de outubro de 2003, memorando interno, cópia mantida pela Earthsight; Justiça Federal, Subseção Judiciária de Barreiras/BA, 'Sentença', 2017, cópia mantida pela Earthsight.

¹⁷⁵ Maisonnave, F., 'Descendentes de Canudos lutam contra megafazenda de soja na BA', Folha de São Paulo, 11 de junho de 2019, disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/06/descendentes-de-canudos-lutam-contr-a-megafazenda-de-soja-na-ba.shtml>. Em 2017, o Ibama confirmou que essas licenças foram canceladas e que as multas contra a Estrondo – nunca pagas – chegaram a R\$ 16 milhões. Mayr, M., 'Multa irrisória – lucro estrondoso', 27 de novembro de 2021, GGN, disponível em: <https://jornalggn.com.br/opiniao/multa-irrisoria-lucro-estrandoso-por-martin-mayr/>. O valor em dólares americanos foi calculado utilizando taxas de conversão históricas do Oanda Currency Converter e depois convertido para o valor atual equivalente.

EMBARGO ATÉ 7AM CET 11 ABRIL

A Estrondo e os seus fazendeiros não são os únicos culpados pela destruição em grande escala de terras que, para começar, nunca deveriam ter se tornado fazendas. O Inema, órgão ambiental da Bahia, também tem seu grau de responsabilidade.¹⁷⁶

O promotor público Eduardo Antônio Bittencourt Filho não hesita em criticar o comportamento do órgão: “O grande problema da gestão ambiental no estado da Bahia, nesse momento, é exatamente as autorizações de supressão de vegetação.”¹⁷⁷ A recente perda de dezenas de milhares de hectares de vegetação nativa na Estrondo confirma isso.

Em 2019, o Inema autorizou de forma inexplicável a Delfin Rio a remover 24.700 hectares de vegetação nativa na parte oeste da Estrondo.¹⁷⁸ ONGs e o Ministério Público da Bahia argumentaram que a licença era ilegal devido, entre outras coisas, ao processo em andamento contra a Estrondo por grilagem de terras movido pela procuradoria geral.¹⁷⁹

Em 2021, o Inema finalmente notificou a Delfin Rio de que esta deveria buscar a autorização do órgão fundiário rural da Bahia, CDA, antes de prosseguir com a liberação devido a problemas jurídicos da Estrondo. Não surpreende que essa medida seja muito branda e tenha surgido muito tarde.¹⁸⁰ Entre o fim de 2021 e o início de 2022, a Delfin Rio desmatou todos os 24.700 hectares autorizados ilegalmente.¹⁸¹ A Estrondo disse à Earthsight que atua com as licenças ambientais necessárias.

Grupo Horita: sua verdadeira pegada ambiental está cercada de mistérios

A Earthsight não conseguiu determinar se algum dos casos de desmatamento ilegal relacionados à Estrondo, e descritos acima, envolve o Grupo Horita, o maior agronegócio da propriedade. Mas a empresa certamente é culpada de pelo menos algumas infrações.

Em 2008, o Ibama embargou uma fazenda de 900 hectares chamada Lote 16, embargo que ainda está em vigor.¹⁸² Naquela época, essa fazenda não pertencia ao Grupo Horita, que a adquiriu em 2014. Por lei, as áreas embargadas não devem ser utilizadas para plantação, mas sim deixadas de

¹⁷⁶ Instituto Mãos da Terra (Imaterra), ‘Desmatamentos irregulares no Cerrado baiano: uma política de Estado’, julho de 2022, disponível em: <https://apublica.org/wp-content/uploads/2022/08/desmatamentos-irregulares-cerrado-baiano-agronegocio-desmatou-51-mil-campos-de-futebol-de-vegetacao-nativa-no-cerrado-baiano.pdf>

¹⁷⁷ Entrevista da Earthsight com o promotor público Eduardo Bittencourt, junho de 2023.

¹⁷⁸ A licença de desmatamento, conhecida como ASV, emitida em 2019 foi uma renovação da licença anterior emitida pela primeira vez em 2015 e estava vencida.

¹⁷⁹ A Delfin Rio não cumpriu vários requisitos legais para obter uma ASV. Por exemplo, ela não conseguiu demonstrar controle total sobre as suas reservas legais porque estas se sobrepunham a terras comunitárias protegidas por decisões judiciais. Além disso, houve outras violações ambientais não resolvidas perpetradas pela Delfin Rio, incluindo uma multa pendente de quase R\$ 600.000 contra a empresa. 10Envolvimento, ‘Autorização para supressão de 24.732,80 ha de vegetação nativa na Fazenda “Condomínio Cachoeira do Estrondo” – Formosa do Rio Preto’, Ofício enviado ao promotor Eduardo Antônio Bittencourt Filho, 15 de julho de 2019, cópia mantida pela Earthsight.

¹⁸⁰ O governo estadual deve ser consultado antes da emissão de licenças de desmatamento para áreas que estão sob litígio por grilagem de terras. Embora o próprio Inema tenha reconhecido tal obrigação, não consultou a CDA antes de autorizar a liberação. Esse caso é particularmente flagrante porque o principal dever do estado em relação às terras públicas é a sua conservação ambiental. O procurador-geral da Bahia e o Ministério Público há muito insistiam que o Inema deveria ter solicitado a aprovação da CDA antes de renovar a ASV. Procuradoria-Geral do Estado da Bahia, ‘PARECER Nº PA-NPMAJ-041-2020’, 17 de agosto de 2020, cópia mantida pela Earthsight; Associação de Advogados/as de Trabalhadores/as Rurais (AATR) ‘Ofício enviado ao juiz da Vara Cível da Comarca Formosa do Rio Preto-BA’, 9 de setembro de 2021, cópia mantida pela Earthsight; Ministério Público da Bahia (MPE), ‘Pedido de Tutela Provisória encaminhado ao juiz da Comarca Formosa do Rio Preto-BA’, 30 de setembro de 2021, cópia mantida pela Earthsight.

¹⁸¹ De acordo com imagens de satélite fornecidas pela Global Forest Watch e analisadas pela Earthsight. Em 2020 e 2021, o Inema autorizaria, em circunstâncias idênticas, o desmatamento ilegal adicional de 2.500 hectares na Estrondo. Mais de 1.500 hectares destes foram desmatados antes do fim de 2021. O Inema não atendeu ao pedido de entrevista da Earthsight. Outro exemplo recente de desmatamento ilegal na Estrondo ocorreu em 2021, quando Delfin Rio e CMOB desmataram mais de 4.500 ha de vegetação nativa perto da nascente do Rio Preto, o último corredor ecológico remanescente que liga os vales do Rio Riachão e do Rio Preto. A administração da área protegida de Rio Preto nunca foi consultada antes deste desmatamento. AATR, ofício enviado ao juiz da Vara Cível da Comarca Formosa do Rio Preto-BA, 9 de setembro de 2021, cópia mantida pela Earthsight.

¹⁸² Ibama, ‘Banco de dados público’, disponível em:

<https://servicos.ibama.gov.br/ctf/publico/areasembargadas/ConsultaPublicaAreasEmbargadas.php>

EMBARGO ATÉ 7AM CET 11 ABRIL

lado para regeneração. Para verificar se a empresa estava cumprindo essa exigência, a Earthsight analisou mais de 100 imagens de satélite disponíveis no Global Forest Watch para o período 2015-2023, abrangendo principalmente as semanas entre o fim de maio e o fim de agosto, quando ocorre a maior parte da colheita e o algodão é facilmente visível porque os frutos brancos estão totalmente abertos. A análise revela que o Grupo Horita cultivou algodão na área embargada do Lote 16 em pelo menos quatro anos (2017, 2018, 2021 e 2023) desde que adquiriu a propriedade, o que viola o embargo.

Em agosto de 2014, o Inema encontrou 25.153 ha de desmatamento ilegal em fazendas arrendadas pelo Grupo Horita na Estrondo. Estas estavam dentro dos 49 mil hectares autorizados ilegalmente por agentes do Ibama anos antes.¹⁸³ Em 2020, o Inema indicou que não conseguiu encontrar licenças para 11.700 hectares de desmatamento realizado entre 2010 e 2018 em fazendas operadas pelo grupo na Estrondo.¹⁸⁴

Na verdade, apesar das buscas exaustivas e dos pedidos de acesso à informação não respondidos pelo Inema, a Earthsight quase não encontrou licenças de supressão de vegetação, conhecidas como ASVs, emitidas para o Grupo Horita e suas empresas afiliadas.¹⁸⁵ Isso indica que as licenças, quando existem, podem ter sido solicitadas e emitidas em nome de terceiros.¹⁸⁶ Sem as licenças, não é possível avaliar a sua legalidade ou verificar se o Grupo Horita cumpriu os seus termos. Este é um grave ponto cego, pois a investigação indica que o Inema emitiu diversas ASVs irregulares ao longo da última década e meia.¹⁸⁷

Entre 2002 e 2019, os proprietários do Grupo Horita foram multados em um total de quase R\$ 22 milhões (US\$ 4,5 milhões) pelo Ibama devido a infrações ambientais no oeste da Bahia.¹⁸⁸ Questionado pela Earthsight sobre essas multas (que são direcionadas a indivíduos específicos, não ao grupo corporativo, como é comum no Brasil),¹⁸⁹ o Grupo Horita disse à Earthsight que “praticamente todas as multas [...] foram consideradas infundadas”. O Grupo não deixou claro a quais multas se referia. A análise do banco de dados público do Ibama revela que pelo menos dois terços das multas permanecem em vigor ou foram pagas, confirmando sua validade.¹⁹⁰

¹⁸³ O Grupo Horita, porém, não teve que arcar com as consequências. O Inema multou a CMOB em quase R\$ 8 milhões por esta ilegalidade, já que a área se enquadrava na sua porção da Estrondo. A CMOB acabou conseguindo reduzir a multa para um valor irrisório de R\$ 39 mil, equivalente a R\$ 1,6 por hectare de vegetação de Cerrado desmatada ilegalmente. Análise feita pela 10Envolvimento mostra que, entre agosto de 2014 (quando foi aplicada a multa original) e junho de 2021 (quando foi paga a multa reduzida), o Grupo Horita realizou pelo menos sete colheitas na fazenda em questão. Usando médias conservadoras de preço e produtividade da soja para este período, a 10Envolvimento calcula que o Grupo Horita faturou mais de R\$ 50 milhões em receitas provenientes da soja cultivada na área desmatada ilegalmente. Mayr, M., ‘Multa irrisória – lucro estrondoso’, 27 de novembro de 2021, GGN, disponível em: <https://jornalggn.com.br/opiniaio/multa-irrisoria-lucro-estrondoso-por-martin-mayr/>. O valor em dólares americanos foi calculado utilizando taxas de conversão históricas do Oanda Currency Converter e depois convertido para o valor atual equivalente.

¹⁸⁴ No total, o Inema não conseguiu encontrar licenças para mais de 20 mil hectares de desmatamento realizado na Estrondo entre 2008 e 2020. Inema, ‘Análise Espacial e Temporal de Cadastro de Imóveis Cefir – Agronegócio Condomínio Cachoeira do Estrondo’, Parecer Técnico COTIC, 13 de julho de 2020, cópia mantida pela Earthsight.

¹⁸⁵ Exceto uma ASV emitida em 2014 para o desmatamento de 900 ha na fazenda Fêmeas, propriedade em São Desidério. O Grupo Horita não respondeu às perguntas da Earthsight sobre suas ASVs.

¹⁸⁶ Quando questionado, o Grupo Horita simplesmente disse à Earthsight que as licenças são disponibilizadas publicamente pelas autoridades competentes.

¹⁸⁷ Ver pesquisa publicada pelo projeto Tamo de Olho, uma iniciativa conjunta do Instituto Mãos da Terra (Imaterra), Rede Cerrado, Instituto Cerrado, WWF Brasil e Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPAN), disponível em: <https://tamodeolho.org.br/>

¹⁸⁸ 21 multas aplicadas a Walter Yukio Horita e Ricardo Lhossuke Horita por infrações cometidas nas fazendas do grupo em São Desidério, Barreiras, Luís Eduardo Magalhães e Correntina; Ibama, ‘Banco de dados público’, disponível em:

<https://servicos.ibama.gov.br/ctf/publico/areasembargadas/ConsultaPublicaAreasEmbargadas.php>. O valor em dólares americanos foi calculado utilizando taxas de conversão históricas do Oanda Currency Converter e depois convertido para o valor atual equivalente.

¹⁸⁹ Algumas fazendas do Grupo Horita estão registradas em nome de empresas, enquanto outras estão registradas em nome dos proprietários do grupo ou de outras pessoas físicas. Assim, é de se esperar que multas e embargos contra algumas dessas propriedades sejam aplicados a pessoas físicas e não a empresas.

¹⁹⁰ Ibama, ‘Banco de dados público’, disponível em: <https://servicos.ibama.gov.br/ctf/publico/areasembargadas/ConsultaPublicaAreasEmbargadas.php>

EMBARGO ATÉ 7AM CET 11 ABRIL

Fora da Estrondo, a fazenda Timbaúba, também de propriedade do Grupo Horita empresa, no município de Luís Eduardo Magalhães, foi alvo não de um, mas de dois embargos do Ibama. Ambos foram impostos em abril de 2018 nas duas pistas da fazenda utilizadas para pulverização aérea de defensivos agrícolas e outros agrotóxicos, indicando irregularidades nessa prática.¹⁹¹ Os dados de voo analisados pela Earthsight mostram pelo menos dez pousos e decolagens nessas pistas entre maio de 2021 e julho de 2023,¹⁹² violando os embargos. A Timbaúba, fazenda de 16 mil hectares, é uma das propriedades da empresa que cultiva algodão.

Nos comentários enviados à Earthsight, o Grupo Horita reconheceu esses dois embargos, mas argumentou que a utilização das pistas tinha sido legal. Apontou para uma licença ambiental que recebeu para uma delas em agosto de 2023 – não está claro quem a emitiu – e a sua expectativa de que outra licença para a segunda pista seja emitida pela autoridade municipal a qualquer momento. A empresa não explicou como essas licenças autorizaram retroativamente o uso das pistas embargadas.

Os casos destacados acima ilustram um histórico de infrações ambientais, desrespeito à lei e destruição da vegetação do Cerrado. Com base em nossas análises das fazendas passadas e atuais do Grupo Horita no oeste da Bahia – incluindo propriedades arrendadas ou próprias – a Earthsight estima que a empresa desmatou pelo menos 30 mil hectares de vegetação nativa nos últimos 20 anos.¹⁹³ E essa é uma estimativa conservadora. É mais provável que o grupo seja responsável por 50 mil ou mesmo 60 mil hectares de desmatamento de Cerrado nativo no oeste da Bahia neste século.¹⁹⁴

A dificuldade em avaliar com precisão as ligações do grupo com o desmatamento deve-se a estratégias complexas adotadas para adquirir, arrendar ou vender inúmeras propriedades ao longo das décadas. O registro de títulos de terra na Bahia é incrivelmente obscuro e difícil de rastrear devido ao uso generalizado de testas de ferro e outros métodos de manipulação comumente adotados pelo agronegócio, conforme demonstrado pelos casos de grilagem de terras descritos acima.¹⁹⁵

É surpreendente que, embora o próprio Grupo Horita admita produzir em grande escala no oeste da Bahia desde meados da década de 1980,¹⁹⁶ os 104 registros de títulos de terra relacionados à empresa identificados e analisados pela Earthsight indicam que a Horita só adquiriu sua primeira fazenda na região em 1999, com a maioria dos registros de datas posteriores a 2004.¹⁹⁷ Apesar de buscas exaustivas em registros de propriedades e dados de cartórios, a Earthsight não conseguiu identificar títulos para mais de 30 propriedades aparentemente da empresa no oeste da Bahia.

¹⁹¹ Ibama, 'Banco de dados público', disponível em:

<https://servicos.ibama.gov.br/ctf/publico/areasembargadas/ConsultaPublicaAreasEmbargadas.php>

¹⁹² As pistas fazem parte do Aeroporto SNTV, cujas aterrissagens e decolagens podem ser consultadas em

<https://www.flightaware.com/live/aeroporto/SNTV>

¹⁹³ Análise baseada em dados de desmatamento fornecidos pelo Prodes, serviço do instituto espacial brasileiro, INPE. A análise também é baseada na pesquisa da Earthsight sobre as propriedades do Grupo Horita no oeste baiano, que incluiu consultas aos bancos de dados de propriedades rurais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Incra (Sigef e SNCI), do Cefir (CAR) e registros de cartório. O valor de 30 mil hectares é o total que a Earthsight consegue vincular com mais precisão ao Grupo Horita após analisar as datas em que as propriedades foram adquiridas ou vendidas pela empresa (para aquelas que têm esse tipo de informação disponível).

¹⁹⁴ Dados do Prodes mostram que fazendas que em algum momento pertenceram ou foram operadas pelo Grupo Horita estão ligadas a mais de 79 mil hectares de desmatamento no período 2001-2022. No entanto, parte disso ocorreu nos anos anteriores ou posteriores à posse de algumas dessas propriedades pela empresa, conforme dados cadastrais acessados pela Earthsight, que incluíam informações disponíveis nos bancos de dados do Incra (Sigef e SNCI), dados do Cefir (CAR) e registros de cartório.

¹⁹⁵ Para vários títulos de terra vinculados ao Grupo Horita e analisados pela Earthsight era quase impossível determinar com clareza o histórico de uma propriedade ou qualquer mudança em seus limites. Nossos pesquisadores se depararam com casos de múltiplas datas de aquisição registradas para a mesma propriedade e títulos de terras aparentemente desmembrados ou unidos em repetidas ocasiões.

¹⁹⁶ Horita – Empreendimentos Agrícolas, disponível em: <http://horita.com.br/>

¹⁹⁷ De acordo com dados de cartório analisados pela Earthsight.

EMBARGO ATÉ 7AM CET 11 ABRIL

Além disso, cerca de apenas um terço dos títulos de propriedade que analisamos continuam datados de aquisição das propriedades.

É impossível dizer quanto do desmatamento nas fazendas do Grupo Horita foi legal, mas é fácil entender que nada disso é sustentável para a conservação do Cerrado e sua biodiversidade a longo prazo, ou para a subsistência das comunidades tradicionais. O Grupo Horita afirma não possuir um único hectare em contravenção à legislação ambiental. Afirma ter comprovado a legalidade de suas atividades em relação a todas as sanções impostas pelos órgãos ambientais. No entanto, o registro público discutido acima em relação a multas e embargos mostra que a empresa tem um longo histórico de infração à lei. Essa prova é difícil de descartar.

SLC: quando o desmatamento custa tanto quanto uma “multa de trânsito”

A SLC Agrícola tem um histórico igualmente impressionante de desmatamento no oeste da Bahia. A empresa foi apontada como uma das maiores desmatadoras no Cerrado.¹⁹⁸ As fazendas da SLC - Piratini, Palmares e Parceiro -, as quais cultivam algodão, perderam pelo menos 40.000 hectares de vegetação nativa do Cerrado nos últimos 12 anos.¹⁹⁹ Embora a SLC tenha dito à Earthsight que não desmatou nenhuma área desde 2020 e que adotou uma política de desmatamento zero em 2021, sob a qual se compromete a não converter mais vegetação nativa em plantações, um relatório da Aidenvironment revela que a empresa desmatou 1.365 hectares de vegetação nativa em sua fazenda Palmares em setembro de 2022. Cerca de metade desta perda (700 hectares) foi registrada na reserva legal da fazenda.²⁰⁰

Imagens de satélite analisadas pela Earthsight encontraram um padrão de incêndios e perda florestal em áreas zoneadas para conservação dentro das fazendas de algodão da SLC²⁰¹ para quase todos os anos entre 2012 e 2023.²⁰² Um grupo de propriedades da SLC em Formosa do Rio Preto, conhecido como Fazenda Parceiro, que planta algodão, perdeu cerca de mil hectares de reservas legais e outras áreas protegidas devido a incêndios e desmatamento entre 2014 e 2021.²⁰³

As repetidas ocorrências de perda de vegetação nessas áreas são fortes sinais de violações das leis ambientais, que exigem que as empresas preservem suas reservas legais e outros tipos de áreas

¹⁹⁸ Chain Reaction Research, 'Key Cerrado Deforesters in 2020 Linked to the Clearing of More Than 110,000 Hectares', 30 março de 2021, disponível em: <https://chainreactionresearch.com/report/cerrado-deforestation-2020-soy-beef/>

¹⁹⁹ Mighty Earth, 'Soy and Cattle, Report 2', Rapid Response, julho de 2019, disponível em: https://www.mightyearth.org/wp-content/uploads/Rapid-Response_Soy-and-Cattle_Report-2.pdf; Mighty Earth, 'Soy and Cattle, Report 21', Rapid Response, fevereiro de 2021, disponível em: https://www.mightyearth.org/wp-content/uploads/RR_Report_2169.pdf; Chain Reaction Research, 'Foreign Farmland Investors in Brazil Linked to 423,000 Hectares of Deforestation', dezembro de 2018, disponível em: <https://chainreactionresearch.com/wp-content/uploads/2018/12/Foreign-Farmland-Investors-in-Brazil-Linked-to-423000-Hectares-of-Deforestation-1.pdf>; Chain Reaction Research, 'SLC Agrícola: Planned Deforestation Could Contradict Buyers' ESG Policies', 29 de outubro de 2018, disponível em: <https://chainreactionresearch.com/report/slc-agricola-planned-deforestation-could-contradict-buyers-esg-policies/>; Chain Reaction Research, 'SLC Agrícola: Cerrado Deforestation Poses Risks to Revenue and Farmland Assets', 18 de setembro de 2017, disponível em: <https://chainreactionresearch.com/wp-content/uploads/2017/09/slc-agricola-company-profile-18092017-1.pdf>; Chain Reaction Research, 'The Chain: SLC Agrícola avança com limpeza de 5.200 hectares de vegetação nativa', 17 de abril de 2020, disponível em: <https://chainreactionresearch.com/the-chain-slc-agricola-moves-forward-with-clearing-5200-hectares-of-native-vegetation/>; Chain Reaction Research, 'The Chain: Wildfires Rage on SLC Agrícola Farm', 8 de outubro de 2020, disponível em: <https://chainreactionresearch.com/the-chain-wildfires-rage-on-slc-agricola-farm/>; Ibama, 'Banco de dados público', disponível em: <https://servicos.ibama.gov.br/ctf/publico/areasembargadas/ConsultaPublicaAreasEmbargadas.php>

²⁰⁰ Aidenvironment, 'Soy and cattle supply chains Amazon & Cerrado biomes – Brazil', Realtime Deforestation Monitoring System – Special analysis of FIRE events, novembro de 2022, disponível em: https://aidenenvironment.org/wp-content/uploads/2022/11/LIFE_RDM_Report_7_Nov_2022.pdf

²⁰¹ Essas áreas protegidas incluem não apenas reservas legais, mas também outros tipos de áreas que as fazendas devem conservar sob a legislação brasileira, como APPs (Áreas de Proteção Permanente), vegetação próxima a nascentes, margens de rios e outros tipos de corpos d'água, vegetação em encostas, veredas e mais.

²⁰² Na verdade, toda a perda florestal entre 2013 e 2022 na fazenda Palmares II/California parece ter ocorrido na reserva legal da propriedade, de acordo com análises da Earthsight de imagens de satélite disponíveis no Global Forest Watch.

²⁰³ Análises da Earthsight de dados de perda florestal e incêndios disponíveis no Global Forest Watch.

EMBARGO ATÉ 7AM CET 11 ABRIL

protegidas.^{204,205} A SLC Agrícola disse à Earthsight que os incêndios não foram causados pela empresa, mas sim resultado de processos naturais.²⁰⁶

O Ibama multou a empresa em mais de R\$ 1,2 milhão (US\$ 250 mil) desde 2008 por infrações ambientais cometidas em suas fazendas de algodão no oeste da Bahia.²⁰⁷ Contudo, isso não parece incomodar alguns dos acionistas da SLC. A empresa conta com vários investidores estrangeiros, incluindo a Odey Asset Management, de propriedade de Crispin Odey, um dos maiores financiadores da campanha do Brexit no Reino Unido. O investidor britânico alegou que as infrações ambientais da SLC Agrícola custaram tanto quanto uma “multa de trânsito”.²⁰⁸ A SLC disse que recorreu de todas as multas do Ibama e aguarda decisões finais.

Marcas globais são coniventes

A destruição do Cerrado em escala industrial – muitas vezes possibilitada pela cumplicidade do Estado, mas outras vezes totalmente ilegal – aconteceu por um motivo. As commodities produzidas nessas terras têm fácil acesso a mercados estrangeiros lucrativos e cada vez mais ávidos por matérias-primas.²⁰⁹ O algodão é um excelente exemplo. Grandes produtores do oeste da Bahia acumularam terras, riqueza e poder político graças, em parte, ao boom nas exportações brasileiras de algodão cru nas últimas décadas.²¹⁰

Como veremos, grandes empresas europeias de varejo estão impulsionando essa destruição com a sua fome insaciável de algodão. Os consumidores provavelmente não estão cientes de como suas roupas, toalhas e lençóis contribuem para a miséria causada às comunidades locais e à vida selvagem no Cerrado brasileiro. Mas as cadeias produtivas ocultas que levam o algodão do Grupo Horita e da SLC até compradores europeus podem ser expostas. Elas revelam a realidade dramática do fracasso das marcas europeias em compreender plenamente e lidar com suas ligações com algodão sujo proveniente do Brasil.

Capítulo 4: A conexão ocidental

O fio que liga o algodão do Cerrado até as maiores marcas de moda do mundo

Para preparar este relatório, a Earthsight se debruçou sobre milhares de registros de exportações, informações disponibilizadas por indústrias têxteis asiáticas,²¹¹ listas de fornecedores publicadas

²⁰⁴ Lei 6.938/81, Artigos 14 e 15, disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-6938-31-agosto-1981-366135-norma-Atualizada-pl.pdf>

²⁰⁵ Assim como outras grandes agroindústrias do oeste da Bahia, a SLC estabeleceu diversas de suas reservas legais longe das fazendas às quais estão relacionadas. A propriedade Novo Horizonte, por exemplo, foi totalmente desmatada entre 2016 e 2018, não deixando nenhuma reserva legal aparente na própria fazenda, de acordo com análises da Earthsight de imagens de satélite disponíveis no Global Forest Watch. A SLC afirma manter reservas legais acima do mínimo exigido por lei e de acordo com regulamentos que permitem a localização de reservas fora de suas fazendas.

²⁰⁶ A SLC também listou as medidas que adota para prevenir e controlar esses incêndios. Ver a declaração completa da SLC [aqui](#).

²⁰⁷ Ibama, ‘Banco de dados público’, disponível em:

<https://servicos.ibama.gov.br/ctf/publico/areasembargadas/ConsultaPublicaAreasEmbargadas.php>. O valor em dólares americanos foi calculado utilizando taxas de conversão históricas do Oanda Currency Converter e depois convertido para o valor atual equivalente.

²⁰⁸ Fletcher, L. e Gross, A., ‘Odey defends Brazil firm’s breaches as ‘a parking fine’’, Financial Times, 11 de maio de 2021, disponível em: <https://on.ft.com/2WHVidC>

²⁰⁹ Brasil 61, ‘Região do Matopiba é a fronteira agrícola que mais cresce no Brasil’, 23 de fevereiro de 2023, disponível em:

<https://brasil61.com/n/regiao-do-matopiba-ea-fronteira-agricola-que-mais-cresce-em-area-plantada-em-todo-o-brasil-atualmente-bras237901>

²¹⁰ Bahia Econômica, ‘Algodão do Cerrado baiano alcança qualidade premium’, 28 de junho de 2021, disponível em:

<https://bahiaeconomica.com.br/wp/2021/06/28/algodao-do-cerrado-baiano-alcanca-qualidade-premium/>

²¹¹ Os sites de vários fabricantes asiáticos listados neste relatório contêm informações sobre as marcas de moda que compram seus produtos.

EMBARGO ATÉ 7AM CET 11 ABRIL

pelos principais varejistas e marcas de moda do Ocidente,²¹² além de outras fontes.²¹³ Nossos investigadores também se passaram por investidores estrangeiros e visitaram a segunda maior feira de agronegócio do Brasil e diversas feiras têxteis na Europa.²¹⁴ A investigação revelou uma dura realidade: o algodão manchado pelo desmatamento, pela grilagem de terras e pela violência contra comunidades tradicionais que documentamos na Bahia está indo parar nas cadeias produtivas de duas das maiores marcas de moda do mundo: Zara e H&M.²¹⁵

Usando os registros de exportações disponíveis, a Earthsight conseguiu rastrear 816 mil toneladas de exportações diretas de algodão para mercados estrangeiros entre 2014 e 2023, feitas por dois polêmicos produtores de algodão da Bahia que estão no centro deste relatório, o Grupo Horita e a SLC Agrícola.^{216 217} Outros dados sugerem que o total exportado pelas duas empresas nesse período foi, na verdade, superior a 1,5 milhão de toneladas, sendo que a diferença teria sido exportada através de intermediários. A SLC, por exemplo, afirmou ter sido responsável por 11% das exportações do Brasil em 2019/20, com exportações totais de 228.000 toneladas na região. Contudo, nós só conseguimos rastrear 80.320 toneladas daquele período.

Descobrimos que China, Vietnã, Indonésia, Turquia, Bangladesh e Paquistão são os principais destinos das exportações de SLC e Horita.²¹⁸ Grande parte dos embarques identificados como provenientes dessas empresas foi para intermediários – negociantes de matérias-primas ou empresas que produzem apenas os fios, mas não os produtos acabados – ou para países (como a China) onde registros desse tipo de exportações não estão disponíveis. Ambos os casos levaram nossa investigação a um beco sem saída. Entretanto, nos casos em que conseguimos rastrear esse algodão contaminado até fabricantes de roupas na Ásia e daí até os mercados finais, constatamos que as empresas asiáticas forneceram produtos feitos com algodão a conhecidas marcas ocidentais, incluindo milhões de produtos para Zara e H&M.^{219 220}

Com sede na Espanha, a Zara é propriedade do Grupo Inditex, que também detém as marcas Pull&Bear, Bershka, Massimo Dutti, Stradivarius e Zara Home.²²¹ A Inditex e a sueca H&M são os maiores grupos de moda do mundo, com um lucro combinado de cerca de 41 bilhões de dólares em 2022.^{222 223} Líderes no setor de *fast fashion*, as duas marcas contam com lojas no mundo todo, incluindo na América Latina, nos EUA e na Europa. A H&M possui 4.399 lojas em todo o mundo, enquanto a Zara e outras marcas da Inditex possuem 5.815.^{224 225}

²¹² A H&M informa publicamente seus fornecedores.

²¹³ Incluindo sites especializados em moda, publicações da indústria têxtil e a plataforma Open Supply Hub (<https://opensupplyhub.org/>)

²¹⁴ No Brasil, nossos pesquisadores estiveram na Bahia Farm Show, que aconteceu em Luís Eduardo Magalhães, em junho de 2023. Na Europa, visitamos a feira Heimtextil, em Frankfurt, Alemanha, em janeiro de 2023, e a Texworld, em Paris, em fevereiro de 2023.

²¹⁵ Statista, 'Sales of major apparel manufacturers and retailers worldwide in the fiscal year 2022', 2023, disponível em:

<https://www.statista.com/statistics/242114/sales-of-the-leading-10-apparel-retailers-worldwide/>

²¹⁶ Conforme registros das exportações brasileiras no período 2014-2023.

²¹⁷ Este valor é quase certamente subestimado, porque parte da produção de algodão do Horita é exportada por *traders*, de acordo com informações compartilhadas com a Earthsight por um funcionário do Grupo Horita em junho de 2023.

²¹⁸ Conforme registros das exportações brasileiras no período 2014-2023. Estes seis países representam 85% de todas as exportações da SLC e do Horita que conseguimos identificar nos registros.

²¹⁹ Os fabricantes são: Interloop Limited, Masood Textiles, Nishat Mills, Sapphire Group, Yunus Brothers Group, PT Kahatex, Jamuna Group e Noman Group.

²²⁰ Tanto a Inditex quanto a H&M confirmaram à Earthsight que compram produtos acabados desses fabricantes asiáticos.

²²¹ Inditex Group, disponível em: <https://www.inditex.com/itxcomweb/en/home>

²²² Retail Insight Network, 'Zara owner Inditex reports 17% rise in gross profit for FY22', 16 de março de 2023, disponível em:

<https://www.retail-insight-network.com/news/inditex-2022-results/>

²²³ Retail Insight Network, 'H&M registers 12% rise in full-year net sales for fiscal 2022', 27 de janeiro de 2023, disponível em:

<https://www.retail-insight-network.com/news/hm-sales-2022/>

²²⁴ H&M Group, 'Markets and Expansion', disponível em: <https://hmgroupp.com/about-us/markets-and-expansion/>

²²⁵ H&M Group, 'Markets and Expansion', disponível em: https://static.inditex.com/annual_report_2022/pdf/Inditex-group-annual-report-2022.pdf

EMBARGO ATÉ 7AM CET 11 ABRIL

O rápido crescimento do mercado de *fast fashion* nas últimas décadas é bastante polêmico devido à sua grande pegada ambiental e desperdício generalizado.²²⁶ Com um modelo de negócio baseado em preços baixos, grandes volumes de vendas e produção em massa, essas marcas reproduzem peças de desfiles de moda e as vendem a preços mais baratos. Novas coleções são lançadas a cada poucas semanas, mantendo assim o interesse dos consumidores. A H&M apresenta até 16 coleções de roupas por ano, enquanto a Zara chega a 24.²²⁷ Essas gigantes globais do varejo estão entre os maiores consumidores mundiais de algodão.

Identificamos oito fabricantes de roupas na Ásia que utilizam algodão Horita e SLC e, ao mesmo tempo, fornecem vestuário de algodão acabado a uma ou ambas as marcas de moda em questão.²²⁸

Nossa análise revelou que o maior comprador desse algodão contaminado nos últimos anos foi uma empresa indonésia chamada PT Kahatex. Na última década, a Kahatex esteve entre os cinco maiores consumidores de algodão brasileiro no mundo.²²⁹ O Brasil é o maior fornecedor de algodão para a indústria têxtil da Indonésia, na qual a Kahatex tem um papel de destaque.²³⁰ Quase um terço do algodão que a empresa utiliza é importado do Brasil.²³¹ Entre 2015 e 2023, descobrimos que isso incluiu pelo menos 15.200 toneladas de algodão do Horita e da SLC vindas da Bahia.²³² Dados mostram que o Horita e a SLC respondem por pelo menos 4%, e possivelmente até 29%, de todas as importações globais de algodão cru da Kahatex.²³³

Registros individuais de exportação de vestuário da Indonésia, por sua vez, revelam que a H&M é o segundo maior cliente da Kahatex, representando 29% das exportações de roupas da empresa.²³⁴ Descobrimos que as lojas da H&M na União Europeia importaram 74 milhões de pares de meias de algodão fabricadas pela Kahatex entre outubro de 2020 e setembro de 2021, incluindo 16 milhões para a Alemanha.²³⁵ A H&M também importou 1.041.113 moletons, 699.809 shorts e 654.401 calças da Kahatex para a UE.²³⁶ As lojas H&M nos EUA receberam 7,9 milhões de pares de meias Kahatex e, as do Reino Unido, 3,9 milhões.²³⁷ Com base nos preços médios de varejo no Reino Unido em outubro de 2023, a H&M vende anualmente 366 milhões de libras esterlinas em roupas de algodão fabricadas pela Kahatex (419 milhões de euros; 444 milhões de dólares).²³⁸

Informações sobre o fabricante de cada produto podem ser encontradas escondidas nas páginas individuais dos produtos vendidos pela H&M. Com base nesses dados, pudemos confirmar que entre

²²⁶ Princeton Student, 'The impact of fast fashion on the environment', Princeton University, julho de 2020, disponível em:

<https://psci.princeton.edu/tips/2020/7/20/the-impact-of-fast-fashion-on-the-environment>

²²⁷ Parlamento Europeu, 'Textiles and the environment', p. 2, disponível em:

[https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2022/729405/EPRS_BRI\(2022\)729405_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2022/729405/EPRS_BRI(2022)729405_EN.pdf)

²²⁸ Interloop Limited, Nishat Mills e Noman Group fornecem à Inditex e à H&M. PT Kahatex fornece à H&M. Sapphire Group, Yunus Brothers Group, Jamuna Group e Masood Textiles fornecem à Inditex.

²²⁹ Conforme registros das exportações brasileiras no período 2014-2023.

²³⁰ Ibid

²³¹ Ibid

²³² Ibid

²³³ Com base nos registros de importação da Indonésia para algodão cru comprado pela Kahatex entre outubro de 2020 e setembro de 2021 (os dados mais recentes disponíveis). Cerca de 4% dessas importações puderam ser confirmadas como originárias da SLC ou do Grupo Horita no Brasil; outros 25% eram também provenientes do Brasil, mas fornecidos por intermediários, ocultando assim o verdadeiro produtor brasileiro. Sabemos que uma grande mas desconhecida porcentagem das exportações desses intermediários também vem da SLC ou do Horita (ver o texto do relatório, que explica que cerca de metade das exportações da SLC/Horita passam por esses intermediários).

²³⁴ De acordo com registros de exportações do ano até setembro de 2021 (os dados mais recentes disponíveis).

²³⁵ Ibid

²³⁶ Ibid

²³⁷ Ibid

²³⁸ Verificamos a faixa de preços de varejo da H&M no Reino Unido para as diversas categorias de produtos descritos nos registros de embarque (por exemplo, moletons, meias, calças etc.) e calculamos um preço médio de varejo para os produtos de cada categoria (novamente, moletons, meias, calças etc.). Chegamos à estimativa apresentada aqui multiplicando o preço médio de varejo de uma categoria de produto à venda no Reino Unido pelo número de itens de cada categoria mostrados como exportados para a H&M nos registros de embarque. Os preços de varejo foram coletados em outubro de 2023. Os totais foram convertidos para euros e dólares utilizando as taxas de câmbio interbancárias de 31 de outubro de 2023.

EMBARGO ATÉ 7AM CET 11 ABRIL

os muitos produtos fabricados pela Kahatex e vendidos nas lojas H&M em vários países²³⁹ estão seus conhecidos pacotes de dez pares de meias masculinas lisas de algodão.²⁴⁰ A Kahatex também é listada como fornecedora de moletons esportivos.²⁴¹

Outro fabricante asiático que atua como canal para esses produtos de algodão contaminado é o Jamuna Group, um dos maiores conglomerados industriais de Bangladesh.²⁴² Quase dois terços das exportações de vestuário do Jamuna Group são para empresas do grupo Inditex.²⁴³ Desde pelo menos 2018, a empresa produz jeans e outras roupas de sarja para Zara, Bershka e Pull&Bear, que entram na Europa através da Espanha e da Holanda.²⁴⁴ Os registros de exportações da Zara listam o importador como Inditex; os das outras duas marcas os identificam de forma específica. Entre 2017 e 2023, o Jamuna Group importou diretamente pelo menos 7.010 toneladas de algodão produzido por SLC e Horita no oeste da Bahia.²⁴⁵ SLC e Horita foram responsáveis por entre 4% e 14% de todas as importações globais de algodão cru da Jamuna em 2023.²⁴⁶

Entretanto, no ano de 2023, até o mês de agosto, nossa pesquisa mostra que as lojas da Zara na Europa venderam 235 milhões de euros em jeans e outras roupas de sarja, feitas de algodão, fabricadas pela Jamuna em Bangladesh – aproximadamente 21.500 pares de calças por dia.²⁴⁷ Ao contrário da H&M, a Zara não identifica os fabricantes de produtos individuais no seu site, mas lista o país de fabricação. Quando os itens são fabricados em Bangladesh, é possível usar registros mais amplos de exportações de Bangladesh e descrições de produtos para identificar itens específicos fabricados pela Jamuna e vendidos pela Zara. Isso inclui jeans masculinos de corte justo²⁴⁸ e jeans femininos de cintura alta, também vendidos pela pechincha de 29,95 euros.^{249 250}

Um volume ainda maior de algodão cru (pelo menos 15.600 toneladas entre 2015 e 2023) da SLC e do Grupo Horita foi importado por outra empresa de Bangladesh, o Noman Group, que fornece produtos para Zara Home e H&M.²⁵¹

Cinco fabricantes de produtos têxteis do Paquistão que fornecem para H&M e Zara também importaram milhares de toneladas de algodão cultivado no oeste da Bahia por Horita e SLC.²⁵² Nas feiras têxteis realizadas em Frankfurt e Paris, em janeiro e fevereiro de 2023, investigadores da Earthsight conversaram disfarçadamente com representantes dessas empresas, que confirmaram que fornecem produtos às duas grandes cadeias de varejo.

²³⁹ Todos os primeiros cinco sites nacionais que verificamos (Espanha, Alemanha, Itália, Reino Unido, EUA) comercializavam os famosos pacotes de meias com dez pares, sugerindo que elas são amplamente vendidas no mundo todo.

²⁴⁰ Ver, por exemplo, o produto listado no site da H&M na Itália em: https://www2.hm.com/it_it/productpage.1060473011.html. Ao clicar em 'Materiali & fornitori' e depois em 'Informazioni sul fornitore' é possível ver a lista de fornecedores do produto. A mesma informação aparece para esse produto nos sites da H&M no Reino Unido, Espanha, Alemanha e EUA.

²⁴¹ Ver o produto listado no site da H&M na Espanha em: https://www2.hm.com/es_es/productpage.0970818003.html. Ao clicar em 'Materiales & proveedores' e depois em 'Información del proveedor' é possível ver a lista de fornecedores do produto.

²⁴² Jamuna Group, disponível em: <https://jamunagroup.com.bd/>

²⁴³ De acordo com registros de exportações de Bangladesh durante 2023.

²⁴⁴ De acordo com registros de exportações de Bangladesh.

²⁴⁵ Ibid

²⁴⁶ Com base nos registros de importação de Bangladesh de algodão cru da Jamuna de janeiro a dezembro de 2023. Cerca de 4% dessas importações puderam ser confirmadas como originárias da SLC ou do Horita no Brasil; outros 10% eram também provenientes do Brasil, mas fornecidos por intermediários, ocultando assim o verdadeiro produtor brasileiro. Sabemos que uma grande mas desconhecida porcentagem das exportações desses intermediários também vem da SLC ou do Horita (ver o texto do relatório, que explica que cerca de metade das exportações da SLC/Horita passam por esses intermediários).

²⁴⁷ De acordo com registros de exportações de Bangladesh. Valor total de varejo calculado a partir do número de unidades, com base nos preços de varejo típicos por unidade para os produtos identificados.

²⁴⁸ Ver o produto listado em <https://www.zara.com/es/en/cropped-slim-jeans-p08062475.html?v1=267195309&v2=2297970>

²⁴⁹ Chegamos a essa estimativa multiplicando o preço de varejo de um item à venda no Reino Unido pelo número de itens de cada tipo mostrados como exportados para a Zara nos registros das exportações de Bangladesh. O preço de varejo foi obtido em setembro de 2023.

²⁵⁰ Ver o produto listado em <https://www.zara.com/es/en/z1975-straight-fit-high-waist-long-length-jeans-p07147228.html?v1=308695716&v2=2291201>. O preço de varejo foi verificado em novembro de 2023.

²⁵¹ De acordo com os registros das exportações brasileiras de algodão e das exportações de Bangladesh.

²⁵² Conforme registros das exportações brasileiras.

EMBARGO ATÉ 7AM CET 11 ABRIL

Nos casos em que as meias de algodão masculinas mais básicas da H&M não foram fabricadas pela Kahatex, nossa investigação revelou que elas provavelmente foram fabricadas por outro cliente da SLC/Horita, a empresa paquistanesa Interloop.²⁵³ Um dos seus diretores disse aos investigadores da Earthsight que o grupo sueco é o maior cliente da Interloop.²⁵⁴ Os registros de exportações confirmam que a Interloop enviou cerca de 30 milhões de pares de meias de algodão para a H&M em 2023, sendo os maiores destinos lojas na Alemanha, Suécia, EUA, Bélgica, Espanha, Reino Unido, Itália e Holanda. Ela enviou também 350 mil pares de jeans femininos para a Inditex no mesmo ano.²⁵⁵ Entre 19% e 42% do total das importações de algodão cru da Interloop em todo o mundo vieram da SLC ou do Grupo Horita, segundo os registros de importação do Paquistão.²⁵⁶

Em comentário enviado à Earthsight, a Inditex confirmou que adquire produtos acabados dos fabricantes asiáticos identificados nesta investigação, mas disse que, “de acordo com informações dos fornecedores”, essas empresas não compram algodão diretamente de nenhum produtor brasileiro. A empresa não forneceu qualquer prova para fundamentar essa afirmação, o que contraria as provas concretas obtidas pela Earthsight: registros de exportações individuais de cada contêiner, com números de código individuais, mostrando o número de fardos de algodão em cada um, o nome do fornecedor e a identidade do cliente.

Da mesma forma, a Interloop também negou importar diretamente algodão da SLC ou do Grupo Horita. A Kahatex simplesmente afirmou que compra algodão de “empresas globais de comércio de commodities”.²⁵⁷ Ambas as empresas apresentaram uma série de esquemas de certificação de algodão como prova de sua legalidade e sustentabilidade. O Jamuna Group e o Noman Group não responderam aos pedidos de comentários da Earthsight.

A H&M, por outro lado, não negou as ligações comerciais entre os seus fornecedores na Ásia e o Grupo Horita e a SLC (o que enfraquece a afirmação da Inditex, uma vez que a H&M e a Inditex compartilham vários desses fornecedores). Em vez disso, a empresa destacou que tem um “compromisso de longa data com a obtenção de matérias-primas de forma responsável [...] ao mesmo tempo em que apoia comunidades e ecossistemas locais”.

Início da investigação

Final de contas, qual é o envolvimento dessas grandes varejistas de moda com o desmatamento e a grilagem de terras no Brasil? Parte da resposta está nas graves falhas de suas políticas e códigos de ética,²⁵⁸ sem falar nos sérios problemas dos códigos de ética adotados pelos fornecedores dessas empresas.

²⁵³ As informações do fornecedor do pacote de dez pares de meias masculinas lisas de algodão no site da H&M revelam que elas são produzidas por três empresas diferentes, incluindo Kahatex na Indonésia, Interloop no Paquistão e uma terceira empresa na Turquia.

²⁵⁴ Um diretor da Interloop presente no Texworld Paris disse à Earthsight: “A H&M é o nosso maior cliente.”

²⁵⁵ De acordo com registros de exportações de Bangladesh de janeiro a dezembro de 2023.

²⁵⁶ Com base nos registros de importação do Paquistão de algodão cru da Interloop de janeiro a dezembro de 2023. Cerca de 19% dessas importações puderam ser confirmadas como originárias da SLC ou do Horita no Brasil; outros 23% eram também provenientes do Brasil, mas fornecidos por intermediários, ocultando assim o verdadeiro produtor brasileiro. Sabemos que uma grande mas desconhecida porcentagem das exportações desses intermediários também vem da SLC ou do Horita (ver o texto do relatório, que explica que cerca de metade das exportações da SLC/Horita passam por esses intermediários).

²⁵⁷ Cartas enviadas para Earthsight, agosto de 2023.

²⁵⁸ Apesar de promover uma série de compromissos sobre locais de trabalho saudáveis, ecossistemas resilientes e bem-estar animal, a Política de Direitos Humanos da H&M não faz referência a comunidades tradicionais, grilagem ou conflitos fundiários. Os direitos à terra são mencionados apenas superficialmente em suas Salient Human Rights Issues 2021 (H&M Group ‘[Salient Human Rights Issues](https://hmgroupp.com/wp-content/uploads/2023/03/HM-Group-Salient-Human-Rights-Issues-2022.pdf)’, disponível em: <https://hmgroupp.com/wp-content/uploads/2023/03/HM-Group-Salient-Human-Rights-Issues-2022.pdf>). É importante notar que grilagem e violações dos direitos das comunidades não são novidade para a H&M. Uma denúncia de 2014 já afirmava que a empresa tinha utilizado algodão produzido em terras griladas na Etiópia (SvD Naringsliv, ‘H&M-partner anklagas for landgrabbing’, 10 de

EMBARGO ATÉ 7AM CET 11 ABRIL

Para garantir que seu algodão foi produzido de forma ética, ambas as empresas alegam comprar algodão fornecido por agricultores certificados pela Better Cotton (BC), o sistema de certificação de algodão sustentável mais conhecido do mundo. Todo o algodão da H&M já possui certificação Better Cotton (ou, em muito menor grau, certificação orgânica).²⁵⁹ Mais de 90% do algodão da Inditex já era BC (81%), reciclado (6%) ou orgânico (4%) em 2022.²⁶⁰ A empresa esperava alcançar 100% de algodão BC ou orgânico em 2023.²⁶¹ A H&M é um dos membros fundadores da Better Cotton e até recentemente estava representada no seu conselho de administração.²⁶² As duas empresas são, de longe, as maiores usuárias de algodão certificado pela BC no planeta. A Inditex sozinha consumiu 205 mil toneladas em 2022.²⁶³

Em resposta às conclusões da Earthsight antes desta publicação, a Inditex disse que grilagem e desmatamento “não deveriam ser permitidos em nenhuma circunstância” e destacou os requisitos da Better Cotton sobre o respeito aos direitos dos povos indígenas e comunidades locais.

Ao longo dos anos, o selo Better Cotton se tornou um símbolo de preocupação em relação ao meio ambiente. Anteriormente conhecido como Better Cotton Initiative (BCI), o esquema foi criado na Suíça há quase 20 anos. Os auditores desse esquema devem verificar o cumprimento de requisitos mínimos relativos às condições de trabalho em fazendas e fábricas, bem como à proteção ambiental durante a produção de algodão, incluindo a redução da utilização de água e agrotóxicos e a proteção dos solos e da biodiversidade.²⁶⁴

No Brasil, o programa Algodão Brasileiro Responsável (ABR), administrado pela Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa), atua sob um acordo de benchmarking com a Better Cotton. Na verdade, isso significa que a Better Cotton e o ABR da Abrapa são concedidos como uma única certificação aos cotonicultores brasileiros.²⁶⁵

novembro de 2014, disponível em: <https://www.svd.se/a/65f9c239-9fce-3e48-8d63-a6598f749114/hm-partner-anlagas-for-landgrabbing>. O Código de Ética da H&M diz: "A empresa não tolera qualquer forma de suborno e está comprometida com um sólido programa anticorrupção" (Grupo H&M, 'Código de Ética', disponível em: <https://hmgroupp.com/wp-content/uploads/2020/10/Code-of-Ethics-Business-Partners-1.pdf>). O compromisso é obrigatório para parceiros de negócios que fornecem bens e serviços à empresa. Não está claro se isso se aplica também aos fornecedores de matérias-primas. A empresa não respondeu às perguntas da Earthsight sobre as suas políticas anticorrupção ou o caso de grilagem de terras na Etiópia. Os compromissos ambientais da Inditex são ainda mais ambíguos. Sua Estratégia de Biodiversidade afirma que a empresa trabalha com fornecedores de matérias-primas para incentivar práticas de gestão de terras que protejam a biodiversidade. Embora o grupo se vanglorie de não comprar, alugar ou gerir terrenos dentro ou adjacentes a áreas protegidas ou áreas de alto valor de biodiversidade, não está claro se a empresa espera que os seus fornecedores façam o mesmo (Grupo Inditex, 'Estratégia de Biodiversidade', disponível em: https://www.inditex.com/itxcomweb/api/media/069a661f-6de0-4bfe-94cc-76c1475db6a5/inditex_biodiversity_strategy.pdf?t=1655306523402). A Política de Direitos Humanos da Inditex afirma que a empresa respeita os direitos das comunidades locais nas áreas em que realiza suas atividades comerciais. Não esclarece se exige políticas semelhantes dos seus fornecedores de matérias-primas Grupo Inditex, 'Política de Direitos Humanos', disponível em: https://www.inditex.com/itxcomweb/api/media/7e50ddce-a4de-4d51-9ab0-f7c248d23656/inditex_policy_on_human_rights.pdf?t=1655306506255

²⁵⁹ Grupo H&M, 'Divulgação de Sustentabilidade 2022', p. 44, disponível em <https://hmgroupp.com/wp-content/uploads/2023/03/HM-Group-Sustainability-Disclosure-2022.pdf#page=43>

²⁶⁰ Inditex Group, 'Relatório Anual 2022', p. 189, disponível em: https://static.inditex.com/annual_report_2022/pdf/Inditex-group-annual-report-2022.pdf

²⁶¹ Ibid

²⁶² Better Cotton, 'Relatórios Anuais 2020 a 2022-3', disponível em: <https://bettercotton.org/who-we-are/annual-report/>. Os relatórios mostram que a H&M esteve representada no Conselho até junho de 2022 (Better Cotton, 'Relatório Anual 2022-23', p.26, disponível em: <https://bettercotton.org/wp-content/uploads/2023/09/2022-23-Annual-Report.pdf>).

²⁶³ Calculado a partir dos números do Relatório Anual de 2022 do Grupo Inditex, pp. 188-189, que mostram um consumo total de algodão de 254.133 toneladas, e que o algodão certificado Better Cotton representou 80,88% de seu consumo total. Inditex Group, 'Relatório Anual 2022', disponível em: https://static.inditex.com/annual_report_2022/pdf/Inditex-group-annual-report-2022.pdf

²⁶⁴ Meios de subsistência sustentáveis foram concebidos para apoiar os pequenos e médios agricultores no cultivo do algodão. Better Cotton, 'Meios de subsistência sustentáveis: Como o nosso novo princípio apoia a missão do melhor algodão para aumentar a renda e a resiliência dos produtores de algodão', disponível em: <https://bettercotton.org/sustainable-livelihoods-how-our-new-principle-supports-better-cottons-mission-to-boost-cotton-farmers-income-and-resilience/>

²⁶⁵ Better Cotton, 'Better Cotton no Brasil (ABR)', disponível em <https://bettercotton.org/where-is-better-cotton-grown/better-cotton-is-thriving-in-brazil/>

EMBARGO ATÉ 7AM CET 11 ABRIL

O Brasil é o maior produtor mundial de fibra de algodão certificada pela Better Cotton. O país é responsável por 42% do volume global certificado, com mais de dois milhões de toneladas em 2022.²⁶⁶

No entanto, há um problema bastante óbvio em tudo isso: o algodão que conseguimos relacionar a violações de direitos fundiários e abusos ambientais na Bahia tem certificação Better Cotton. Assim, só podemos concluir que o esquema de certificação é incapaz de impedir que algodão manchado por essas violações chegue até os consumidores finais. Além disso, os envolvidos parecem discordar sobre quanto do algodão em questão é certificado. Horita e SLC afirmam que toda a sua produção é certificada;²⁶⁷ a Better Cotton nos disse que as empresas têm apenas três fazendas certificadas atualmente, mas a Abrapa afirma que 14 das fazendas dessas empresas na Bahia são certificadas.²⁶⁸ Sem dúvida, várias dessas fazendas são certificadas. As plantações de algodão da SLC ligadas a Capão do Modesto, onde documentamos irregularidades, por exemplo, e a fazenda Centúria, do Grupo Horita, em Estrondo, são certificadas de acordo com todas as partes.²⁶⁹

Essa confusão toda não chega a ser surpreendente, uma vez que a Better Cotton já demonstrou falhas graves em diversas ocasiões. Na verdade, esse esquema de certificação tem sido alvo de acusações de lavagem verde (*greenwashing*) e criticado por não permitir a rastreabilidade total das cadeias produtivas, além de não abordar as violações dos direitos humanos.^{270 271} Análises anteriores indicam que seu selo de certificação não pode ser visto como nenhuma garantia de responsabilidade ambiental ou social.²⁷²

H&M e Inditex afirmaram que compartilharam as descobertas da Earthsight com a Better Cotton, que iniciou uma investigação a esse respeito. A Better Cotton disse que pediu à Abrapa que investigasse nossas descobertas, uma vez que as fazendas em questão foram certificadas pela associação brasileira. Afirmou que as conclusões iniciais apresentadas pela Abrapa “não identificaram quaisquer problemas de não conformidade”. Nenhuma evidência foi fornecida para fundamentar essa conclusão.

Seja como for, a Better Cotton indicou que “fez a avaliação de que são necessárias mais pesquisas [...] para compreender melhor os riscos presentes na região e o que eles podem significar para a credibilidade da implementação de seus padrões”. Assim, afirmou que vai “contratar uma auditoria independente para realizar visitas de verificação reforçadas com foco nas áreas de risco destacadas no relatório”, com o objetivo de concluir uma avaliação no prazo de 12 semanas.

²⁶⁶ Brazil Cotton, ‘Sustainability’, disponível em: <https://cottonbrazil.com/sustainability/>

²⁶⁷ Notícias Agrícolas, ‘O setor de algodão no Brasil: da PRODUÇÃO à EFICIÊNCIA sustentável’, julho de 2023, disponível em: <https://www.noticiasagricolas.com.br/videos/algodao/354828-o-setor-de-algodao-no-brasil-da-producao-a-eficiencia-sustentavel.html>.

Livre, ‘Grupo Horita comemora três anos com 100% do algodão certificado’, novembro de 2019, disponível em: <https://olive.com.br/grupo-horita-comemora-tres-anos-com-100-do-algodao-certificado>. Além disso, a SLC Agrícola relatou à Earthsight que 100% do seu algodão é certificado pela BC.

²⁶⁸ Abrapa, ‘Unidades Produtivas certificadas ABR e licenciadas BCI’, disponível em: <https://abrapa.com.br/relatorio-de-unidades-produtivas/>. Os filtros permitem obter listas de fazendas certificadas por estado, município, ano e empresa certificada.

²⁶⁹ O Grupo Horita e a SLC disseram à Earthsight que todo o seu algodão é certificado. A Better Cotton disse à Earthsight que as duas empresas têm um total de três fazendas certificadas atualmente. Abrapa, ‘Relatório de Unidades Produtivas’, disponível em: <https://abrapa.com.br/relatorio-de-unidades-produtivas/> (é possível selecionar o ano e o estado para obter listas de fazendas certificadas). É importante ressaltar que diferentes fazendas de algodão pertencentes ao mesmo grupo do agronegócio podem ser certificadas todos os anos, conforme pode ser verificado nas listas anuais da Abrapa por meio do link acima. Tanto a SLC quanto o Grupo Horita, por exemplo, tiveram diferentes fazendas na Bahia certificadas na última década. Não está claro até que ponto novas verificações são feitas a cada ano antes que as fazendas sejam recertificadas ou que novas fazendas operadas pelo mesmo grupo sejam adicionadas à lista. Isso levanta questões sobre o rigor do processo de certificação e a capacidade da Abrapa de executá-lo.

²⁷⁰ Guinebault, M., ‘Coton: épinglée par Cash Investigation, la Better Cotton Initiative répond’, Fashion Network, 29 de novembro de 2017, disponível em: https://fr.fashionnetwork.com/news/coton-epinglee-par-cash-investigation-la-better-cotton-initiative-repond.896917.html#.Wh_rGW9VE5

²⁷¹ Changing Markets Foundation, ‘The false promise of certification’, maio de 2018, disponível em: https://changingmarkets.org/wp-content/uploads/2018/06/THE_FALSE_PROMISE_OF_CERTIFICATION_FINAL_WEB.pdf

²⁷² Peeters, E., ‘BCI and the greening of cotton: an analysis of the Better Cotton aims and the impact on soil salinity in Maharashtra, India’, Wageningen University, 12 de junho de 2015, disponível em: <https://edepot.wur.nl/350927>

EMBARGO ATÉ 7AM CET 11 ABRIL

A certificadora afirma que caso sejam encontradas evidências de descumprimento de seus requisitos, as licenças do Grupo Horita e da SLC Agrícola “serão revogadas”. Reconheceu que investigações como a nossa “podem destacar áreas onde os objetivos estabelecidos pela Better Cotton Standard podem não estar sendo totalmente alcançados”.

'Better' cotton?

Talvez a investigação inicial da Abrapa não tenha dado em nada por um motivo bastante simples: o problema não está na conformidade, mas sim nos próprios estândares.

Dos sete princípios que a Better Cotton exige que as empresas que cultivam algodão sigam atualmente, apenas um está relacionado à conservação do bioma ou das comunidades locais.²⁷³ O Princípio 4 diz respeito à biodiversidade e ao uso da terra, mas sua relevância para as questões observadas na Bahia é assaz limitada.²⁷⁴

A Better Cotton exige que, ao remover vegetação nativa para a produção de algodão, as fazendas certificadas sigam um processo desenvolvido para proteger “Altos Valores de Conservação” (AVC).²⁷⁵ Isso inclui a exigência de consultar e obter o consentimento livre, prévio e informado (CLPI) das comunidades locais afetadas, mas não é necessário que um produtor demonstre que detém direitos legais sobre a terra cultivada, ou seja, não é preciso demonstrar que a terra não foi “grilada”. Não há proibição de cultivo de algodão BC em terras desmatadas ilegalmente antes de serem certificadas e, portanto, não há nenhuma fiscalização para saber se esse poderia ser o caso. Na verdade, a norma não inclui nenhum requisito para que as fazendas certificadas cumpram as leis relevantes sobre direitos fundiários ou proteção ambiental.

Mesmo os requisitos mais limitados são duvidosos, já que o sistema de conformidade está repleto de brechas. Na *checklist* usada pela Better Cotton para avaliar grandes fazendas (a mais rigorosa, uma vez que pequenos agricultores usam um sistema simplificado), não há indicadores específicos relacionados ao CLPI.²⁷⁶ Recomenda-se simplesmente aos auditores que perguntem à empresa em questão se ela cumpriu os requisitos da norma sobre Altos Valores de Conservação.²⁷⁷ A certificação parte do princípio de que as empresas confessarão de boa fé caso não tenham cumprido tais requisitos. E embora os membros da Better Cotton – incluindo Horita e SLC – sejam obrigados a assinar um 'Código de Prática' geral, que inclui a promessa de “cumprir todos os requisitos legais relevantes”,²⁷⁸ não existe nenhum mecanismo em vigor para verificar a conformidade. Mais uma vez, o sistema simplesmente pressupõe que as empresas não seriam capazes de mentir nessa declaração.

Como resultado dessas falhas, empresas que controlam diversas fazendas podem certificar apenas as boas ou retirá-las do esquema enquanto a conversão ocorre para, depois, certificá-las novamente.

²⁷³ Better Cotton, 'BCI Principles and Criteria, Version 2.1', 1º de março de 2018, disponível em: <https://bettercotton.org/wp-content/uploads/2019/06/Better-Cotton-Principles-Criteria-V2.1.pdf>

²⁷⁴ Ibid

²⁷⁵ De acordo com a HCV Network, um Alto Valor de Conservação é “um valor biológico, ecológico, social ou cultural de significância excepcional ou importância crítica.” Isso inclui serviços ecossistêmicos, diversidade de espécies e necessidades comunitárias, entre outros. HCV Network, 'HCV Approach', disponível em <https://www.hcvnetwork.org/hcv-approach>

²⁷⁶ Better Cotton, 'BCI Principles and Criteria, Version 2.1', 1º de março de 2018, disponível em: <https://bettercotton.org/wp-content/uploads/2019/06/Better-Cotton-Principles-Criteria-V2.1.pdf>

²⁷⁷ Ibid

²⁷⁸ Better Cotton, 'Member Code of Practice', 19 de outubro de 2021, disponível em: <https://bettercotton.org/wp-content/uploads/2021/08/Better-Cotton-Member-Code-of-Practice-2021.pdf>

EMBARGO ATÉ 7AM CET 11 ABRIL

De forma mais ampla, o sistema Better Cotton sofre de profundos conflitos de interesses, sobretudo no Brasil. A Abrapa – associação de produtores que existe para defender e promover os interesses do setor – é responsável pelo programa de certificação no país.²⁷⁹ A Abrapa trabalha em estreita colaboração com associações locais, incluindo a associação de produtores baianos Abapa.²⁸⁰ Tanto o presidente da Abapa quanto da Abrapa são cotonicultores.²⁸¹ Luiz Carlos Bergamaschi e um membro da família Horita, ao lado de outros grandes produtores de algodão, fazem parte dos conselhos da Abrapa.²⁸² Na prática, os produtores de algodão são responsáveis pela própria certificação.

Em comentário enviado à Earthsight, a Abrapa disse que não aprova, emite ou revoga certificados ABR/Better Cotton, todos feitos por auditores terceirizados. A Abrapa enfatizou que confia plenamente na independência de auditoria da ABR/Better Cotton, sem fornecer detalhes sobre como essa independência é garantida. A confiabilidade das várias empresas de auditoria externa encarregadas de fazer as verificações é colocada em xeque pelos seus próprios conflitos de interesses. No atual sistema de certificação, são as próprias empresas algodoeiras que pagam pelo trabalho das auditorias, que, por sua vez, competem entre si pelos contratos com essas empresas.

Numa reviravolta quase cômica, imediatamente após afirmar sua neutralidade, a Abrapa disse em sua resposta às nossas conclusões que iria “apoiar totalmente os produtores em ações legais” contra a Earthsight caso o nosso relatório lhes causasse algum dano. Também anexou os comentários do Grupo Horita e da SLC Agrícola à sua própria carta, *ipsis litteris*.

As grandes varejistas são um pouco mais honestas sobre os problemas da Better Cotton. A Inditex disse à Earthsight que “colabora continuamente com organizações certificadoras e outros terceiros especializados para melhorar a qualidade dos padrões, seus requisitos, ferramentas de rastreabilidade e políticas de conformidade”. A H&M disse que trabalha com a liderança da certificação para revisar constantemente o esquema e “identificar necessidades de melhoria”. A empresa admitiu que “apesar dos esforços dos responsáveis pelos padrões, é claro que podem ocorrer violações”.

Promessas vazias

A H&M ostenta uma série de compromissos com ecossistemas resilientes, devida diligência na cadeia produtiva, conservação de recursos hídricos, combate à corrupção e direitos fundiários das comunidades locais.²⁸³ A Inditex tem uma Estratégia de Biodiversidade para incentivar a boa gestão da terra por parte dos fornecedores de matérias-primas²⁸⁴ e uma Política de Direitos Humanos que inclui os direitos das comunidades.²⁸⁵

²⁷⁹ Abrapa, 'Guia de Orientação – ABR', 2016, disponível em: https://abapa.com.br/wp-content/uploads/2019/02/ABR_Guia-de-Orientacao_Safra_2016_2017.pdf

²⁸⁰ Abapa, 'Apaba integra a primeira missão vendedores da Abrapa/Cotton Brazil ao Paquistão', 16 de outubro de 2023, disponível em: <https://abapa.com.br/noticias/abapa-integra-a-primeira-missao-vendedores-da-abrapa-cotton-brazil-ao-paquistao/>

²⁸¹ Luiz Carlos Bergamaschi é o presidente da Abapa, enquanto Alexandre Pedro Schenkel é o presidente da Abrapa. Abapa, 'Diretoria', disponível em: <https://abapa.com.br/diretoria/> e Abrapa, 'Palavra do presidente', disponível em: <https://abrapa.com.br/palavra-do-presidente/>

²⁸² Abrapa, 'Quem é quem', disponível em: <https://abrapa.com.br/quem-e-quem/>

²⁸³ Grupo H&M, 'Código de Ética', disponível em: <https://hmgroupp.com/sustainability/standards-and-policies/code-of-ethics/#:~:text=The%20Code%20of%20Ethics%20states,favours%20to%20H%26M%20Group%20employees>; H&M Group, 'Human Rights Policy', disponível em: <https://hmgroupp.com/sustainability/fair-and-equal/human-rights/>; H&M Group, 'Salient Human Rights Issues', disponível em: <https://hmgroupp.com/wp-content/uploads/2023/03/HM-Group-Salient-Human-Rights-Issues-2022.pdf>; H&M Group, 'Sustainability Commitment', disponível em: <https://hmgroupp.com/sustainability/standards-and-policies/sustainability-commitment/>

²⁸⁴ Grupo Inditex, 'Estratégia de Biodiversidade', disponível em: https://www.inditex.com/itxcomweb/api/media/069a661f-6de0-4bfe-94cc-76c1475db6a5/inditex_biodiversity_strategy.pdf?t=1655306523402

²⁸⁵ Grupo Inditex, 'Política de Direitos Humanos', disponível em: https://static.inditex.com/annual_report_2022/pdf/Human-Rights-2022-ENG.pdf

EMBARGO ATÉ 7AM CET 11 ABRIL

Porém, longe das feiras têxteis da Europa, as comunidades tradicionais do oeste da Bahia sofrem as consequências das promessas vazias feitas por marcas que se comprometeram a reduzir seu impacto ambiental. “As multinacionais defendem publicamente boas práticas e responsabilidade social, mas no fundo, quando olhamos para [seus impactos nas] comunidades tradicionais, a realidade é outra”, resume o ambientalista Marcos Rogério dos Santos.²⁸⁶

“Essas empresas estrangeiras deveriam se envergonhar. O mundo inteiro hoje compra algodão e soja contaminados pela grilagem de terras. Quem compra essas mercadorias pode ter certeza de que elas estão manchadas de sangue”, argumenta Iremar Barbosa de Araújo, professor e morador da comunidade tradicional de Arrojelândia.²⁸⁷

A indústria da moda europeia, apesar de seu imenso poder de mercado e capacidade financeira, parece relutante ou incapaz de implementar com rigor as políticas e sistemas de monitoramento necessários para eliminar seus riscos de ligação com grilagem, desmatamento e violações de direitos de comunidades locais. Como resultado, sem saber, os clientes dessas marcas são cúmplices de tais abusos.²⁸⁸

Algumas melhorias nos padrões estândaes e procedimentos da Better Cotton estão em andamento. Um novo conjunto de Princípios e Critérios entrará em vigor em março de 2024,²⁸⁹ embora a implementação dos novos requisitos sobre conversão de terras tenha sido adiada para 2025. Mas, como demonstraremos no próximo capítulo, muitos problemas permanecem.

Se as empresas não conseguem agir por conta própria, é urgente que os governos e os reguladores tomem uma atitude. Alguns mercados consumidores mais ricos, incluindo a UE, o Reino Unido e os EUA, já estão adotando medidas nesse sentido. Contudo, como veremos no próximo capítulo, enquanto certos setores estão sendo regulamentados, ou espera-se que o sejam em breve, o algodão e a indústria têxtil estão, em grande parte, sendo deixados de lado.²⁹⁰ Isso precisa mudar.

Capítulo 5: O que deve ser feito?

Regulação nos países consumidores

Em termos de pressão sobre a terra e consequências humanas e ecológicas, o consumo de produtos têxteis na UE perde apenas para o consumo de alimentos.²⁹¹ Quase toda essa pressão ocorre no exterior e praticamente toda ela está relacionada ao cultivo de algodão.²⁹² Os maiores culpados são justamente os maiores consumidores. A UE é a maior importadora de peças de vestuário do mundo, seguida pelos EUA.²⁹³

²⁸⁶ Entrevista da Earthsight com Marcos Rogério Beltrão dos Santos, junho de 2023.

²⁸⁷ Entrevista da Earthsight com Iremar Barbosa de Araújo, junho de 2023.

²⁸⁸ WWD, ‘If consumers still don’t understand what fast fashion is, can they minimise its impact?’, 10 de agosto de 2021, disponível em: <https://wwd.com/feature/what-is-fast-fashion-what-isnt-clothing-environmental-impact-1234897189/>

²⁸⁹ Better Cotton, ‘Principles and Criteria v.3.0’, disponível em: <https://bettercotton.org/better-cotton-principles-and-criteria-v-3-0/>

²⁹⁰ O Regulamento de Desmatamento da União Europeia (EUDR) entrou em vigor em junho de 2023 e estará totalmente operacional a partir de dezembro de 2024. Ele pretende impedir que certas mercadorias e produtos ligados a desmatamento e ilegalidades fora da UE entrem no mercado europeu. Exige que as empresas envolvidas nessas cadeias produtivas na Europa realizem a devida diligência para minimizar o risco de comercialização de mercadorias e produtos contaminados por desmatamento e ilegalidades no mercado da UE. O EUDR regulamenta uma lista específica de produtos – incluindo carne bovina, couro, soja, palma, cacau, café, madeira, borracha – e alguns produtos relacionados, mas não o algodão ou produtos feitos de algodão.

²⁹¹ Agência Europeia do Ambiente, ‘Textiles in Europe’s circular economy’, Briefing, 19 de novembro de 2019, disponível em: <https://www.eea.europa.eu/publications/textiles-in-europes-circular-economy/textiles-in-europe-s-circular-economy>

²⁹² Ibid

²⁹³ Brad, A. and Lenik, V., ‘The false promise of certification: How certification is hindering sustainability in the textiles, palm oil and fisheries industries’, Changing Markets Foundation, maio de 2018, disponível em: <https://changingmarkets.org/report/the-false-promise-of-certification-how-certification-is-hindering-sustainability-in-the-textiles-palm-oil-and-fisheries-industries/>

EMBARGO ATÉ 7AM CET 11 ABRIL

No entanto, embora esses mercados prestem cada vez mais atenção ao impacto do consumo de alimentos – incluindo soja, carne bovina, cacau e óleo de palma – em terras e florestas estrangeiras, o impacto do consumo de roupas nessas mesmas regiões recebe bem menos interesse. Isso precisa mudar.

Os governos na Europa e nos Estados Unidos estão gradualmente percebendo que ações voluntárias por parte das empresas nunca serão suficientes para resolver os problemas gerados em outros países pelo consumo de seus cidadãos. Selos verdes e esquemas de certificação são claramente incapazes de cumprir suas promessas,²⁹⁴ e sempre haverá empresas que simplesmente se recusarão a participar desses esquemas.

Como resultado, estão em desenvolvimento ou foram recentemente aprovadas nos países consumidores leis que procuram abordar os impactos negativos das cadeias produtivas por meio de uma maior regulação. Essas leis se enquadram em duas categorias principais: leis específicas para o desmatamento e leis mais amplas sobre direitos humanos e impactos ambientais.

A França tem uma lei geral sobre cadeias produtivas éticas, a *Loi de Vigilance*. Uma lei semelhante entrou em vigor na Alemanha em 2023, a *Lieferkettenschutzgesetz* (LkSG), ainda que com falhas graves.²⁹⁵ De acordo com a LkSG, as obrigações de devida diligência de uma empresa para com fornecedores indiretos são muito mais fracas do que para com fornecedores diretos, e uma empresa regulada só teria que realizar ações como uma análise de risco se tivesse “conhecimento fundamentado” de que ocorreram abusos de direitos humanos ou danos ambientais. Assim, como a indústria da moda europeia não compra seu algodão diretamente dos fazendeiros, essa abordagem é insuficiente para resolver os danos revelados neste relatório.

Com a Estratégia da UE para Têxteis Sustentáveis e Circulares, a Comissão Europeia concorda, em princípio, que é necessária uma ação liderada pelos governos para garantir que o setor da moda e a indústria têxtil mudem suas práticas.²⁹⁶ Adotada em março de 2022, a estratégia pretende reinventar o ciclo de vida de produtos têxteis e calçados, alterando a forma como os tecidos são fabricados, consumidos e descartados. Contudo, a estratégia dá pouca atenção aos impactos ambientais e sociais da produção de algodão.²⁹⁷ A resolução do Parlamento Europeu sobre a estratégia destaca a necessidade de cobrir *toda* a cadeia de valor dos produtos têxteis, mas não aborda diretamente as questões relacionadas ao fornecimento de algodão.²⁹⁸

²⁹⁴ Greenpeace International, ‘Destruction: Certified’, 10 de março de 2021, disponível em:

<https://www.greenpeace.org/international/publication/46812/destruction-certified/>; Earthsight, ‘Relying on green labels to address our thirst for products of deforestation would be a disaster’, 8 de novembro de 2021, disponível em:

<https://www.earthsight.org.uk/news/analysis-relying-on-green-labels-to-address-our-thirst-for-products-of-deforestation-would-be-a-disaster>; Earthsight, ‘Open letter: FSC is no longer fit for purpose and must urgently reform’, 25 de outubro de 2021, disponível em:

<https://www.earthsight.org.uk/news/blog-open-letter-fsc-no-longer-fit-for-purpose-and-must-urgently-reform>; Brad, A., e Lenikus, V., ‘The false promise of certification. How certification is hindering sustainability in the textiles, palm oil and fisheries industries’, Changing Markets Foundation, maio de 2018, disponível em: <https://changingmarkets.org/report/the-false-promise-of-certification-how-certification-is-hindering-sustainability-in-the-textiles-palm-oil-and-fisheries-industries/>

²⁹⁵ Initiative Lieferkettengesetz, ‘FAQ on Germany’s Supply Chain Due Diligence Act’, outubro de 2021, disponível em:

https://lieferkettengesetz.de/wp-content/uploads/2021/11/Initiative-Lieferkettengesetz_FAQ-English.pdf

²⁹⁶ Comissão Europeia, ‘Communication from the Commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions – EU Strategy for Sustainable and Circular Textiles’, 30 de março de 2022, disponível em:

https://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:9d2e47d1-b0f3-11ec-83e1-01aa75ed71a1.0001.02/DOC_1&format=PDF

²⁹⁷ Apesar disso, a Estratégia aborda o impacto ambiental da produção de fibras sintéticas a partir de combustíveis fósseis. Ibid

²⁹⁸ Por exemplo, a Estratégia da UE para Têxteis Sustentáveis e Circulares não menciona o Regulamento de Desmatamento da UE, enquanto a resolução do Parlamento Europeu sobre a Estratégia recorda que o desmatamento de terras para criar gado para abastecer a indústria de alimentos e de moda é responsável por 80% do desmatamento da Amazônia, já que o EUDR inclui também o couro.

Parlamento Europeu, ‘EU Strategy for Sustainable and Circular Textiles, European Parliament resolution of 1 June 2023 on an EU Strategy for Sustainable and Circular Textiles (2022/2171(INI))’, P9_TA(2023)0215, 2023, disponível em:

https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/TA-9-2023-0215_EN.pdf

EMBARGO ATÉ 7AM CET 11 ABRIL

Duas ações regulatórias da UE mencionadas na estratégia da Comissão e na resolução do Parlamento têm o potencial de abordar a cumplicidade europeia com os danos ambientais e as violações de direitos humanos revelados neste relatório.

Uma delas é a Diretiva de Devida Diligência e Sustentabilidade Corporativa da UE (CSDDD). Se for promulgada, a diretiva exigirá que grandes empresas que atuam na UE realizem a devida diligência em todas as suas cadeias produtivas. Como tal, a CSDDD poderia ter um impacto positivo para as comunidades afetadas pela produção de algodão em grande escala no Brasil. Se for aprovada, no futuro, empresas sediadas na UE, incluindo a Inditex e a H&M, terão de identificar e prevenir, mitigar, minimizar ou pôr fim aos impactos adversos sobre os direitos humanos e ambientais nas suas cadeias de fornecimento de algodão.

Apesar de ter passado por quase todos os obstáculos previstos para se tornar lei,²⁹⁹ a CSDDD foi quase sepultada no início de 2024 graças a uma mudança dramática por parte do governo alemão.³⁰⁰ Contrária às práticas da UE, o governo de coalizao da Alemanha retirou seu apoio um pouco antes do que seria apenas o cumprimento de formalidades na UE.³⁰¹ A reviravolta do governo alemão foi resultado de uma mudança de atitude do partido “pró-negócios” FDP, um parceiro minoritário no governo de coalizão do país. O FDP tem recebido doações de empresas que serão afetadas pela CSDDD, incluindo grandes varejistas de roupas de algodão identificados pela Earthsight como importando vestimentas produzidas de forma suspeita na Ásia.³⁰² Os esforços de última hora para salvar a lei levaram a um enfraquecimento ainda maior do texto, incluindo a restrição da aplicabilidade da lei apenas às maiores empresas e a extensão do período após o qual elas precisariam cumprir a lei.³⁰³

A CSDDD não é perfeita. Antes mesmo das últimas mudanças feitas para salvar a lei no Conselho, a pressão exercida por alguns Estados-Membros – notavelmente a Alemanha e a França – durante as negociações iniciais entre o Conselho e o Parlamento Europeu levou a um texto bastante fraco.³⁰⁴ Os

²⁹⁹ Após uma proposta inicial apresentada pela Comissão Europeia e a adoção de posições sobre essa proposta pelo Parlamento da UE e pelo Conselho da UE, a CSDDD passou por negociações de meses entre os três órgãos (um processo conhecido como trílogos), por meio das quais essas instituições concordaram com um texto de compromisso final antes de ser aprovado. A Alemanha, assim como todos os outros Estados-Membros da UE, fez parte desse processo e assinou o texto acordado durante os trílogos. Mas o país mudou de ideia apenas alguns dias antes de uma votação crucial no comitê COREPER do Conselho. Essa é uma atitude altamente incomum e perturbadora de um Estado-Membro em um estágio tão avançado do processo legislativo, que não apenas prejudicou meses de construção de um consenso desafiador, mas contradisse o forte envolvimento da Alemanha nas negociações. Isso é ainda mais intrigante considerando que partes da lei já haviam sido reescritas para atender aos interesses do país (como o artigo 22 sobre responsabilidade civil). Os ativistas acusaram o partido FDP de adotar táticas agressivas para bloquear a CSDDD e "ignorar os canais regulares de negociação". European Coalition for Corporate Justice, 'The CSDDD is at a make-or-break moment: from fake news to business support', 7 de fevereiro de 2024, disponível em: <https://corporatejustice.org/news/the-csddd-is-at-a-make-or-break-moment-from-fake-news-to-businesses-support/>

³⁰⁰ Belgium Presidency of the Council of the EU 2024, Twitter 28 de fevereiro de 2024, disponível em: <https://twitter.com/EU2024BE/status/1762802636414153044>; European Coalition for Corporate Justice, 'REACTION We say YES to the CSDDD. Joint Civil Society Statement reacting to lack of majority in COREPER', 28 de fevereiro de 2024, disponível em: <https://corporatejustice.org/news/reaction-we-say-yes-to-the-csddd-joint-civil-society-statement-reacting-to-lack-of-majority-in-coreper/>

³⁰¹ Quando o Conselho da UE e o Parlamento da UE votarem e aprovarem o texto.

³⁰² Earthsight, 'Leading German sports retailer linked to rights abuses overseas, as German government looks set to kill EU ethical supply chain law', 6 de fevereiro de 2024, disponível em: <https://www.earthsight.org.uk/news/Germany-CSDDD>

³⁰³ De acordo com essas mudanças, somente as empresas com mais de 1.000 funcionários e faturamento superior a € 450 milhões estariam sob o escopo da lei, em vez dos 500 funcionários e do faturamento de € 150 milhões previamente acordados. Além disso, foi introduzida uma abordagem em etapas para os períodos de aplicação, com algumas empresas tendo que se adequar após três anos e outras após cinco anos. Conselho da União Europeia, 'Proposal for a DIRECTIVE OF THE EUROPEAN PARLIAMENT AND OF THE COUNCIL on Corporate Sustainability Due Diligence and amending Directive (UE) 2019/1937 – Letter to the Chair of the JUR Committee of the European Parliament', Interinstitutional File: 2022/0051(COD), 15 de março de 2024, disponível em: <https://data.consilium.europa.eu/doc/document/ST-6145-2024-INIT/en/pdf>

³⁰⁴ Por exemplo, a França foi o principal impulsionador da exclusão quase total do setor financeiro. Ritter, I. and Lillevali, U., 'Euroviews. CSDDD is the make-or-break moment for the EU's sustainability commitments', Euronews.business, 12 de dezembro de 2023, disponível em: <https://www.euronews.com/business/2023/12/12/csddd-is-the-make-or-break-moment-for-the-eus-sustainability-commitments>. Veja também European Coalition for Corporate Justice, 'France strikes again to undermine the CSDDD', 28 Feb 2024, disponível em: <https://corporatejustice.org/news/france-strikes-again-to-undermine-the-csddd/>; A Alemanha conseguiu evitar a adição de sanções para empresas que não implementam seus próprios planos climáticos de CSDDD. Lieferkettengesetz, 'Glaubwürdigkeit über Bord: Die

EMBARGO ATÉ 7AM CET 11 ABRIL

direitos específicos dos povos indígenas e das comunidades tradicionais não foram abordados, por exemplo.³⁰⁵ No entanto, a aprovação da lei traz a tão necessária responsabilização de algumas das cadeias produtivas europeias e permite que aqueles que são negativamente afetados pelas atividades dessas grandes empresas consigam responsabilizá-las perante os tribunais da UE.

A segunda lei é o Regulamento sobre Desmatamento da UE (EUDR). Essa lei entrou em vigor em junho de 2023 – embora as empresas só tenham de cumpri-la a partir de dezembro de 2024 – e é sem dúvida a mais rigorosa já aprovada em um grande mercado consumidor. Ela exige que as empresas rastreiem os bens descritos pela lei³⁰⁶ até a propriedade onde as matérias-primas foram produzidas. Exige que a produção não só seja livre de desmatamento, mas também legal perante as leis ambientais, fundiárias e de direitos humanos do país produtor. Também exige que as empresas realizem a devida diligência para garantir que o risco de violação dos requisitos da lei seja reduzido ao mínimo – uma mudança importante no ônus da prova, principalmente quando pensamos em lugares como a Bahia, onde as fronteiras entre legalidade e ilegalidade podem ser incertas.

O EUDR tem, no entanto, uma séria limitação: ele não inclui o algodão. Ao contrário do que acontecerá com outras commodities conhecidas por impulsionarem o desmatamento, incluindo a carne bovina, a soja e o óleo de palma (que estão incluídos), a lei não será capaz de impedir que as cadeias de fornecimento de algodão para a Europa sejam contaminadas por grilagem, desmatamento ou violações dos direitos fundiários de comunidades tradicionais. Ainda há, porém, uma luz no fim do túnel. A lei exige que a gama de produtos contemplados seja revista após os primeiros anos de implementação. A Comissão deve incluir o algodão nas suas próximas avaliações de impacto sobre os produtos que a lei poderá abranger no futuro.

Mesmo assim, o simples acréscimo do algodão e produtos derivados ao EUDR pode não ser suficiente. São também necessárias novas melhorias no EUDR³⁰⁷ e uma aplicação adequada. Por exemplo, a regulação precisa ir além do seu foco atual e restrito às florestas para proteger também outros tipos de ecossistemas, incluindo os menos densamente florestados, como o Cerrado.³⁰⁸ As autoridades responsáveis pela aplicação da lei nos países da UE terão de garantir que as leis que

Kehrtwende der FDP beim EU-Lieferkettengesetz und warum Olaf Scholz jetzt Führung zeigen muss', 24 de janeiro de 2024, disponível em: https://lieferkettengesetz.de/wp-content/uploads/2024/01/20240124_Initiative-Lieferkettengesetz-Briefing-FDP_final-1.pdf

³⁰⁵ A Convenção da Organização Internacional do Trabalho sobre Povos Indígenas e Tribais de 1989 (nº 169) ou a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas não estão incluídas no Anexo da CSDDD. Veja Council of the European Union, 'Proposal for a DIRECTIVE OF THE EUROPEAN PARLIAMENT AND OF THE COUNCIL on Corporate Sustainability Due Diligence and amending Directive (EU) 2019/1937 – Letter to the Chair of the JURI Committee of the European Parliament', Interinstitutional File: 2022/0051(COD), 15 de março de 2024, disponível em: <https://data.consilium.europa.eu/doc/document/ST-6145-2024-INIT/en/pdf>

³⁰⁶ O EUDR abrange sete commodities – gado, soja, óleo de palma, café, cacau, madeira, borracha – e uma lista de produtos vinculados a essas commodities. EUR-Lex, 'Regulation (EU) 2023/1115 of the European Parliament and of the Council of 31 May 2023 on the making available on the Union market and the export from the Union of certain commodities and products associated with deforestation and forest degradation and repealing Regulation (EU) No 995/2010 (Text with EEA relevance)', Documento 32023R1115, disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX%3A32023R1115&qid=1687867231461>

³⁰⁷ As melhorias podem e devem ocorrer durante os estágios de revisão integrados do EUDR. O artigo 34.º do EUDR estabelece uma cláusula de revisão. Essa cláusula determina que a Comissão, no mais tardar um ano após sua entrada em vigor, avalie se outros terrenos arborizados devem ser adicionados ao âmbito de aplicação do EUDR. No máximo dois anos após sua entrada em vigor, a Comissão deve avaliar se o regulamento precisa ser estendido a outros ecossistemas naturais e a outros produtos e mercadorias, além de avaliar o papel das instituições financeiras na prevenção de fluxos financeiros que contribuem direta ou indiretamente com o desmatamento e a degradação florestal. No máximo cinco anos após sua entrada em vigor e, posteriormente, de cinco em cinco anos, a Comissão deve realizar uma revisão completa do regulamento.

³⁰⁸ A Comissão da UE deve aproveitar a oportunidade das fases de revisão de um e dois anos para adicionar 'outros terrenos arborizados' e 'outros ecossistemas' ao âmbito do EUDR. O artigo 2.º, n.º 4, do EUDR define floresta como "um terreno de uma extensão superior a 0,5 hectares, com árvores de mais de cinco metros de altura e um grau de cobertura arbórea de mais de 10%, ou árvores que possam alcançar esses limiares in situ, excluindo as terras predominantemente consagradas a uso agrícola ou urbano". Embora 18% do Cerrado – incluindo muitas áreas de produção de algodão – se enquadrem na definição de floresta, 56% são "outros terrenos arborizados" e, portanto, atualmente não protegidos pela exigência de desmatamento zero. Alianza Cero Deforestation, 'Why the new EU Deforestation Regulation should include "Other wooded land"', setembro de 2023, disponível em: https://alianzacerodeforestacion.org/wp-content/uploads/2023/09/RF_EUDR_0923_low.pdf.

EMBARGO ATÉ 7AM CET 11 ABRIL

protegem os direitos das comunidades tradicionais sejam cumpridas, mesmo que não haja fiscalização local no país produtor ou que os governos locais sejam cúmplices de ilegalidades.³⁰⁹

Para “produtos que representam um risco florestal”, como carne bovina e soja, uma nova lei semelhante ao EUDR também foi recentemente promulgada no Reino Unido, como parte do *Environment Act*, embora ainda não tenha entrado em pleno vigor e não haja data prevista para que isso aconteça.³¹⁰ Um projeto de lei semelhante, o *FOREST Act*, foi apresentado no Congresso americano. Nenhuma dessas leis inclui o algodão, concentrando-se em vez disso em fatores de desmatamento mais conhecidos, como gado bovino, soja e óleo de palma.

Mesmo que essas questões fossem resolvidas, não está claro até que ponto seriam capazes de garantir que o algodão que entra nas cadeias produtivas do Reino Unido e dos EUA é de fato sustentável. Isso ocorre porque o *Environment Act* e o *FOREST Act* cobrem apenas o desmatamento ilegal – em vez de se concentrar na eliminação de todo e qualquer desmatamento das cadeias produtivas, como faz o EUDR. É pouco provável que esse foco exclusivo no desmatamento ilegal seja suficiente nos casos em que o desmatamento predatório é autorizado pelos governos locais, ainda que em descumprimento das próprias leis locais.³¹¹

Embora muitos detalhes da lei ainda não tenham sido definidos através de legislação secundária, o *Environment Act* do Reino Unido também se aplica apenas a florestas, conforme definido pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura,³¹² sofrendo assim da mesma limitação que o EUDR. Ademais, ele não se refere explicitamente aos direitos humanos. Portanto, resta saber se a legislação secundária incluirá leis que protegem os direitos humanos entre aquelas que precisam ser cumpridas.

Considerando que o algodão é uma das maiores fontes de pressão sobre a terra ligada ao consumo dos países ocidentais, os EUA, o Reino Unido, a UE e os Estados-Membros individuais da UE precisam ser mais ambiciosos. O nível ministerial do Conselho da UE e o Parlamento da UE devem finalmente aprovar a CSDDD. Em paralelo, os países membros da UE que buscaram uma legislação mais forte

³⁰⁹ O artigo 3 (b) determina que os produtos de base em causa e os produtos derivados em causa não podem ser colocados nem disponibilizados no mercado, nem exportados, a menos que “tenham sido produzidos em conformidade com a legislação aplicável do país de produção”. De acordo com o Artigo 2(40)(f), isto inclui “as leis aplicáveis no país de produção relativas ao estatuto jurídico da zona de produção em termos de (...) direitos humanos protegidos pelo direito internacional”. Embora o EUDR inclua leis relevantes em matéria de direitos humanos internacionalmente reconhecidas, estas só valem quando fizerem parte da legislação do país produtor. Embora o Brasil tenha leis que, pelo menos em princípio, protegem os direitos fundiários das comunidades tradicionais, se essas leis são implementadas ou aplicadas é uma questão diferente. As autoridades responsáveis pela aplicação da lei dos Estados-Membros da UE terão de fazer avaliações minuciosas para garantir que essas leis estão sendo cumpridas, mesmo que faltem aplicação e implementação locais ou se os governos locais forem cúmplices de ilegalidades. Para garantir a coerência entre as autoridades responsáveis pela aplicação da legislação dos Estados-Membros, a Comissão Europeia deve elaborar orientações claras para os envolvidos com esse tema. No seu documento FAQ, a Comissão afirma que emitirá um documento de orientação específico sobre a legalidade “no devido tempo”. As FAQ também destacam que, com relação à documentação que faz parte da avaliação de risco no âmbito do EUDR, “o operador deve verificar se esses documentos são legítimos e confiáveis, tendo em conta o risco de corrupção no país de produção”. União Europeia, ‘FAQ-Deforestation Regulation’, 22 de dezembro de 2022, disponível em: <https://circabc.europa.eu/ui/group/34861680-e799-4d7c-bbad-da83c45da458/library/e126f816-844b-41a9-89ef-cb2a33b6aa56/details>

³¹⁰ Em 9 de dezembro de 2023, o governo britânico anunciou os detalhes iniciais de sua tão esperada legislação antidesmatamento, mas muitas questões importantes permanecem obscuras, incluindo quando a lei começará a ser aplicada. Earthsight, ‘UK announces deforestation due diligence rules, but cause for concern remains’, 11 de dezembro de 2023, disponível em: <https://www.earthsight.org.uk/news/uk-due-diligence-legislation>

³¹¹ Como vimos no capítulo 3, às vezes os governos locais autorizam o desmatamento em violação de suas próprias leis ou de leis nacionais. Pode-se argumentar que a autorização de um desmatamento que nunca deveria ser autorizado constitui uma ilegalidade e, portanto, tornaria os produtos vinculados a tal ilegalidade não conformes com o *Environment Act* do Reino Unido ou o *FOREST Act* dos EUA. No entanto, isto dependeria em grande parte da qualidade da aplicação dessas leis no Reino Unido e nos EUA. As autoridades responsáveis pela aplicação da lei podem não estar dispostas ou achar muito difícil determinar a legalidade das ações dos governos nos países produtores. Quando uma empresa apresenta uma licença de desmatamento emitida por uma autoridade local, os agentes de fiscalização nos mercados consumidores podem ver poucos motivos para investigar mais a fundo o assunto, a menos que preocupações específicas sejam levadas ao seu conhecimento.

³¹² O Anexo 17 do *Environment Act* define ‘floresta’ como “uma área de terra de mais de 0,5 hectares com uma cobertura de copa de árvores de pelo menos 10% (excluindo árvores plantadas com a finalidade de produzir madeira ou outras mercadorias)”. UK Public General Acts, ‘Environment Act 2021– Schedule 17’, disponível em: <https://www.legislation.gov.uk/ukpga/2021/30/schedule/17/enacted>

EMBARGO ATÉ 7AM CET 11 ABRIL

devem também considerar aprovar leis nacionais que sejam ainda mais robustas. As leis do Reino Unido e da UE sobre commodities de risco florestal devem ser reforçadas, sobretudo através da avaliação adequada do acréscimo do algodão à lista. Nos EUA, a inclusão do algodão no projeto do *FOREST Act* deve ser considerada, e deve ser desenvolvida com urgência uma legislação ética mais ampla sobre cadeias produtivas, semelhante à CSDDD. Acima de tudo, é fundamental que todas essas leis sejam devidamente implementadas e cumpridas, algo que parece estar longe da realidade com base em experiências anteriores ligadas a esforços legislativos para lidar com cadeias de suprimentos antiéticas.³¹³

Ação no Brasil

A eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no final de 2022 foi saudada por ambientalistas de todo o mundo. A reintrodução de políticas de combate ao desmatamento na Amazônia, que praticamente desapareceram durante o governo de Jair Bolsonaro, foi uma das primeiras ações do início do mandato de Lula.

Como resultado, o desmatamento na Amazônia brasileira caiu quase 50% em 2023 em comparação com o ano anterior.³¹⁴ Os defensores do clima puderam finalmente respirar um pouco mais aliviados.

No entanto, essa sensação de alívio foi incompleta. Embora as últimas notícias sobre a Amazônia sejam positivas, no Cerrado acontece o contrário: o problema está piorando. Em 2023, o bioma registrou taxas assustadoras de desmatamento, que aumentaram 43% em relação ao ano anterior.³¹⁵

Como reação a essa tendência preocupante, o governo brasileiro anunciou a quarta fase de um plano para prevenir e controlar o desmatamento e os incêndios no Cerrado, conhecido como PPCerrado. O governo afirma que as iniciativas definidas no plano eliminarão o desmatamento até 2030, oferecendo à sociedade um vislumbre de esperança.

Contudo, a eficácia das medidas propostas é incerta, uma vez que o plano visa exclusivamente o desmatamento ilegal, contradizendo o objetivo de eliminar o desmatamento por completo.³¹⁶ Não abordar o desmatamento autorizado pelos governos locais dá margem a políticas insustentavelmente permissivas – e às vezes ilegais – adotadas pelo estado da Bahia.

Embora a Constituição da Bahia de 1989 contenha disposições fortes sobre a proteção ambiental, sucessivos governos estaduais adotaram regulamentações que solapam essas disposições.³¹⁷ Desde 2011, o licenciamento ambiental se tornou autodeclaratório e foi gravemente enfraquecido,³¹⁸ o que já foi inclusive contestado por promotores públicos.³¹⁹ Paralelamente, a aprovação de autorizações

³¹³ Earthsight, 'Despite landmark law, Europe faces tough test to end role in global forest loss', 16 de maio de 2023, disponível em: <https://www.earthsight.org.uk/news/-stopping-europe-ravaging-forests>

³¹⁴ Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, 'Área sob alertas de desmatamento na Amazônia cai 50% em 2023', 14 de janeiro de 2024, disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/area-sob-alertas-de-desmatamento-na-amazonia-cai-50-em-2023>

³¹⁵ Ibid

³¹⁶ Ministério do Meio Ambiente, 'Plano de ação para prevenção e controle do desmatamento e das queimadas no bioma Cerrado (PPCerrado)', 2023, cópia em poder da Earthsight; Folha de S.Paulo, 'Destruição do Cerrado cresce, mas desacelera, e governo lança plano para zerar desmatamento', 28 de novembro de 2023, disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2023/11/destruicao-do-cerrado-cresce-mas-desacelera-e-governo-lanca-plano-para-zerar-desmatamento.shtml>

³¹⁷ Imaterra, 'Desmatamento autorizado e apropriação de água no oeste baiano: a destruição do Cerrado e seus povos', dezembro de 2022, disponível em: <https://www.imaterra.org/c%C3%B3pia-supress%C3%A3o-de-vegeta%C3%A7%C3%A3o-nativa>

³¹⁸ A Lei n. 12.377/2011, em seu artigo 45, cria a LAC (Licença Ambiental por Adesão e Compromisso), uma licença ambiental autodeclaratória. Disponível em: <http://www.seia.ba.gov.br/legislacao-ambiental/leis/lei-n-12377-de-28-de-dezembro-de-2011>

³¹⁹ Portaria Inema n. 22.078, Artigo 9, 8 de janeiro de 2021. Ela afirma: "A Reserva Legal já aprovada poderá, excepcionalmente, ser realocada, mediante autorização do Inema, com base na análise de critérios técnicos de qualidade ambiental das áreas, com vistas à

EMBARGO ATÉ 7AM CET 11 ABRIL

de supressão de vegetação (ASVs) disparou. Entre 2012 e 2021, foram emitidas ASVs para cerca de 750 mil hectares, uma área maior que Paris, Londres, Roma e Nova York juntas.³²⁰

Tão preocupantes quanto as autorizações de desmatamento são as centenas de autorizações concedidas ao agronegócio para perfurar poços e extrair água do aquífero Urucuia para fins de irrigação.³²¹ Entre 2007 e 2022, foram emitidas mais de 830 autorizações para a extração de 17 bilhões de litros de água por dia.³²² Somado aos efeitos do desmatamento, isso teve um impacto dramático na disponibilidade hídrica da região.

O governo federal deveria implementar um plano para interromper todo o desmatamento em grande escala no Cerrado, não apenas o ilegal. O governo da Bahia deveria cumprir o seu mandato constitucional e mapear todas as terras públicas para garantir que sejam preservadas e que as comunidades tradicionais desfrutem plenamente dos seus direitos fundiários. O órgão fundiário da Bahia deve acelerar as análises de títulos de terras supostamente fraudulentos que se sobrepõem aos territórios de comunidades tradicionais, com o objetivo de recuperar essas terras. Essa série de retrocessos nas políticas ambientais deve ser revertida imediatamente pelo órgão ambiental da Bahia, que também deve investir na transparência e disponibilizar todos os dados relacionados ao desmatamento e às autorizações para extração de água emitidas nas últimas décadas.

Ação das empresas

Embora a resposta final a essas ilegalidades esteja nas mãos dos governos, isso não significa que as empresas tenham que esperar até serem obrigadas a agir. Pelo contrário, com o aumento da regulação das cadeias produtivas globais ligadas ao consumo nos países ricos, as empresas deveriam avançar mais rapidamente para que estejam em uma posição melhor quando a regulação for de fato implementada.

O primeiro passo que as gigantes da moda devem tomar é estabelecer objetivos mais ambiciosos. A Política de Direitos Humanos da H&M não faz nenhuma referência a conflitos fundiários ou comunidades tradicionais,³²³ e nem seu Compromisso de Sustentabilidade nem sua Política de Fornecimento Responsável de Matérias-Primas identificam o desmatamento ligado à produção de algodão como um risco a ser monitorado e mitigado.³²⁴ A Inditex afirma que não administra terras

melhoria da qualidade de suas funções ambientais (ver definição no inciso VI do artigo 2º), conforme artigo 108 da Lei nº 10.431/2006. " Após contestações do Ministério Público, a Portaria Inema n. 22.078/2021 revogou a Portaria n. 22.078.

³²⁰ Agência Pública, 'Quem é a servidora por trás do 'libera geral' de águas na Bahia', 9 de dezembro de 2021, disponível em:

<https://apublica.org/2021/12/quem-e-a-servidora-por-tras-do-libera-geral-de-aguas-na-bahia/>

³²¹ O Urucuia é fonte de água para todo o bioma do Cerrado, não só para a Bahia. Usando dados do sistema de satélites da Nasa que medem a atração gravitacional, geólogos do Brasil e da Alemanha conseguiram estimar a massa de água subterrânea entre 2002 e 2014. Eles descobriram que o Urucuia havia perdido cinco quilômetros cúbicos de água em 12 anos. Embora seja uma pequena fração dos estimados 290 quilômetros cúbicos de água do aquífero, os pesquisadores estão agora tentando entender como essa redução afetou as águas superficiais. Gonçalves, R.D., Stollberg, R., Weiss, H. e Chang, H.K., 'Using GRACE to quantify the depletion of terrestrial water storage in Northeastern Brazil: the Urucuia Aquifer System', Science of the Total Environment, volume 705, 25 de fevereiro de 2020, disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0048969719358401?via%3Dihub>; Grossman, D., 'Water War: Is big agriculture killing Brazil's traditional farms?', Pulitzer Center, 17 de novembro de 2021, disponível em:

<https://pulitzercenter.org/stories/water-war-big-agriculture-killing-brazils-traditional-farms>

³²² Imaterra, 'Desmatamento autorizado e apropriação de água no oeste baiano: a destruição do Cerrado e seus povos', dezembro de 2022, disponível em: <https://www.imaterra.org/c%C3%B3pia-supress%C3%A3o-de-vegeta%C3%A7%C3%A3o-nativa>

³²³ Direitos fundiários são mencionados apenas superficialmente em suas 'Salient Human Rights Issues 2021' (Grupo H&M, 'Salient Human Rights Issues 2022', março de 2023, disponível em: <https://hmgroupp.com/wp-content/uploads/2023/03/HM-Group-Salient-Human-Rights-Issues-2022.pdf>).

³²⁴ H&M Group, 'Sustainability Commitment', outubro de 2020, disponível em: https://hmgroupp.com/wp-content/uploads/2020/10/Business-Partner-Sustainability-Commitment_en.pdf; H&M Group, 'Responsible Raw Material Sourcing Policy', março de 2022, disponível em: <https://hmgroupp.com/wp-content/uploads/2022/03/HM-Group-Responsible-Raw-Material-Sourcing-Policy-2022-.pdf>

EMBARGO ATÉ 7AM CET 11 ABRIL

em áreas protegidas e que respeita os direitos das comunidades locais “onde desenvolve a sua atividade empresarial”, mas não está claro se espera o mesmo de seus fornecedores de algodão.³²⁵

Suas políticas ambientais e de direitos humanos devem ser claras e abranger todas as suas cadeias produtivas envolvendo o algodão, além de especificar medidas que mitiguem os riscos de desmatamento, contaminação por agrotóxicos ou violações dos direitos das comunidades tradicionais. Suas políticas também devem incluir possíveis soluções para danos que venham a ocorrer. As grandes marcas europeias e norte-americanas não podem continuar se eximindo de suas responsabilidades pelos abusos e violações cometidos pela agroindústria do algodão.

No setor do algodão, as regulações ainda são incipientes, mas já começaram a incentivar algumas ações. Como a Better Cotton admitiu em 2022, “a rastreabilidade na cadeia de fornecimento do algodão se tornará em breve uma obrigação do mercado, com os legisladores de ambos os lados do Atlântico trabalhando para endurecer as regras”.³²⁶ Como parte de sua estratégia para 2030, a Better Cotton Traceability foi lançada no final de 2023. No entanto, ela não se compromete a rastrear o algodão até a fazenda de origem – o único nível de rastreabilidade que realmente importa –, limitando-se ao país de origem.³²⁷ Essa abordagem é claramente insuficiente, uma vez que as ilegalidades e os abusos cometidos em fazendas de algodão individuais permaneceriam invisíveis aos compradores estrangeiros, a menos que estes fizessem seu próprio rastreamento (o que tampouco tem ocorrido). Essas brechas também deixam o sistema totalmente vulnerável à ilegalidades.

A Better Cotton implementou um novo conjunto de Princípios e Critérios (P&Cs), que entrou em vigor em março de 2024.³²⁸ Eles exigem que os produtores de algodão mitiguem os riscos sociais e ambientais para as “comunidades vizinhas” e pessoas ou ecossistemas “além dos limites das fazendas”;³²⁹ também proíbem a conversão de “ecossistemas naturais” por fazendas certificadas após 31 de dezembro de 2019 (que, ao contrário dos outros P&Cs, só entrará em vigor a partir de agosto de 2025, um ano depois do inicialmente previsto);³³⁰ pedem a proteção de terras de Alto Valor de Conservação (AVC) por parte das fazendas que planejam novas conversões,³³¹ e exigem o cumprimento de “todas as leis aplicáveis” no país produtor, incluindo aquelas decorrentes de tratados internacionais.³³²

Apesar de tudo, os problemas permanecem. A proibição do desmatamento após 31 de dezembro de 2019 não impede em nada que o algodão BC seja produzido em terras que foram desmatadas ilegalmente antes dessa data. A exigência de evitar danos às comunidades vizinhas nada diz sobre as comunidades cujas terras foram roubadas e transformadas em monocultura.³³³

Os critérios sobre a conversão de ecossistemas naturais e a proteção dos AVCs destinados a mitigar os riscos para as comunidades dentro dos limites das fazendas³³⁴ se aplicam somente antes de a

³²⁵ Inditex Group, ‘Policy on Human Rights’, disponível em: https://www.inditex.com/itxcomweb/api/media/7e50ddce-a4de-4d51-9ab0-f7c248d23656/inditex_policy_on_human_rights.pdf?t=1655306506255

³²⁶ Better Cotton, ‘Better Cotton Brings Together Global Fashion Brands to Ensure Cotton Traceability’, 27 de abril de 2022, disponível em: <https://bettercotton.org/better-cotton-brings-together-global-fashion-brands-to-ensure-cotton-traceability/#:~:text=Traceability%20within%20the%20cotton%20supply,introduce%20a%20ban%20on%20greenwashing.>

³²⁷ Better Cotton, ‘Better Cotton Traceability’, disponível em: <https://bettercotton.org/traceability/>

³²⁸ Better Cotton, ‘Principles and Criteria v.3.0’, disponível em: <https://bettercotton.org/better-cotton-principles-and-criteria-v-3-0/>

³²⁹ Ibid. Ver subcritério 1.1.6 do critério 1.1.

³³⁰ Ibid. Ver subcritério 2.4.1 do critério 2.4.

³³¹ Ibid. Ver subcritério 2.4.2 do critério 2.4.

³³² Ibid. Ver subcritério 1.1.5 do critério 1.1.

³³³ Ibid. O subcritério 1.1.6 do critério 1.1 diz: “A intenção é garantir que a Gestão do Produtor esteja ciente e mitigue quaisquer impactos adversos das atividades agrícolas nas pessoas ou no ecossistema além dos limites da fazenda.” Esse subcritério especifica como requisito a obtenção do consentimento livre, prévio e informado das comunidades afetadas.

³³⁴ Ibid. Os subcritérios 2.4.1 e 2.4.2 do critério 2.4 enfatizam a necessidade de evitar danos às áreas de HCV. A BC apresenta uma definição de HCV que compreende seis categorias, incluindo as categorias AVC5 e AVC6, que abordam diretamente os direitos e o bem-

EMBARGO ATÉ 7AM CET 11 ABRIL

terra ser convertida, deixando de ter qualquer relevância depois disso. Além disso, não exigem explicitamente o consentimento livre, prévio e informado das comunidades afetadas pelos planos de conversão.³³⁵ A Better Cotton poderia pelo menos ter sido mais clara ao afirmar que os novos critérios de AVC se destinam sobretudo a proteger os povos indígenas e as comunidades tradicionais, mas as orientações que eles prometeram a esse respeito ainda não foram publicadas.

Os critérios de legalidade também ainda são vagos sobre quais tipos de leis são aplicáveis, não mencionando nem sequer a importância das leis sobre uso e propriedade da terra.³³⁶ O texto não diz nada sobre o que se espera dos produtores em situações (comuns no Brasil) em que um órgão governamental diz que algo é ilegal e outro diz o contrário; ou quando uma empresa consegue apresentar alguns documentos legais, mas não todos os necessários. Em todos os casos documentados neste relatório, as fazendas certificadas em questão poderiam ter produzido algum tipo de “prova” de legalidade para apresentar aos auditores.

A questão mais ampla da implementação e execução também parece ter sido deixada em aberto. Mesmo nos casos em que as questões que expusemos poderiam ser abrangidas pelos novos P&Cs, há poucos motivos para acreditar que tais violações seriam detectadas ou que os responsáveis tomariam qualquer atitude a esse respeito. É exatamente isso que acontece, considerando os conflitos de interesses inerentes ao sistema. As empresas de auditoria são pagas justamente pelo agronegócio que deveriam avaliar. Nossa experiência na investigação de outros esquemas de certificação verde³³⁷ nos ensina que, em última análise, não podemos confiar na autofiscalização das grandes empresas globais.

Mesmo nos raros casos em que as questões que expusemos poderiam ser abrangidas pelos novos P&Cs e identificadas pelos auditores, é muito provável que pelo menos um pouco de algodão contaminado acabe chegando às cadeias produtivas da BC. O motivo é, naturalmente, a falta de rastreabilidade adequada destacada acima.

A Better Cotton deve agir para fortalecer seus padrões, bem como os sistemas usados para implementá-los e aplicá-los. Grandes marcas de roupas como H&M e a Zara devem pressionar a BC para avançar nesse sentido. Até que isso aconteça, devem ir além da utilização de esquemas de certificação para garantir que seus produtos tenham uma origem ética, instituindo verificações próprias mais rigorosas.

estar das comunidades. Considerando o foco do 2.4.1 na proibição da conversão de ecossistemas naturais (e o subcritério 1.1.6 nas comunidades além dos limites das fazendas), o subcritério 2.4.2 parece ter sido incluído especialmente para garantir a proteção das terras comunitárias locais que ficam dentro dos limites das fazendas.

³³⁵ Ibid. Embora o AVC5 e o AVC6 (ver nota acima) afirmem que os riscos devem ser identificados através do “engajamento” com comunidades tradicionais e povos indígenas, não existe um texto específico sobre o consentimento livre, prévio e informado, conforme estabelecido pela legislação brasileira e pela Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas da ONU. O Brasil também é signatário da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que em seu artigo sexto destaca que qualquer atividade que tenha impacto na vida e na terra dos povos indígenas e tradicionais deve passar por consulta. A convenção reconhece os direitos das comunidades tradicionais à terra e aos recursos naturais (Artigo 15). Organização Internacional do Trabalho, 'Convenção dos Povos Indígenas e Tribais, 1989 (No. 169)', 27 de junho de 1989, disponível em: https://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=NORMLEXPUB:55:0::NO::P55_TYPE,P55_LANG,P55_DOCUMENT,P55_NODE:REV,en,C169,/Document#A6. Esses instrumentos legais tornam ainda mais urgente a necessidade de consulta às comunidades tradicionais pelos produtores brasileiros. Existe uma distinção clara entre “engajamento” e obtenção de consentimento, sendo este último necessário para garantir os direitos e o bem-estar das comunidades.

³³⁶ Ibid. O subcritério 1.1.5 do critério 1.1 diz: “As leis aplicáveis incluem leis e regulamentos municipais, distritais, provinciais, estaduais e nacionais, incluindo aqueles que foram integrados ou legalmente considerados superiores à lei nacional pela assinatura de um tratado internacional por um Estado.” Todavia, ele não apresenta exemplos de que tipos de leis podem ser relevantes.

³³⁷ Earthsight, ‘FSC hall of shame: The ethical wood label’s long line of scandals’, 25 de outubro de 2021, disponível em: <https://www.earthsight.org.uk/news/blog-fsc-hall-of-shame-the-ethical-wood-label-long-list-of-scandals>